



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

FACULDADE DE PSICOLOGIA - FAPSI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

**“TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS E A
DUPLA JORNADA DE TRABALHO”**

KRISTINE RENATA MEDEIROS ALVES

MANAUS

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
FACULDADE DE PSICOLOGIA - FAPSI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

KRISTNE RENATA MEDEIROS ALVES

**“TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS E A
DUPLA JORNADA DE TRABALHO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas como etapa obrigatória para a obtenção do título de Mestre na linha de Processos Psicológicos e Saúde.

Professora Orientadora: Dr^a. Dayse da Silva Albuquerque

Professora Coorientadora: Dr^a. Gisele Cristina Resende

MANAUS

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A474t Alves, Kristine Renata Medeiros
Trajetórias escolares de mulheres universitárias e a dupla jornada de trabalho / Kristine Renata Medeiros Alves . 2023
114 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Dayse da Silva Albuquerque
Coorientadora: Gisele Cristina Resende
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicológicos e Saúde)
- Universidade Federal do Amazonas.

1. Mulheres. 2. Universitárias. 3. Dupla jornada de trabalho. 4. Trajetórias de escolarização. I. Albuquerque, Dayse da Silva. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

KRISTINE RENATA MEDEIROS ALVES

**“TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS E A
DUPLA JORNADA DE TRABALHO”**

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas como etapa obrigatória para o exame de qualificação na linha de Processos Psicológicos e Saúde.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Dayse da Silva Albuquerque
Presidente – Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Silviane Bornaccosi Barbato
Membro titular externo – Universidade de Brasília

Profa. Dra. Consuelena Lopes Leitão
Membro titular interno – Universidade Federal do Amazonas

Prof.^a Dra. Cândida Alves
Membro suplente externo – Universidade de Brasília

Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva
Membro suplente interno - Universidade Federal do Amazonas

DEDICATÓRIA

Dedico as minhas filhas Luísa e Lívia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, que foi a primeira mulher a me incentivar aos estudos, pelo exemplo ser uma mulher forte, inteligente e trabalhadora e por todo amor e cuidado que sempre teve por mim e por minhas filhas.

Agradeço aos meus irmão Klinger, Kleber e Kristiane pelos incentivos. Agradeço as minhas sobrinhas Klisciane, Kliscia e Karine por cuidarem das minhas filhas enquanto eu precisava estudar, juntas a gente se fortalece.

Agradeço as minhas duas filhas, Luísa e Lívia, por serem minha maior fonte de forças, pela compreensão e entenderem que nem sempre pude estar disponível para elas na realização deste mestrado.

Agradeço ao meu companheiro Waldir, por sempre me apoiar em todos meus projetos, e pelo amor e carinho.

Agradeço a Professora Gisele Resende, por toda a paciência e parceria, por acreditar em mim até mesmo quando nem eu mesma podia acreditar, por inúmeras vezes me incentivar de forma respeitosa e empática neste trabalho. Por ser um exemplo para mim, enquanto Psicóloga, Professora e Orientadora.

Agradeço a minha Orientadora Dayse Albuquerque, por toda compreensão, apoio e respeito.

Agradeço as Professoras que fizeram parte da minha banca de qualificação, Silviane Barbato (UnB) pelo questionamento que me fez, “afinal, vamos avançar e compreender como as mulheres podem viver melhor?”, Socorro Nina (UFAM) por apontar a necessidade de falar mais sobre as mulheres amazônidas, e a Professora Iolete Ribeiro (UFAM), por ser idealizadora do PROCAD-Amazônia.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, pelas conversas, apoio e incentivo mútuo.

Agradeço a UFAM e ao PPGPSI, pela experiência de mestrado no período da pandemia de COVID-19.

Agradeço aos professores do PPGPSI por todos os ensinamentos, inquietações e momentos de reflexão a respeito da Psicologia e seu papel para a sociedade.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM pela concessão de bolsa de estudo.

Agradeço ao apoio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD/Amazônia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Agradeço imensamente as duas participantes Juliana e Helena (nomes fictícios) pelo tempo que disponibilizaram para contar suas histórias. Me sinto honrada em poder ouvir e contar um pouco como é ser mulher universitária amazônica. E agradeço as 13 mulheres que responderam ao formulário *online* na primeira etapa da pesquisa.

ÉPIGRAFE

Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal

A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina

Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar

Um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define (você é seu próprio lar)

Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só

Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar

E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar

E o homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar

Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só

Ela desatinou, desatou nós (e um homem não me define, minha casa não me define)
Vai viver só (minha carne não me define)
(Eu sou meu próprio lar)
Ela desatinou, desatou nós (e um homem não me define)
Vai viver só (minha carne não me define)

Compositores: Andrei Martinez Kozyreff / Juliana Strassacapa / Mateo Piracés-Ugarte / Rafael Gomes / Sebastián Piracés-Ugarte

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM – Amazonas

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CF 88 – Constituição Federal de 1988

COVID-19 – Novo Coronavírus

ES – Educação Superior

EAD – Ensino a Distância

FAPSI – Faculdade de Psicologia

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Educação Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LILAC – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

MAPSI/UNIR – Mestrado Psicologia da Universidade Federal de Rondônia

MEC – Ministério da Educação

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PIM – Polo Industrial de Manaus

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGPSI – Programa de Pós-Graduação em Psicologia

PRISMA – Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses

PROCAD – Programa de Cooperação Acadêmica

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSC – Processo Seletivo Contínuo

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFRJ – Universidade do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

RESUMO

O ingresso das mulheres em atividades fora de casa ocorreu após diversas mudanças na história que resultaram no exercício de funções com trabalhos fora de casa e com remuneração e trabalhos dentro de casa (afazeres domésticos e cuidados dos filhos). Além dessas atividades, algumas mulheres decidem estudar e cursar a universidade como uma possibilidade de construir uma carreira. Esta jornada diária é denominada de dupla jornada de trabalho e neste contexto a vida e as escolhas realizadas adquirem significados pautados nas histórias de vida e nas motivações de cada uma. Dessa forma, as trajetórias escolares no ensino superior também são marcadas por significados construídos no cotidiano. É neste contexto que esta dissertação objetivou compreender as trajetórias escolares de mulheres que cursam a universidade e o exercício da dupla jornada de trabalho e seus projetos de vida e carreira. O delineamento foi qualitativo, caracterizando um estudo transversal e compreensivo a partir de entrevistas narrativas com duas mulheres universitárias que exercem a dupla jornada de trabalho e, ainda cursam a universidade. As entrevistas foram analisadas de acordo com a Análise Temática das narrativas e com a elaboração de uma linha do tempo, que possibilitou a compreensão de diferentes eventos e momentos na vida dessas mulheres. A presente dissertação possibilitou avançar na reflexão das trajetórias de mulheres que exercem dupla jornada e cursam a universidade, os aspectos de saúde destas mulheres e os projetos de vida associados aos projetos de carreira para a elaboração de estratégias para a permanência na universidade. Dentre os resultados, as maiores dificuldades identificadas para permanecer e concluir a graduação foram a conciliação entre o curso e a vida familiar, o transporte até a universidade, a gravidez e cuidados com filhos e o distanciamento social devido a pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: Mulheres. Universitárias. Dupla jornada de trabalho. Trajetórias de escolarização.

ABSTRACT

The entry of women into activities outside the home occurred after several changes in history that resulted in the exercise of functions with work outside the home and with remuneration and work inside the home (domestic chores and childcare). In addition to these activities, some women decide to study and attend university as a possibility to build a career. This routine journey is called a double work shift and, in this context, life and the choices made acquire meanings based on the life stories and motivations of each one. Thus, school trajectories in higher education are also marked by meanings constructed in everyday life. It is in this context that this dissertation aimed to understand the school trajectories of women who attend the university and the exercise of the double shift of work and their life and career projects. The design was qualitative, featuring a cross-sectional and comprehensive study based on narrative interviews with two university women who work a double shift and are still studying at university. The interviews were analyzed according to the Thematic Analysis of the narratives and with the elaboration of a timeline, which enabled the understanding of different events and moments in the lives of these women. The present dissertation made it possible to advance in the reflection of the trajectories of women who work a double shift and attend the university, the health aspects of these women and the life projects associated with the career projects for the elaboration of strategies for staying at the university. Among the results, the greatest difficulties identified to stay and complete graduation were reconciling the course and family life, transportation to the university, pregnancy, childcare, and social distancing due to the COVID-19 pandemic.

Keywords: Women. university students. Double workday. Schooling trajectories.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. OBJETIVOS.....	17
1.1 OBJETIVO GERAL.....	17
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 PAPÉIS DE HOMENS E PAPEIS DE MULHERES.....	18
2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	20
2.3 CONCILIANDO O TRABALHO PRODUTIVO E O REPRODUTIVO – UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	24
2.3.1. Gênero e Divisão do Trabalho.....	32
2.3.2 Conciliação entre o lar (atividades domésticas e de cuidado) com o trabalho.....	35
2.3.3 Trabalho Feminino e Precarização.....	38
2.4 CONTEXTUALIZANDO: QUEM SÃO AS MULHERES AMAZÔNIDAS? ...	41
2.4.1 Mulheres no passado: entre mitos e preconceitos.....	41
2.4.2 Mulheres Amazônidas de hoje: trabalho, discriminação e luta.....	43
2.5 AS JORNADAS FEMININAS E A UNIVERSIDADE.....	50
2.5.2 Violências contra mulheres universitárias.....	53
2.5.3. O projeto PROCAD–Amazonia: “Os Significados das Trajetórias de Escolarização de Jovens Estudantes Amazônidas”.....	54
3. MÉTODO.....	57
3.1 PARTICIPANTES E LOCAL DA PESQUISA.....	57
3.2 PROCEDIMENTOS PARA A PESQUISA.....	57
3.3 INSTRUMENTO PARA A PESQUISA.....	59
3.3.1 Entrevistas Narrativas.....	59
3.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	60
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	62
4.1 TRAJETÓRIAS E LINHAS DO TEMPO.....	62
4.1.1 Juliana.....	62
4.1.2 Helena.....	64
4.2 ANÁLISE TEMÁTICA DAS ENTREVISTAS.....	66

4.2.1 A Universidade	66
4.2.2 A CONCILIAÇÃO: as jornadas de trabalho que vão além dos estudos.....	74
4.2.3 PROJETOS DE VIDA E CARREIRA.....	84
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO.....	104
APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA	107
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	108
ANEXO A - PARECER CEP.....	110

INTRODUÇÃO

A ideia de escrever sobre o trabalho das mulheres surgiu após minha percepção dos papéis que precisava conciliar em meu dia a dia. Desde a juventude, tive a tarefa de cuidar da minha irmã mais nova e dos afazeres domésticos. Filha de professores, meus pais sempre tiveram pouco tempo para se dedicar aos cuidados com a casa, deixando para os filhos mais velhos parte dessas tarefas. Mais tarde, quando ingressei no ensino médio, optei por estudar a noite para que durante o dia pudesse trabalhar, e durante os três anos de ensino médio trabalhei durante o dia e estudei a noite. Entrei no curso de Psicologia graças ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), que tinha como finalidade promover o acesso à universidade de estudantes oriundos de escola públicas por meio de bolsas em universidades particulares. Após concluir o curso de Psicologia fiquei grávida da minha primeira filha. Quando me tornei mãe percebi o quanto era difícil a conciliação entre as atividades que eu deveria desempenhar, pois ser mãe ocupava integralmente meu tempo, o que inviabilizava o exercício de uma atividade remunerada, e para eu continuar meus estudos eu precisava primeiramente ter apoio de outras pessoas para os cuidados com as crianças. Precisei adiar alguns planos e esperar que minhas crianças crescessem um pouco mais, obtivessem mais autonomia em relação ao próprio cuidado e as demandas delas fossem outras. Após refletir sobre minha trajetória de vida, percebi que durante toda a vida me dediquei aos cuidados com outras pessoas, seja aos cuidados com meus irmãos, filhas, ou aos meus pais e para que eu pudesse estudar ou trabalhar precisei sempre conciliar os vários papéis que desempenhava. As leituras sobre feminismo e feminismo marxista me trouxeram reflexões sobre o porquê Eu, Mulher-Mãe-Trabalhadora, precisei passar por tantos momentos difíceis nessa conciliação entre esses três papéis e que não era a única a passar por isso.

Entender como ocorre a conciliação entre a vida universitária e os demais papéis vivenciados pelas mulheres na sociedade, como o trabalho, os estudos, o cuidado dos filhos e o casamento, pode ajudar a compreender as escolhas realizadas pelas mulheres e construir o debate a respeito do papel das mulheres na sociedade, de forma a aprofundar as situações de opressão e as desigualdades vivenciadas por elas e suas trajetórias como acadêmicas.

Para falarmos sobre as trajetórias de escolarização dessas mulheres é preciso falar sobre os papéis desempenhados por elas, a divisão sexual do trabalho, as desigualdades de gênero, os desafios da dupla (ou tripla) jornada de responsabilidades das mulheres

amazônicas na universidade e como as mulheres enfrentam desafios, opressões e desigualdades impostos pelo machismo e patriarcado, o que muitas vezes é enfrentado como natural ao ser mulher.

É preciso pensar que em nossa sociedade, as mulheres possuem funções e tarefas que a elas foram destinadas no decorrer da história, o que muitas vezes pode ser um desafio ou um obstáculo para conquistar uma carreira, um curso superior. Para além de tudo, ser mulher é nascer com um destino que muitas vezes não escolhemos e para nós é ensinado ou esperado no que se refere ao cuidado. Além da preocupação consigo, precisamos cuidar de outras pessoas e das atividades domésticas. Esse modelo de organização política, no qual as mulheres pertencem à esfera privada e os homens à esfera pública, surge com a origem da propriedade privada e no modelo patriarcal burguês.

Dividir tarefas esteve presente em todas as histórias das sociedades, porém em um determinado momento da história, houve uma hierarquização das tarefas e os trabalhos dos homens se tornou valorizado, enquanto o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres foi menos valorizado, colocando a mulheres em desvantagem em atividades remuneradas. Isso explica o porquê dos trabalhos de cuidado serem tão desvalorizados (porque são realizados por mulheres), logo a problemática não está na divisão do trabalho, mas sim na hierarquização e desvalorização de certas atividades.

A divisão sexual do trabalho evidencia exatamente essa hierarquização, as mulheres são as responsáveis pelos afazeres domésticos em todos os cenários em que estejam inseridas. Mulheres de camadas populares vivenciam a divisão sexual do trabalho em duplas, triplas ou constantes jornadas de tarefas. E mesmo nas classes mais favorecidas, embora as mulheres possam não ser as responsáveis pela realização dessas tarefas, elas delegam essa tarefa para outras mulheres como babás, empregadas domésticas ou cuidadoras, eximindo os homens desses cuidados. Nesse sentido, as atividades de estudo em nível universitário podem ser encaradas como mais uma dessas jornadas de atividades das mulheres.

Tendo em vista os aspectos supracitados, o foco desta dissertação foi compreender como as mulheres conciliam os estudos e as demais atividades desempenhadas por elas, seja dentro do mundo do trabalho produtivo e reprodutivo e seu percurso para entrar na universidade e quais as expectativas dessas mulheres em relação ao que um curso de graduação pode proporcionar. Neste processo, buscamos compreender as trajetórias escolares de mulheres universitárias da Universidade Federal do Amazonas, por meio da

identificação dos desafios da dupla jornada de trabalho, da conciliação entre os estudos, trabalho e família e seus projetos de carreira.

A relevância desta pesquisa envolve a possibilidade de contar trajetórias de mulheres dentro da universidade e dessa forma contribuir para a permanência delas no contexto universitário. É uma contribuição para o Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM), para o PROCAD (Projeto de Cooperação Acadêmica entre as universidades UFAM-UnB-UNIR) que objetiva o fortalecimento dos programas de pós-graduação na região amazônica, e a colaboração científica entre as universidades, tendo por referência estudos voltados ao desenvolvimento humano e educação na região amazônica brasileira. Dessa forma, a presente pesquisa possibilita a ampliação da discussão sobre a criação e implementação de políticas públicas voltadas para a permanência de mulheres na universidade nos níveis de graduação e pós-graduação.

1. OBJETIVOS

1.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as trajetórias escolares de mulheres que cursam a universidade e vivenciam a dupla jornada de trabalho.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o exercício da dupla jornada relacionado com os aspectos da saúde, carreira e projetos de vida;
- Identificar fatores que favorecem e/ou dificultam a permanência na universidade;
- Relatar os aspectos que dificultam a trajetória na Universidade e o significado destas vivências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PAPÉIS DE HOMENS E PAPÉIS DE MULHERES

Dividir tarefas de acordo com os sexos sempre esteve presente na construção e manutenção das sociedades. Quando a espécie humana surgiu há cerca de dois milhões de anos, a cultura da caça e a coleta de alimentos como forma de sobrevivência era predominante. Para Balbinotti (2018), durante esse período, as mulheres ocupavam lugar central, pois eram consideradas seres sagrados, capazes de dar a vida, ajudar na fertilidade da terra e dos animais. Embora não haja uma concordância entre antropólogos sobre o matriarcado como sistema social da maioria das civilizações antigas, sabe-se que onde o matriarcado esteve presente no sistema social havia divisão entre os sexos, mas não desigualdades.

Nosso entendimento atual de divisão de atividades é fruto do ideal judaico-cristão do que é ser mulher e sobre o que seria esperado de uma mulher, o que se perpetuou com a dicotomia entre a mulher como Eva, pecadora e responsável pelo pecado original e Maria, a virgem mãe, imaculada. Brandão e Melo (2020), refletem sobre a importância de entender essas alegorias e o papel das mulheres no patriarcado, passando do mito da mulher pecadora, a imagem de Eva, para a santificação da mulher através da Virgem Maria.

No pensamento judaico-cristão, o papel da mulher como pura, inspirado na Virgem Maria, como mãe, bondosa e amorosa ou aquela que vive para servir, colocou as mulheres no século XVII em posição de submissão e de prestadora perpétua de serviços. Com o surgimento da propriedade privada no capitalismo e os meios de produção a partir da exploração, e o modelo burguês de família, a mulher assumiu o papel de cuidadora do lar, pertencente ao espaço privado, por sua capacidade de gerar filhos, como peça no planejamento divino em função biológica diferente dos homens. Lerner (2019, p. 43) destacando o processo histórico e não natural do sistema patriarcal:

A explicação tradicionalista concentra-se na capacidade reprodutiva feminina e vê a maternidade como maior meta de vida das mulheres, definindo assim, como desviantes mulheres que não se tornam mães. Considera-se a função materna como uma necessidade da espécie, uma vez que as sociedades não teriam conseguido chegar à modernidade sem que a maioria das mulheres dedicasse quase toda vida adulta a ter e criar filhos. Assim vê-se a divisão sexual do trabalho como base para as diferenças biológicas como justa e funcional.

Nesse modelo familiar burguês, os espaços públicos foram destinados aos homens sob o papel de provedor financeiro da família, não sendo de sua responsabilidade os cuidados com a casa, com afazeres domésticos ou cuidados com filhos. Segundo Narvaz e Koller (2006), é papel dos homens na família patriarcal burguesa o sustento econômico. Para eles, era esperado promover o sustento de todos, a disciplina e a autoridade. Assim, o modelo de família institucionalizado é criado a partir da propriedade privada e a acumulação de bens e da imposição de relações monogâmicas (para o benefício dos homens), surgindo assim o patriarcado, onde às mulheres são designados os trabalhos de cuidados e aos homens, representantes de fortaleza emocional e física, são designados trabalhos na esfera pública e com reconhecimento.

Muitas desigualdades enfrentadas pelas mulheres são fruto do sistema patriarcal, que hierarquiza homens e mulheres, atribuindo a elas um patamar inferior. Desde a origem do capitalismo, as pessoas de classes trabalhadoras passaram a vender sua mão de obra como meio de sobreviver, e as mulheres trabalhadoras não somente eram (ou ainda são) subordinadas ao capital, mas também aos homens. A esse respeito, Saffioti (1978) aponta que o surgimento do capitalismo ocorre em um momento totalmente adverso às mulheres no qual se destacam os aspectos de subvalorização das capacidades femininas e a progressiva marginalização das funções produtivas, vivenciada de diferentes formas pelas mulheres de acordo com a classe econômica a que pertenciam.

As mulheres de classes mais altas eram pertencentes ao lar, aos cuidados e manutenção da família, já as mulheres trabalhadoras eram subordinadas a trabalhos que nem os homens gostariam de realizar, jornadas excessivas de trabalho e menores remunerações. Dessa forma, o sistema capitalista patriarcal não é vivenciado da mesma maneira por todas as mulheres, embora todas vivenciem subordinação, desvalorização e invisibilidade nas tarefas exercidas.

Mesmo com as transformações ocorridas ao longo dos tempos, as mulheres ainda possuem as mesmas responsabilidades desde o início do século. Costa (2017) descreve as desigualdades de gênero como herança histórica de distribuição desigual e assimétrica de poderes entre homens e mulheres, o que reproduz não somente desigualdade, dominação, exploração, mas também violências. Saffioti (1985) corrobora, apontando que as opressões sofridas pelas mulheres cotidianamente através de relações de poder político e econômico nas relações sociais são formas de violência. Para a autora, é importante observar o surgimento da supremacia masculina e as origens da propriedade privada e

como o patriarcado e o capitalismo são termos inseparáveis, como um sistema de dominação social, cultural, político e econômico. Assim, o patriarcado (sistema de supremacia masculina) é responsável pela divisão hierárquica entre os sexos para controle político, enquanto o capitalismo se caracteriza como um sistema econômico de classes que alimenta a ordem patriarcal.

Narvaz e Koller (2006), apontam que esses valores patriarcais atravessam os tempos na forma de discriminações e violências de gênero, onde as relações são regidas por dois princípios básicos, sendo o primeiro: as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens, e o segundo: os jovens são hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. Essa supremacia masculina contribuiu para maior valorização de atividades majoritariamente masculinas em detrimento de atividades femininas, legitimou o controle a sexualidade dos corpos femininos, e promoveu vantagem em papéis desempenhados pelos homens e o papel da mulher como propriedade privada através da subordinação.

O diferencial histórico e a naturalização de supostas atividades a serem realizadas por homens e por mulheres são construídas por necessidades socioeconômicas de cada sociedade e marcam a divisão sexual do trabalho.

2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Para Lerner (2019), o fato de que as mulheres sempre dedicaram boa parte de suas vidas a gerar e cuidar dos filhos tornou justa e funcional a divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho é o conceito de que homens e mulheres dentro da sociedade capitalista possuem tarefas e funções diferentes. Para Biroli (2018), essa divisão muitas vezes se caracteriza como desigual e hierárquica tanto no universo do trabalho produtivo (fora de casa, público e/ou remunerado) como no reprodutivo (em casa, privado e não remunerado), assim, a divisão sexual do trabalho não é somente a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos.

Esse modelo de funcionamento é modulado histórica e socialmente, tendo como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado - políticos, religiosos, militares etc. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Dentro da esfera reprodutiva estão os trabalhos realizados

pelas mulheres de forma gratuita como a criação dos filhos, os cuidados com afazeres domésticos e cuidados com familiares (pessoas idosas, por exemplo), liberando os homens para o trabalho produtivo remunerado, caracterizando exploração e desvantagens entre homens e mulheres (BIROLI, 2016, p. 741).

Apesar da divisão de tarefas sempre existir na história da humanidade, o conceito de divisão sexual do trabalho ganha notoriedade com o início do movimento feminista nos anos de 1970. As autoras Hirata e Kergoat (2007) afirmam que o termo foi objeto de estudo em vários países após a década de 1970 como uma forma de tomada de consciência social da “opressão” sofrida pelas mulheres, colocando em evidência o trabalho gratuito e invisível realizado pelas mesmas. Dessa forma, o trabalho desempenhado pela mulher seria aquele feito por vocação, “amor”, como os cuidados com filhos, pessoas idosas, e afazeres domésticos, feitos de forma não remunerada por quase toda a vida, como algo natural.

Sousa e Guedes (2016), ao analisarem a divisão sexual no Brasil mostram que novas configurações surgiram quando as mulheres adentraram a esfera pública e produtiva, mas isso não fez com que os homens adentrassem a esfera privada e os cuidados reprodutivos, ou seja, apesar delas terem conquistado espaço de trabalho (produtivo), a esfera de reprodução da família, educação e demais cuidados continuou a cargo das mulheres, gerando desigualdades dentro e fora de casa, acúmulo de funções como o trabalho remunerado juntamente com a responsabilidade com os cuidados de crianças e afazeres domésticos.

Estatísticas sociais do IBGE (2019) demonstram que a taxa de realização de afazeres domésticos realizado pelas mulheres corresponde a 93% e para os homens essa taxa se reduz a 80%. Mulheres gastam em média 21,3 horas semanais com cuidados com pessoas e/ou afazeres domésticos, enquanto os homens gastam 10,9 horas semanais com os mesmos cuidados. Mesmo em situações ocupacionais iguais, onde ambos estejam empregados, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelos cuidados com a casa e com as pessoas (18,5 horas semanais) em comparação aos homens (10,3 horas semanais).

Com relação a maternidade, número de filhos e jornadas de trabalho, as autoras Guiginski e Wajnman (2019), ressaltam que há uma sobrecarga de trabalho e de desigualdades de gênero que dificulta muitas vezes a conciliação de responsabilidades familiares e profissionais. Em decorrência da maternidade, ter um filho em idade pré-escolar diminui as chances de a mulher estar no mercado de trabalho em 52,2% e ter dois

ou mais filhos em idade pré-escolar reduz esta chance em 73,5%, em comparação com aquelas que não têm filhos. Para mulheres com filhos em idade escolar, a mudança na razão de chances é menor, mas ainda assim expressiva: a presença de um filho em idade escolar reduz as chances em 24,8% e dois ou mais filhos representam 34,4% de decréscimo nas chances de participação, em relação àquelas sem filhos. A presença de filhos acima de 12 anos também afeta a participação das mulheres, porém em menor proporção, pois são crianças maiores com autonomia para se cuidar.

Quanto ao nível de escolarização, as mulheres são maioria nas universidades, porém, apesar de serem mais escolarizadas que os homens, as mulheres possuem remuneração inferior (cerca de 25% a menos) em situação ocupacional igual, como mostram dados do INEP (2019). Dos 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação, e a maior taxa de conclusão de nível superior está entre as mulheres (43%), sendo que para os homens essa taxa é de 35%. Mesmo com a maior taxa de escolarização da história feminina, as mulheres não têm acesso as mesmas profissões que os homens, e são minoria em cargos de chefia, como mostrado por Barros e Mourão (2018). Apesar do crescimento do número de mulheres com nível superior e pós-graduadas, há exclusões no alcance de maior prestígio em qualquer que seja a área em que atuam, sendo uma tendência mundial os homens ocuparem cargos gerenciais e de liderança.

Hirata (2018) comenta que a desigualdade salarial entre homens e mulheres é uma tendência mundial. Na escolha profissional, as mulheres optam por trabalhos ligados aos cuidados e aos cuidados com pessoas como professora, enfermeira, psicóloga, secretária, atendente, babá e empregada doméstica. Mesmo empregadas, ainda assim mantêm seu papel de 'dona de casa', desempenhando as tarefas domésticas, o que demonstra que há uma mentalidade mundial e princípios organizadores do trabalho que permanecem presentes nas sociedades em pleno século XXI, demonstrando a variabilidade da divisão sexual do trabalho. Exemplo disso são os serviços de cuidado ou de limpeza e profissões que requerem qualidades que são consideradas inatas (pelo sexo, mas também pela origem étnica), e não adquiridas por um processo de aprendizagem e socialização, determinando a natureza das funções e pautando-as na característica sexual e de gênero (HIRATA, 2018; HIRATA; KERGOAT, 2021, p. 28).

Outra informação é que as mulheres também são maioria em trabalhos informais, mal remunerados ou que apresentam riscos à saúde. Desse grupo, 16% das mulheres brasileiras ocupadas são empregadas domésticas, muitas vezes sem direitos e/ou vínculos empregatícios (HIRATA, 2018), uma tendência que segue na maioria dos países. Fazendo

um recorte de gênero, raça e classe, as mulheres negras são mais propensas ao trabalho informal e à vulnerabilidade, pois o trabalho precário acarreta em maior intensidade de desgaste físico e emocional, menores salários e formas atípicas de trabalho, isto é, jornadas de meio período e temporário (HIRATA, 2011). Estes dados demonstram que ser mulher torna-se fator de risco para menores salários, ausência de direitos trabalhistas, trabalhos em situação de precariedade, favorecendo exploração e desigualdades de gênero.

Federici (2019) salienta que todo trabalho dentro do capitalismo é trabalho de exploração e o trabalho doméstico é entendido como um atributo “natural” à psique e à personalidade feminina, não sendo reconhecido como trabalho e por consequência não remunerado ao ser convertido em vocação, resultando em acúmulo de funções. A autora ainda aponta que para que houvesse justiça, a exploração da mão de obra feminina e do trabalho doméstico deveria resultar em salários para as mulheres que realizassem esse tipo de trabalho, pois se trata mais do que limpar e cuidar de pessoas, é servir aos assalariados física, emocional e sexualmente. Além disso, o cuidado com crianças é garantir que os futuros trabalhadores do capitalismo sejam amparados desde o nascimento até a vida adulta garantindo que seu desempenho esteja de acordo com o previsto pelo sistema. Defender que todo trabalho doméstico deveria ser reconhecido como trabalho e, portanto, merecedor de pagamento, é buscar uma forma de reconhecimento desses trabalhos como essenciais para a sociedade e produção do viver. Porém, o trabalho doméstico somente é remunerado quando feito por pessoas de fora da família, como prestação de serviço às classes mais altas.

Embora hoje grande parte das mulheres não se dediquem exclusivamente a maternidade e aos cuidados, o casamento ainda é visto como aspiração, e apesar de gerações de mulheres fazerem parte da força de trabalho, a casa ainda é, supostamente, da esfera feminina (ORR, 2011). Estes aspectos colocam as mulheres em situações de difícil conciliação com casa, trabalho e cuidados, o que pode levar as mulheres muitas vezes a trabalhos mal remunerados.

Outro fator importante sobre a divisão sexual do trabalho é o fenômeno da bipolarização do trabalho feminino. Hirata (2016) destaca que no Brasil há uma bipolarização entre os trabalhos realizados pelas mulheres: de um lado mulheres com nível superior exercendo funções tradicionalmente femininas no setores de saúde, educação, executivas, profissionais intelectuais, relativamente bem remuneradas, em postos de responsabilidade e prestígio social; e de outro lado mulheres, majoritariamente,

empregadas domésticas, diaristas, técnicas de enfermagem, professoras de pré-escola, caixas, vendedoras, cuidadoras e babás, com salários relativamente mais baixos, e profissões de menor prestígio social.

Na classe média, mesmo que as mulheres não sejam diretamente responsáveis pelos cuidados com pessoas e afazeres domésticos, elas delegam essa função a outras mulheres sobre os cargos de babás, empregadas domésticas, cuidadoras de idosos, eximindo os homens da responsabilidade com esses cuidados, como forma de alocação de tarefas. As cuidadoras são mulheres, de camadas mais modestas, imigrantes internas (Brasil), majoritariamente pobres e subalternas (HIRATA, 2018), evidenciando que o trabalho doméstico é vivido formas diferentes entre as mulheres.

Como já falado, as mulheres dentro da esfera reprodutiva de trabalho são responsáveis por cerca de 80% dos serviços domésticos e cuidados com pessoas. Considerando que esses cuidados são essenciais para o funcionamento da sociedade, mesmo quando ativas na esfera produtiva de trabalho, realizando trabalhos fora de casa, as mulheres são responsáveis pelos trabalhos domésticos, resultando muitas vezes em dupla, ou tripla jornada de trabalho ou como dito mais recentemente, uma jornada contínua de trabalho, não sobrando muitas vezes tempo eficaz para o lazer ou estudos. Para combater a divisão desigual das jornadas de trabalho contínuas das mulheres é preciso pensar em políticas públicas voltadas para as mulheres, mães, estudantes e trabalhadoras, que conciliam em seu cotidiano o trabalho produtivo e o reprodutivo.

2.3 CONCILIANDO O TRABALHO PRODUTIVO E O REPRODUTIVO – UMA REVISÃO DE LITERATURA

Para que hoje as mulheres tivessem acesso às atividades fora de casa foram necessárias mudanças na história e na sociedade, como a revolução industrial, o feminismo, o declínio das taxas de fecundidade, e atualmente a participação das mulheres nas atividades políticas. Com o surgimento do capitalismo e a origem do patriarcado, as mulheres assumiram funções relacionadas aos cuidados, como afazeres domésticos e criação dos filhos, trabalhos estes denominados como reprodutivos, por serem realizados dentro da esfera doméstica, que demandam tempo e dedicação integral e não são rentáveis financeiramente. Aos homens foi designado o papel de provedor da família e o trabalho produtivo fora de casa, a possibilidade de carreira profissional e ganho financeiro (ROCHA; PINTO, 2018, p.145). Neste modelo tradicional de família, o trabalho

doméstico é assumido inteiramente pelas mulheres, categorizando a divisão sexual do trabalho e a tradição cultural que naturaliza espaços de mulheres e de homens (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A discussão a respeito da divisão sexual do trabalho não é um tema novo. O conceito surgiu na década de 1970 na França a partir dos movimentos feministas. Os estudos iniciais visavam compreender a ocorrência de divisões de postos de trabalho de acordo com o gênero e divisão de tarefas domésticas, o que colocou em evidência o trabalho realizado gratuitamente pelas mulheres. Segundo Hirata (2016), os trabalhos domésticos podem ser definidos como invisíveis mesmo exigindo tempo e esforço para a realização, são feitos em nome do amor a família e do dever materno. Dessa forma o trabalho doméstico dentro da família é diferenciado entre os membros do sexo masculino e do sexo feminino, formando dois grupos sociais de indivíduos divididos pelo gênero. Assim, a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo. Nela, os homens desempenham papéis na esfera produtiva e as mulheres, primordialmente, na esfera reprodutiva.

Desde a década de 1970, o papel das mulheres no Brasil vem passando por grandes transformações. Para Bruschini e Lombardi (2002), do ponto de vista da demanda do mercado, a expansão da economia, a crescente urbanização e o ritmo acelerado da industrialização, a queda da fecundidade, a redução do número de filhos, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres e o ingresso à universidade configuraram nos anos setenta, um movimento de grande crescimento econômico favorável para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, mudando o perfil das mulheres, da população brasileira e das famílias. A mão de obra feminina que antes era composta por mulheres jovens e solteiras, passou a ser, também, de mulheres mais velhas, casadas e mães. Essas mudanças no perfil das mulheres nos trouxeram hoje a questões acerca do papel das mulheres no mercado de trabalho e no entendimento do que é o trabalho.

Para Kergoat (2003), a entrada das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho representa a conciliação entre o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo, determinando para as mulheres responsabilidades extras, além de sua carreira profissional e estudos, atividades estas que podem sobrecarregá-las e trazerem prejuízos para sua saúde física e mental. Estudo feito por Santana, Loomis e Newman (2001), cujo objetivo era verificar a associação da dupla jornada de trabalho a sintomas psiquiátricos, evidenciou que as mulheres passam em média 10 horas por dia dedicadas aos trabalhos, tendo como principal resultado a dupla jornada laboral vinculada a cuidados com crianças

em idade pré-escolar e ser casada como fator de risco de adoecimento com o dobro de probabilidade de apresentar sintomas psiquiátricos.

Estudo de Hirata (2016) concluiu que as mulheres hoje são mais instruídas que os homens em todos os níveis educacionais, porém uma minoria consegue chegar a funções executivas e cargos bem remunerados, o que demonstra a desigualdade entre os gêneros e sinaliza que a mulher precisa ainda conquistar mais espaços na sociedade.

Partindo deste panorama de divisão do trabalho pelo gênero e das desigualdades apontadas, a presente revisão de literatura propõe discutir a dupla jornada de mulheres que precisam conciliar o trabalho reprodutivo que limita o tempo de dedicação ao trabalho produtivo, remunerado, acúmulo de funções e de responsabilidades.

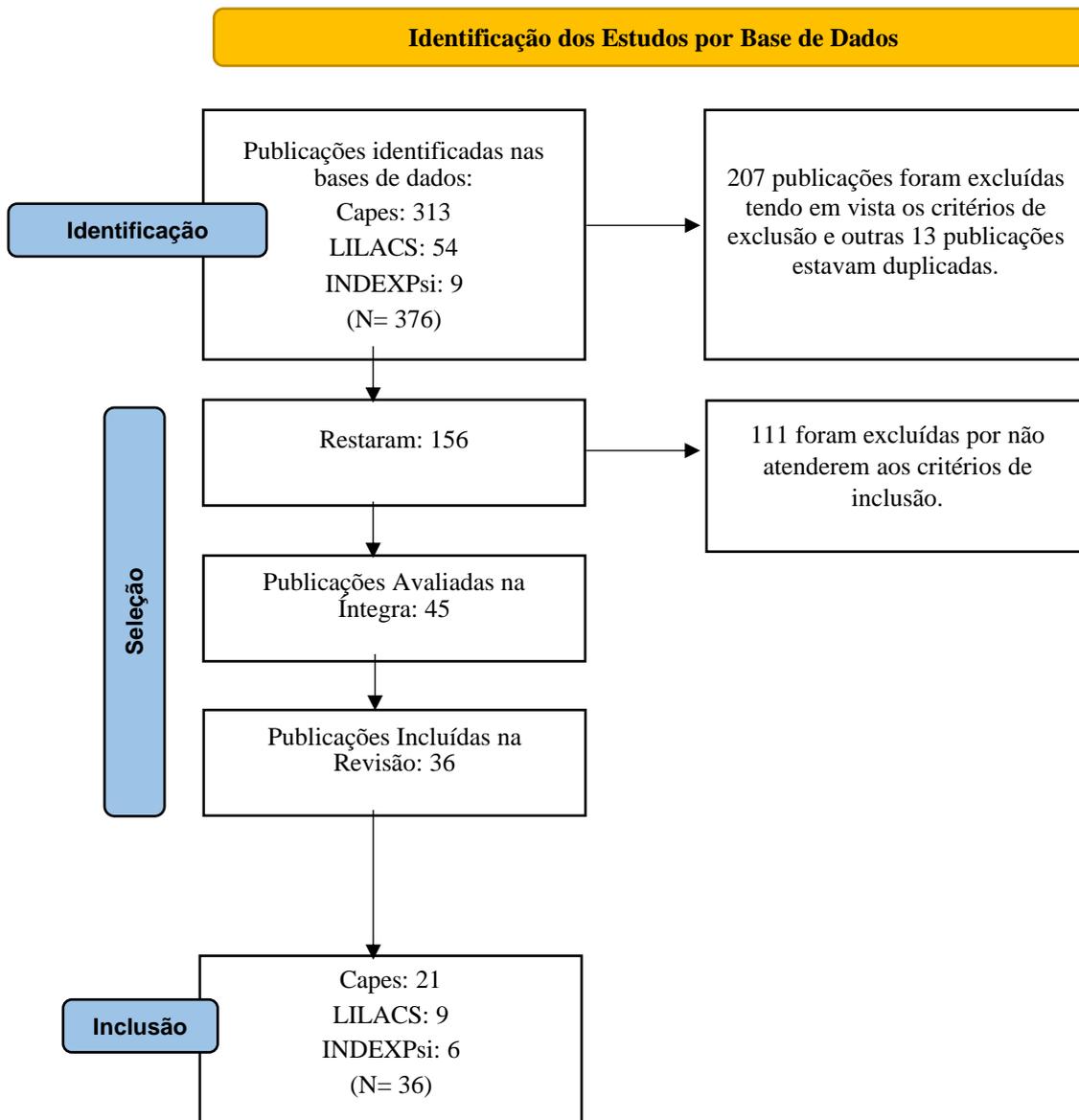
Para compreender essa temática, realizou-se uma revisão de literatura acerca do tema conciliação entre trabalho reprodutivo, produtivo e os impactos na mulher, como a dupla jornada de trabalho. Trata-se de uma Revisão Sistemática Integrativa, a partir da recomendação PRISMA, método de pesquisa reconhecido internacionalmente e que colabora para a sistematização das informações. Galvão e Pereira (2014) também descrevem os passos para a elaboração de uma revisão sistemática integrativa que consistem em (1) elaboração de uma pergunta de pesquisa; (2) busca na literatura; (3) seleção dos artigos; (4) extração dos dados; (5) avaliação metodológica; (6) síntese dos dados (metanálise); (7) avaliação da qualidade das evidências; (8) redação e publicação dos resultados.

A pergunta norteadora da revisão foi: como as mulheres conciliam trabalho reprodutivo e produtivo em suas duplas jornadas? A partir deste questionamento, a presente revisão sistemática de literatura foi conduzida em periódicos disponíveis nas Bases de dados CAPES, LILACS e INDEXPsi. As etapas para elaboração do artigo foram: seleção de descritores, escolha das bases de dados, seleção e avaliação dos artigos.

A primeira etapa foi realizada em maio de 2021 nas bases de dados supracitadas utilizando como termos de busca as palavras dupla, jornada, mulheres, trabalho, remunerado, doméstico combinadas com o operador booleano AND, isto é, as buscas ficaram da seguinte maneira: “dupla and jornada and mulheres”, “trabalho and remunerado and trabalho and doméstico”, tendo como critérios de inclusão artigos no idioma português dos últimos 10 anos e que tratassem da temática da dupla jornada feminina.

Os critérios de exclusão foram de trabalhos com mais de 10 anos de publicação, trabalhos que não abordavam o tema da dupla jornada e trabalhos que se referiam a outro

gênero e não mulheres. Foram encontrados 376 artigos nas três bases de dados, dos quais foram submetidos aos três critérios de exclusão, restando 36 artigos que respondiam aos critérios de inclusão. A Figura 1 apresenta os resultados da busca.

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos artigos

Fonte: Elaboração da autora do processo de seleção dos artigos, 2023.

O universo do estudo foi composto por 376 artigos, dos quais 36 foram selecionados por atenderem aos critérios de inclusão do trabalho, tratar sobre a dupla jornada feminina e ter sido publicado nos últimos 10 anos. Dos 36 artigos selecionados, 16 tiveram os estudos desenvolvidos na região sudeste do país, nove na região sul, quatro na região nordeste, três na região centro-oeste e um na região norte. Internacionalmente, foram selecionados um artigo da Colômbia, um artigo da Argentina e um artigo de Portugal. O Quadro 1 apresenta os artigos selecionados para a análise.

Quadro 1: Artigos selecionados

	Ano	Título	Autores	Periódico
1	2020	A reprodução simbólica das desigualdades entre mulheres e homens no Brasil	SCHABBACH, L. M.	Opin. Pública
2	2020	Doble jornada laboral y percepción de la salud en mujeres: investigación cualitativa	MUSARELLA, N.; DISCACCIATI, V.	Evid. Actual. práct. Ambul
3	2019	Mulheres, estudo, trabalho e relações sociais de sexo.	MELO, A; MAROCHI, A. C.	Acta Scientiarum. Human
4	2019	Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil	MUNIZ, J. O; VENEROSO, C. Z.	Rev. Ciênc. Sociais
5	2019	Sob o risco de estresse: as consequências da emancipação feminina na revista Veja (2000 - 2018)	FREIRE-FILHO, J. B. M; BAKKER, B. W. A	RECIIS (Online)
6	2019	O EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL: um olhar para o “trabalho da mulher” na perspectiva histórica e contemporânea	SILVA, P.; QUEIROZ, S. N.	Revista Política e Trabalho
7	2018	Vivenciando o ser mulher em uma mina de carvão	ARAÚJO, C.; VEIGA, A.	Revista Estudos Feministas
8	2018	Trabalho feminino e saúde na voz de catadoras de materiais recicláveis	COELHO, A.F.; BECK, C.L.C.; SILVA, R.M. da; VEDOTO, D. O.; SILVA, J. R. P.	Texto & Contexto Enferm
9	2018	Atitudes face à divisão do trabalho em Portugal em 2002 e 2014: Mudanças e continuidades	RAMOS, V.; RODRIGUES, L. B.; CORREIA, R.B.	Sociologia
10	2018	Você, dona de casa: trabalho, saúde e subjetividade no espaço doméstico	MONTEIRO, R. P.; ARAÚJO, J. N. G.; MOREIRA, M. I. C.	Pesqui. prá. Psicossociais
11	2017	Como famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família?	MADALOZZO, R.; BLOFIELD, M.	Revista Estudos Feministas
12	2017	Estratificação Residencial, Valoração do Trabalho Doméstico e Uso do Tempo: Contribuições para a Análise do Caso do Brasil	AGUIAR, N.; MONT’ALVÃO, A.	Dados rev. Ciênc. Sociais
13	2017	Trajetórias de feminização no trabalho hospitalar	BORGES, T. M. B.; DETONI, P. P.	Cad. Psicol. Soc. Trab
14	2017	Voltando a discussão sobre capitalismo e patriarcado	MIGUEL, L. F.	Revista Estudos Feministas
15	2017	Relações de Gênero na Polícia Militar: Narrativas de mulheres policiais.	LARA, L.F.; CAMPOS, E. A. R. de; STEFANO, S. R.; ANDRADE, S. M.	HOLOS
16	2017	Produção de vulnerabilidades em saúde: o trabalho das mulheres em empresas agrícolas da Chapada do Apodi, Ceará	ROCHA, M. M.; RIGOTTO, R. M.	Saúde debate
17	2016	Trabalho, cuidado e sociabilidade: contribuições marxianas para o debate contemporâneo	PASSOS, R. G	Serv. Soc. Soc
18	2016	Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de <i>care</i>	HERRERA, K.	Política & Sociedade
19	2016	Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento.	NOBRE, M.	Revista Estudos Feministas

20	2016	Análise crítica da efetividade do Direito Humano ao trabalho: um impasse na discriminação de gênero.	MATOS, A. C. H.; CIRINO, S. M.	Quaestio Iuris
21	2016	Divisão Sexual do Trabalho e Democracia	BIROLI, F.	Revista de Ciências Sociais
22	2016	Desafios da equidade de gênero no século XXI	ALVES, J. E. D.	Revista Estudos Feministas
23	2015	Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: horas no trabalho doméstico e bem-estar no Estado do Rio de Janeiro	ARAÚJO, C.; VEIGA, A.	Revista Brasileira de Ciência Política
24	2015	Trabalho doméstico, consumo e interseccionalidade: possibilidades de agência na trajetória de uma (ex) empregada doméstica	MACEDO, R. M.	Mediações - Revista de Ciências Sociais
25	2015	O perfil socioeconômico das donas de casa na Nicarágua	MONTOY, Á. J., SARAIVA, M. D. D.; TEIXEIRA, K. M. D.	Revista Estudos Feministas
26	2015	Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho nos correios: participação feminina, hierarquia profissional e políticas de gestão	TEIXEIRA, T. G.	Mediações - Revista de Ciências Sociais
27	2014	Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade	FIORIN, P. C.; OLIVEIRA, C. T. de; DIAS, A. C. G.	Rev. Bras. Orientac. Prof
28	2013	Estratégias utilizadas por mulheres policiais para conciliar seus deveres de trabalho doméstico e remunerado: um caminho rumo à equidade de gênero?	TENA, O.	Acta Colombiana de Psicologia
29	2013	Identidade da agente comunitária de saúde: tecendo racionalidades emergentes	ROCHA, N. H. N.; BARLETTO, M.; BEVILACQUA, P. D.	Interface: Comunicação Saúde Educação
30	2013	Estresse ocupacional em mulheres policiais	BEZERRA, C. M.; MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P.	Ciência & Saúde Coletiva
31	2013	A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher	VIEIRA, A.; AMARAL, G. A.	Saúde Soc
32	2012	Trabalho e família: perspectivas teóricas e desafios atuais	BARHAM, E. J.; VANALLI, A. C. G.	Rev. Psicol. Org. Trab
33	2012	A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos	AVILA, R. C.; PORTES, É. A.	Revista Estudos Feministas
34	2012	Carreira e Família: Divisão de tarefas domiciliares na vida de professoras universitárias	GUIMARÃES, M.G. V.; PETEAN, E.B. L.	Rev. Bras. Orientac. Prof
35	2011	Modos de subjetivação femininos, família e trabalho	AMAZONAS, M. C. L. A.; VIEIRA, L.L. F.; PINTO, V.	Psicol. Cienc. Prof
36	2011	O desenvolvimento do talento em uma perspectiva feminina	PRADO, R. M.; FLEITH, D.S.; GONÇALVES, F. C.	Psicol. Cienc. Prof

Fonte: Elaboração da autora a partir dos artigos selecionados, 2023.

O fenômeno da dupla jornada feminina tem sido alvo de interesse da literatura nacional. Considerando o parâmetro cronológico dessa revisão, entre os anos de 2010 e 2015 foram identificados 14 artigos sobre a temática da dupla jornada, e de 2016 a 2020 mais 22 artigos foram publicados. Entres as revistas brasileiras, a Revista Estudos

Feministas teve maior frequência (7), seguida das revistas Ciências Sociais (2), Caderno de Psicologia Social e do Trabalho (2), Mediações (2), Revista Brasileira de Orientação Profissional (2) e Psicologia Ciência e Profissão (2). Os demais periódicos, apresentaram apenas uma publicação cada. Com relação a autoria dos trabalhos, as mulheres são maioria, figurando como primeira ou segunda autoria, ou seja, percebeu-se um protagonismo de autoria feminina, o que valida a luta das mulheres por espaços profissionais, demonstrados aqui na autoria de publicações científicas.

Analisando as áreas de conhecimento nas quais os artigos foram publicados, nota-se prevalência de materiais nos campos da Psicologia (11) e das Ciências Sociais e Políticas (11), com alternâncias em Filosofia (5), Saúde Pública e Coletiva (4), Comunicação Social (1), Enfermagem (1), Administração (1), Serviço Social (1) e Direito (1). Os achados mostram o maior interesse das Ciências Humanas e Sociais pela temática relativa às mulheres. Com relação a quantidade de autores, observou-se a escrita coletiva na maioria dos artigos, demonstrando a rede de colaboração científica que as mulheres são capazes de realizar.

Vinte e quatro dos artigos selecionados utilizaram abordagem qualitativa, quatro referiram-se a abordagem quantitativa e oito usaram a abordagem mista (qualitativa e quantitativa). Em relação aos métodos de abordagem qualitativa, a Análise de Conteúdo foi a mais utilizada. Nas publicações de viés quantitativo, a técnica de análise de dados por meio de inferências estatísticas e aplicação de questionários para a pesquisa se destacaram, afinal, são recursos metodológicos que respondem aos objetivos por meio de uma linguagem matemática (GÜNTHER, 2006).

Para realizar a síntese dos dados (metanálise) e a avaliação da qualidade das evidências, foram elaboradas categorias de conteúdo, visando responder à questão norteadora: Como as mulheres vivenciam a dupla jornada de trabalho, ou seja, conciliam trabalho reprodutivo/doméstico e produtivo? As categorias foram organizadas pelos temas e conteúdo dos trabalhos. Dos 36 artigos selecionados, 18 deles abordavam “Gênero e divisão do trabalho”, 10 artigos discutiam a temática “Conciliação entre o lar (atividades domésticas e de cuidado) com o trabalho” e 08 artigos traziam as temáticas “Trabalho feminino e precarização”. As categorias procuraram explicar o conteúdo das pesquisas desenvolvidas e como as mulheres conciliam trabalho reprodutivo e produtivo em suas duplas jornadas de trabalho, que serão abordadas a seguir.

2.3.1. Gênero e Divisão do Trabalho

Nesta categoria os trabalhos versaram sobre a divisão do trabalho de acordo com o gênero. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas, Luciana Leila Fontes Vieira e Virgínia Cavalcanti Pinto (2011), em seu trabalho intitulado “Modos de subjetivação femininos, família e trabalho”, trouxeram para a reflexão o conceito de gênero, realizando a discussão acerca dos modos de subjetivação femininos no mundo contemporâneo e no contexto do trabalho e da família, ao referenciar o conceito de gênero como relacional, plural, numa tentativa de escapar à lógica binária. Na pesquisa conduzida por elas, as mulheres assumiram múltiplas identidades e requisitaram posições de sujeito em discursos que indicam a busca por caminhos alternativos que as ajudam a superar as relações dicotômicas na vivência das subjetividades.

Corroborando para a compreensão de aspectos que envolvem questões de gênero, Flávia Biroli (2016) aponta para a necessidade de estudos voltados às temáticas gênero e trabalho ao refletir o grande tema “Divisão Sexual do Trabalho e Democracia”. A autora defende o entendimento de que gênero e trabalho transcorrem por relações sociais e políticas, de modo que a posição das mulheres em relações de trabalho é uma forma de exploração e dominação de gênero resultante do sistema burguês patriarcal. Essa exploração também perpassa pela divisão do trabalho doméstico não remunerado e trabalho remunerado nas sociedades contemporâneas.

Retomando a história, a inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu, principalmente pelo aumento da escolarização feminina e pelo acesso das mulheres às profissões técnicas, como mostrado por Tadeu Teixeira (2015). Para o autor, o aumento da escolarização permitiu que as mulheres assumissem postos de trabalho anteriormente destinados aos homens, porém mesmo com avanços, a participação feminina ainda é marcada por preconceito, discriminação e menores salários. No mercado formal de trabalho, José Eustáquio Alves (2016), ressalta a pouca participação feminina, embora as desigualdades salariais venham diminuindo, o ritmo ainda é lento, o que contribui para a discriminação no mercado de trabalho e a permanência de práticas culturais e sociais que favorecem a divisão desigual do trabalho produtivo e reprodutivo, e as dificuldade em conciliar família e emprego.

O mesmo é observado por Leonor B. Rodrigues Vasco Ramos e Rita B. Correia (2019), que abordam a temática da desigualdade de trabalho e gênero. As autoras afirmam que o padrão tradicional de divisão de trabalho ainda é o mais praticado. Porém, percebe-se uma mudança e atitudes mais igualitárias ao trabalho não remunerado que ocorreu graças às políticas públicas de promoção da igualdade de gênero, destacando-se a importância do papel masculino nos afazeres domésticos e veiculada nos últimos tempos em Portugal.

No Brasil, o estudo de Miriam Nobre (2016) sobre as políticas públicas para o enfrentamento às desigualdades de gênero, segundo a ONU Mulheres, aponta que ao se utilizar as estruturas e concepções sobre direitos humanos relacionando a política e a economia, pode-se elaborar políticas públicas e programas que atendam as mulheres ampliando a noção de trabalho e favorecendo o enfrentamento das desigualdades de gênero. Corrobora com esse estudo, a análise crítica elaborada por Matos e Cirino (2016), que se embasaram nos dados empíricos apresentados nos Relatórios de Gênero elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os resultados demonstraram que a discriminação de gênero no trabalho ainda é uma realidade vivenciada pelas mulheres nas relações laborais e que a adoção de políticas públicas voltadas ao trabalho e aos direitos humanos pode corrigir as diferenças materiais de gênero para que haja igualdade de oportunidades.

Em relação ao tempo gasto com atividades domésticas, há a evidência de que as mulheres dedicam mais tempo em cuidados e trabalhos não remunerados do que os homens, como mostrado por Maria da Glória Guimarães e Eucia Petean (2012) em seu estudo “Carreira e Família: Divisão de tarefas domiciliares na vida de professoras universitárias”. Embora os homens estejam engajados com afazeres domésticos, o tempo gasto pelas mulheres é superior mesmo em situação em que ambos possuem mesma carga horária de trabalhos remunerados. Apesar disso, muitas mulheres não identificam desigualdade nas tarefas de cuidados, o que para as autoras pode ser herança patriarcal transmitida ao longo das gerações, que naturaliza trabalhos de cuidados e afazeres domésticos às mulheres. Esses achados também se encontram na pesquisa “Estratificação Residencial, Valoração do Trabalho Doméstico e Uso do Tempo: Contribuições para a Análise do Caso do Brasil” desenvolvida por Neuma Aguiar e Arnaldo Mont’Alvão (2017), que concluíram que o trabalho doméstico contribui para a valorização do trabalho não remunerado. Por meio de uma escala de estratificação dos trabalhos domésticos, os

autores analisaram a relação entre estratificação residencial e o tempo gasto por homens e mulheres em atividades domésticas e observou que as mulheres despendem mais que o dobro de tempo que os homens com os cuidados com casa e família.

Luís Felipe Miguel (2017) denuncia o trabalho doméstico como fonte de exploração do trabalho feminino. Os trabalhos de reprodução somados à entrada das mulheres no mercado de trabalho resultam em um fardo desigualmente distribuído, dupla jornada de trabalho e impactos na posição feminina ao trabalho assalariado e traz questões sobre capitalismo e patriarcado na divisão de trabalho e papéis femininos. Letícia Schabbach (2020), reafirma a questão de gênero e trabalho, a atuação feminina na política, educação e cultura, ao relacionar espaço público e privado com recorte de gênero, comparando opiniões de homens e mulheres sobre assuntos relacionados ao cotidiano doméstico, concluiu que as representações sociais acerca do papel da mulher ainda são de principal responsável pelo trabalho reprodutivo e não remunerado, e do homem como provedor do lar e atuante no espaço público.

No estudo de Tábata Borges e Priscila Detoni (2017), as autoras buscam entender o processo de feminização do trabalho no setor da saúde e os efeitos da divisão sexual do trabalho. Os resultados indicam uma desvalorização do trabalho em casa realizado pelas mulheres trabalhadoras e a necessidade de desnaturalizar a ideia do trabalho doméstico como não sendo trabalho. O estudo de Nathália Hosana Rocha, Marisa Barletto e Paula Dias Bevilacqua (2013) ao analisar o trabalho público e privado de agentes comunitária de saúde (ACS) do sexo feminino demonstrou que a profissão de ACS é desvalorizada por ser um trabalho visto como feminino e por essa razão é marcada pela desigualdade de gênero. As profissionais de ACS atravessam jornadas de trabalho de cuidados domésticos e à subordinação que a divisão sexual de trabalho oferece.

No México, o estudo de Olivia Tena (2013) examinou a experiência das mulheres policiais sobre suas estratégias para conciliar o emprego remunerado e a vida familiar. Os resultados mostraram desigualdades de gênero na forma em que mulheres e homens organizam seu trabalho e vida familiar. No Brasil, o estudo de Luiz Fernando Lara, Elaine Aparecida Campos, Silvio Roberto Stefano e Sandra Mara Andrade (2017), com mulheres policiais militares demonstrou que o trabalho militar é estereotipado como lugar para homens, e vem sofrendo mudanças desde a década de 1990, havendo atualmente um número maior de mulheres que ocupam essa profissão. Foi percebido que as mulheres empreendem empenho e dedicação na profissão, entretanto, vivenciam preconceito em relação ao gênero, algo que precisa ser ultrapassado.

Clara Araújo e Alinne Veiga (2015), em pesquisa realizada no Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2013 e 2014, investigaram a compatibilização da vida familiar com o trabalho pago e as mediações de gênero nesse processo. Resultados demonstram que padrões desiguais de responsabilidades e envolvimento domésticos e familiares são problemáticas sociais, e não problemas de escolhas individuais, o que tem mantido os padrões de gênero adotados socialmente. Corroboram com esses achados, os resultados do estudo de Adriane Viera e Graziela Amaral (2013) revelando que o trabalho é um fator essencial na vida das mulheres e os sentidos dos trabalhos passam pela herança cultural, histórica de cada família, e é vivida de forma diferente de acordo com fatores como raça e classe social. Para as mulheres de classes mais baixas o trabalho é associado a sobrevivência, oportunidade de estudar, crescimento profissional e mudança de vida, enquanto as mulheres de classes mais altas veem o trabalho como oportunidade de independência e autonomia.

O estudo apresentado por Renata Muniz Prado, Denise de Souza Fleith e Fernanda do Carmo Gonçalves (2011) aponta uma necessidade urgente em promover uma reflexão sobre o processo de equilíbrio que as mulheres enfrentam no desempenho de múltiplos papéis, bem como programas que incentivem a participação e ascensão das mulheres no mercado de trabalho, como um programa para a promoção de talentos, por exemplo. É necessário também pensar nos fatores que levam a divisão desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres, bem como as consequências da dupla jornada na saúde e qualidade de vida das mulheres.

Em todos os trabalhos ligados a temática da divisão sexual do trabalho fica evidente o papel das mulheres nas atividades de cuidados com a casa, filhos e preparação de alimentos, mesmo para aquelas mulheres trabalhadoras assalariadas, e uma naturalização da divisão do trabalho é uma tendência em praticamente todo o mundo, revelando desigualdade sexual e econômica.

2.3.2 Conciliação entre o lar (atividades domésticas e de cuidado) com o trabalho

Mudanças em nossa sociedade permitiram que as mulheres ingressassem no mercado de trabalho e conquistassem possibilidades de carreira, o que culminou no acúmulo de funções, dentro e fora de casa. A análise dos artigos possibilitou observar desigualdade entre os gêneros no mercado de trabalho, e também que o trabalho doméstico não é reconhecido enquanto trabalho no Brasil. Elizabeth Barhan e Ana

Carolina Vanalli (2012) ressaltam que até 1960 não se dava importância para a necessidade de conciliação entre trabalho e a vida doméstica de trabalhadoras, porém com a crescente participação das mulheres que optavam em continuar a trabalhar após se tornarem mães. Em todas as classes sociais viu-se a importância da conciliação casa e trabalho se tornando maior e mesmo na pós-modernidade, não há uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico e de cuidado dos filhos, tais atividades continuam a ser uma responsabilidade predominantemente feminina (GUIMARÃES, Maria da Glória Vítório; PETEAN, Eucia Beatriz Lopes, 2012).

Ainda no século XXI, Jerônimo Muniz e Carmelita Veneroso (2019) apontam que as mulheres ao escolherem uma carreira levam em consideração os papéis que ocupam na família. Diante desta realidade, o trabalho informal se torna uma alternativa viável para a conciliação do trabalho remunerado com atividades domésticas, atingindo principalmente as mulheres de classes mais baixas. Os autores ainda destacam a maternidade como fator de desigualdade social e de renda, pois o número de filhos pequenos reduz a probabilidade de participação das mulheres no mercado de trabalho.

O estudo de Rebeca Contrera Ávila e Écio Antônio Portes (2012), com mulheres de camadas populares que frequentam cursos noturnos em uma universidade pública também revelam que as mulheres que decidem estudar já levavam uma dupla jornada de trabalho diária como mães, donas de casa e profissionais, e ao prosseguir com os estudos universitários passam a vivenciar uma tríplice jornada de trabalho diária, destacando que são mulheres que se negam a desistir de seus sonhos e por isso enfrentam essa dura jornada.

Priscila Silva e Silvana Queiroz (2019), ao resgatar estudos sobre o emprego doméstico no Brasil, observaram que no país ele é realizado quase que exclusivamente por mulheres, sob a dinâmica mulher/mãe/trabalhadora subordinada ao capital/patrão, fruto da construção de postos de trabalhos em que muitas vezes há déficit de direitos, desigualdades de rendimentos e discriminação social. Alessandro Melo e Ana Claudia Marochi (2019), em sua pesquisa “Mulheres, estudo, trabalho e relações sociais de sexo”, perceberam que as mulheres pesquisadas desenvolvem atividades laborais no setor de serviços e doméstico, sendo uma parcela pequena no setor industrial de uma cidade do centro-oeste do país. Os resultados demonstraram que as trabalhadoras eram estudantes por acreditarem que com a escolarização poderiam alcançar melhores funções, mas que todas as pesquisadas tinham que conciliar trabalho, estudo e cuidados domésticos, o que

dificulta o desenvolvimento de suas carreiras profissionais, revelando que as relações de trabalho estão enraizadas na organização social baseada no patriarcado e no capitalismo.

Essa divisão desigual de trabalho e fazeres também é percebida por Rodrigo Padrini Monteiro, José Newton Garcia de Araújo e Maria Ignez Costa Moreira (2018), na revisão de literatura que discute o trabalho doméstico e a sua vinculação à mulher. Os autores apontam que a naturalização do trabalho doméstico reprodutivo e invisível associado a mulher é uma construção social, que coloca as mulheres em posições inferiores com relação aos trabalhos realizados pelos homens. Argumentam que o trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, implica em desvantagens para as mulheres, pois dentro de casa elas são responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados para com a família e falta tempo para os estudos, cuidados próprios ou trabalhos remunerados.

Regina Madalozzo e Merike Blofield (2017), ao analisar a questão de gênero como força de trabalho com foco na economia, mostram que homens com filhos conseguem conciliar a vida de pai e a carreira o profissional, entretanto, o mesmo não acontece com as mulheres e essa conciliação não ocorre de forma vantajosa ou igual para elas, ficando em condições piores para as mulheres de famílias de baixa renda. Segundo as autoras, as mulheres pesquisadas (de baixa renda) tem o papel de garantia de cuidados com os filhos, na qual a divisão de responsabilidades é distribuída de forma desigual ao casal de pais, o que dificulta a participação dessas mulheres no mercado de trabalho.

Ao se investigar o significado do trabalho remunerado e a maternidade, as autoras Pascale Chechi Fiorin, Clarissa Tochetto Oliveira, Ana Cristina Garcia Dias (2014) constataram que a maternidade pode ser percebida pelas mulheres como sacrifício ou renúncia profissional recorrente devido às demandas dos filhos. Para as autoras, se a divisão do trabalho doméstico e cuidados com os filhos fossem divididos de maneira igualitária entre homens e mulheres, a conciliação entre maternidade e trabalho poderia ser vivenciada de forma que proporcionasse crescimento profissional, sem renúncias à maternidade e vice-versa.

A autora Raquel Passos (2016), ao debater condições de trabalho do cuidado e sociabilidade, problematiza a divisão social e de gênero do trabalho na política e na saúde mental brasileira. A existência das profissões do *care* ocorre pela necessidade do acúmulo do capital e mercantilização dos cuidados, perpassando por classe, gênero, raça e política, como forma de delegação a outras mulheres, mesmo que de forma remunerada, os trabalhos de cuidados. Mesmo em situação ocupacional de prestígio social, as mulheres

são responsáveis pelos cuidados, ainda que ela não os realize de forma direta, é de sua responsabilidade a delegação dessas atividades a outras mulheres, o que resulta em múltiplas jornadas de trabalho das mulheres e desigualdades de gênero na divisão do trabalho.

Nesta categoria, os destaques apontados pelas autoras e autores é de que ao colocar as mulheres como únicas responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com os filhos ou pessoas, há a contribuição para que elas ocupem trabalhos informais, de meio período, precários e mal remunerados, por conta da necessidade de tempo para as atividades domésticas e de cuidados, o que gera desigualdades econômicas e de gênero, pois esses trabalhos são invisíveis do ponto de vista social e impactam na vida da mulher e na carreira.

2.3.3 Trabalho Feminino e Precarização

Nesta categoria, reuniram-se os trabalhos acerca da relação entre trabalho feminino e precarização do mesmo com impactos na saúde. O estudo de Nadia Musarella e Vilda Discacciati (2020) sobre a dupla jornada e a percepção das mulheres em Buenos Aires/Argentina, permitiu reconhecer que as mulheres com trabalhos domésticos não remunerados e com trabalhos produtivos remunerados valorizam os trabalhos remunerados fora do lar, mas alegam que a dupla jornada retira o tempo de sua participação no ambiente familiar e resulta em maior autocobrança e perpetua a invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado, impactando ainda em seus cuidados médicos.

No Brasil, João Batista Freire-filho e Bruna Bakker (2019), ao analisarem as reportagens de revistas que abordavam a temática das jornadas de trabalho femininas nos últimos vinte anos, observaram o estresse como consequência da emancipação feminina, a tripla jornada de trabalho composta pelo acúmulo dos papéis de profissional, mãe e esposa. De acordo com os autores, equilibrar as jornadas de tarefas impostas pelas mulheres pode resultar em estresse mesmo quando elas procuram organizar o tempo entre preservar a saúde, forma física, família, e carreira, pois o cotidiano pode ser fator de risco para doenças ligadas ao estresse e à ansiedade, ganho de peso, entre outras doenças resultantes do acúmulo de responsabilidades. Dessa forma, torna-se evidente que as jornadas de trabalho constantes são padecedoras.

Fernanda Santos Araújo e Bruna Mendes de Vasconcellos (2018), ao explorarem vivências de mulheres em uma mina de carvão notaram que para essas mulheres eram designados trabalhos considerados mais “leves”, porém que possuíam menores salários, sob a justificativa de serem trabalhos mais “fáceis”, mas que demandam grande cuidado e riscos à saúde, com carga horária laboral igual ao dos homens. Estes dados demonstram que o trabalho das mulheres é lucrativo do ponto de vista econômico e socialmente pouco valorizado, o que perpetua relações de poder de gênero, atravessadas pela classe socioeconômica e pela raça.

Alexa Pupiara Flores Coelho e colaboradores (2018) também observam esses aspectos ao analisar o trabalho feminino de coletoras de materiais recicláveis como forma de empoderamento. Segundo os autores, o trabalho feminino precário é marcado, não somente, pela fragilidade econômica, familiar e social, como também, pelo desemprego e pela maternidade, que se tornam fatores limitantes de acesso ao emprego aliados com a falta de apoio e divisão dos companheiros nos afazeres domésticos. Esses fatores contribuem para a discussão sobre trabalhos precários, maternidade, saúde e divisão de tarefas de acordo com o gênero.

Ainda com relação à precarização e vulnerabilidade dos postos de trabalho assumidos pelas mulheres, Maiara Rocha e Raquel Maria Rigotto (2017) analisaram as vulnerabilidades de trabalhadoras agrícolas no Ceará, com salários inferiores aos dos homens, jornadas de trabalho que excediam 44 horas semanais, e dificuldades com cuidados aos filhos e ao lar, evidenciando o trabalho subvalorizado como fator de adoecimento e desgaste físico e mental, o que coloca em evidência a vulnerabilidade e os riscos que as jornadas constantes de trabalho podem provocar para as mulheres. Karolyna Herrera (2016) traz uma reflexão sobre a inviabilidade do trabalho feminino no meio rural. Para as mulheres, é natural que assumam o papel de atividades reprodutivas (cuidados com casa, pessoas, atividade de lavoura e produção de alimentos) e mesmo quando elas realizam trabalhos no âmbito produtivo, este trabalho é visto como “ajuda”, demonstrando o papel multifuncional das mulheres rurais.

Também é comum no Brasil, que mulheres de baixa renda recorram ao trabalho doméstico como fonte de renda, como apontado por Renata Mourão Macedo (2015) em seu estudo sobre o emprego doméstico. Ainda que a política trabalhista preveja direitos, as atividades domésticas são marcadas por altos índices de informalidade, baixos salários e cortes expressivos de gênero, classe e raça. Estudo de Claudia de Magalhães Bezerra, Maria Cecília de Souza Minayo e Patrícia Constantino (2013) sobre o estresse

ocupacional em mulheres policiais indicou que as policiais relacionam o cotidiano do trabalho ao estresse tendo em vista o gerenciamento do trabalho e a discriminação de gênero e assédio sofridos, que influenciam na saúde e no relacionamento familiar.

Os achados nesta categoria sugerem que o trabalho feminino é fator relevante para a saúde das mulheres e empoderamento feminino, destacando que em várias situações as mulheres vivenciam preconceito, violência e privação de direitos, trazendo prejuízos a saúde e agravamento de vulnerabilidade física e social. Juntamente com a precariedade dos postos de trabalho femininos, há ainda desigualdades na divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres.

Ao analisar o fenômeno da dupla jornada laboral de mulheres na literatura científica, é observado que a discussão não é recente, com início na década de 1970 quando houve mudanças no papel da mulher na sociedade e conquistas de direitos, como voto, possibilidade de planejamento familiar, ingresso a universidade e possibilidade de carreira. Porém, mesmo com as mudanças sociais, dentro de casa as mulheres continuam responsáveis por afazeres domésticos e cuidados com pessoas. Quando casadas ou mães, são impedidas de realizar trabalho remunerado, ou quando é possível as mulheres ficam vulneráveis a trabalhos precários e/ou marginalizados, ou de meio período, com menor remuneração para conciliar com afazeres domésticos e cuidados com a família, evidenciando a dupla jornada de trabalho como fator de risco de saúde para as mulheres, como estresse, ou fator principal que exclui ou afasta as mulheres no mercado de trabalho formal.

As dificuldades de inserção das mulheres ao mercado de trabalho, trabalho informal e precarização do trabalho, se intensifica nas classes econômicas mais baixas o que favorece a marginalização das mulheres, e manutenção das desigualdades sociais e de gênero na sociedade, no universo produtivo e reprodutivo. Para as Ciências Sociais nota-se essencial a participação das mulheres em ações e políticas que valorizem o trabalho das mulheres dentro e fora de casa. É preciso que as mulheres trabalhadoras, sejam vistas e reconhecidas e que o trabalho realizado por elas seja considerado como trabalho de fato, e que ações sejam movidas visando diminuir as desvantagens e precarizações vividas pelas mulheres no seu cotidiano.

Ao falar sobre o trabalho das mulheres no Brasil surge a necessidade de falar a respeito das mulheres Amazônicas que se confundem com a própria história da região, dos mitos, das lendas da Amazônia, das mães, das filhas, das estudantes e das trabalhadoras do maior estado do território brasileiro.

2.4 CONTEXTUALIZANDO: QUEM SÃO AS MULHERES AMAZÔNIDAS?

2.4.1 Mulheres no passado: entre mitos e preconceitos

De modo geral, a história das mulheres sempre foi marcada por discriminação e violências, porém as mulheres que vivem no território amazônico, mais precisamente na cidade de Manaus (capital do estado do Amazonas) enfrentam hoje violências, assimetrias, desvantagens e mitos que começaram desde as primeiras expedições para conhecer e explorar essa região.

Para Torres (2008), muitas das assimetrias e discriminações de gênero que as mulheres amazônidas vivenciam hoje ocorrem em decorrência de um período histórico conhecido como a formação social da Amazônia. Para a autora, no Período Quinhentista a leitura que se fazia da Amazônia era sob olhares naturalistas que catalogavam e classificavam a flora e a fauna, para servir aos propósitos econômicos de colonização. Dessa forma, os povos amazônicos foram descritos e interpretados pelo viés biológico como pertencentes à natureza e paisagem local, excluindo o papel de protagonista, o pensamento, a história e a cultura dos povos amazônicos. O que foi tomado como verdade foram os conceitos e preconceitos a respeito de homens e mulheres que habitavam a região, como por exemplo, o mito das Amazonas de Orellana.

Desde a invasão do Brasil em 1500, e o encontro de Francisco Orellana com as mulheres guerreiras constitui um dos mais intrigantes e polêmicos episódios de nossa história. Alimentado por um grande repertório de imagens estereotipadas por parte do conquistador europeu, o mito das Amazonas fascinou a ponto de serem incluídas em ilustrações majestosas da cartografia europeia. Sobrevivendo ao iluminismo, ao contrário de outras fantasias coloniais, as mulheres guerreiras foram identificadas nos séculos XVIII e XIX como sendo uma tribo indígena, herdeiras de antigas civilizações desconhecidas de nosso país. (LANGER, 2004).

Para Langer (2004), o mito das amazonas remete ao mito grego de mulheres exóticas, guerreiras e bárbaras que desconheciam as leis da *polis* e viviam sob suas próprias leis. Assim, o mito europeu foi adaptado para as regiões da América, onde os

residentes da floresta eram igualmente fascinantes. As mulheres foram ora citadas como guerreiras que lutam lado a lado dos homens, ora citadas como mulheres sem homens, como no mito germânico das valquírias. Matos (1999) alerta que o mito das Amazonas fez com que as mulheres fossem reconhecidas como belicosas, isoladas, selvagens e insubmissas, conhecedoras dos saberes bélicos e com capacidade de organizar um próprio governo sem a presença e ajuda dos homens. A autora registra que esse mito é uma alegoria a uma sociedade matriarcal que pode ter dois significados. O primeiro fala de mulheres que vivem sós, sem maridos, livres de leis masculinas, com força e domínio sobre a selva. Já o segundo significado diz respeito à representação do caos, desgoverno e expressão de uma sexualidade desenfreada por se tratar de uma sociedade dominada por mulheres, oposta à sociedade europeia, que representaria nesse sentido a obediência ao correto em uma perspectiva eurocêntrica. De modo geral, a lógica mitológica descaracteriza a mulher Amazônida, retira e deturpa suas características culturais, sexualiza sua existência e descontextualiza a realidade de formação social dos povos que vivem e viveram na Amazônia.

Raminelli (1997) aponta que a lógica das narrativas sobre o cotidiano dos povos indígenas atendia aos interesses dos colonizadores e da conversão ao cristianismo que via nos indígenas seres inferiores, bárbaros e quase animais ou demoníacos como forma de justificar a conquista e exploração das Américas. Nesse sentido, descrever os povos indígenas como seres selvagens e indisciplinados serviu de justificativa para explorações e violências. A sociedade colonial de estrutura indo-europeia é responsável ainda pela formação da visão de que a mulher amazonense é permissiva sexual. É perceptível o propósito da dominação portuguesa em buscar construir um plasma social em torno da imagem das índias, associada ao papel de mulheres parideiras e fogosas, para promover a política de povoamento da região (TORRES, 2006).

Em meio a mitos e discriminações, a história das mulheres na Amazônia começa a ser contada e disseminada do ponto de vista masculino europeu de mulheres arredias, guerreiras, selvagens e livres sexualmente, totalmente opostas ao pensamento e ideal europeu da época que culminou em uma perspectiva exótica às habitantes das florestas amazônicas. Esse olhar de exotividade permanece no imaginário social atual por meio de narrativas que sustentam a ideia de que as mulheres da região são difíceis de serem dominadas. Sob esse viés, a história das mulheres foi contada a partir do olhar masculino, sendo ainda muito recente, ao se considerar que essa história sempre dependeu das

representações dos homens, uma vez que foram ao longo de séculos os únicos historiadores. A história dos homens foi apresentada como universal e o perfil da história das mulheres foi sendo delineado à sua margem (COLLING, 2004).

Na Amazônia, o desenvolvimento da história das mulheres levou um pouco mais de tempo para acontecer, tendo destaque a partir das narrativas sobre as mulheres ofuscadas na história que viveram nos seringais nos anos de 1880 a 1920. Para Lages (2010), no Brasil, a história das mulheres começa a ser contada por elas mesmas, a partir de 1960, quando se tornam um grupo identificável trazendo mais informações para as ciências sociais e humanas graças ao movimento feminista. Fato que também é observado por Costa (2000):

Hoje no Brasil, há razoável produção de estudos sobre mulheres, quer na vida privada, quer na pública. Porém, sobre as condições da mulher do século XIX e início do século XX, na Amazônia há uma grande lacuna. No pensamento latino-americano, seu ocultamento também parece ter sido a tônica. Quase não aparece no pensamento social, quer como autora, ou quer como protagonista. (COSTA, 2000, p. 18).

As condições geográficas e culturais da Amazônia, assim como as condições econômicas, sociais e políticas marcadas pelo sistema colonial, configuraram formas específicas de organização das sociedades regionais. No século XIX, esta manifestava-se como uma sociedade tradicional formada pelo jogo de duas vertentes culturais: indígena e ibérica; primeiro, com características mitológicas e patriarcais específicas; segundo, com características modernas, cristãs e tradicionais (COSTA, 2000).

2.4.2 Mulheres Amazônidas de hoje: trabalho, discriminação e luta

A cidade de Manaus, localizada entre dois rios (Rio Negro e Rio Solimões), é uma das mais populosas da região norte do Brasil com aproximadamente 2.130.264 habitantes. De acordo com os dados do IBGE (2017), as mulheres representam maioria na população da cidade de Manaus com percentual de 51,18%, das quais, 0,4% residem na área rural e 99,6% residem na área urbana. As principais atividades econômicas da cidade de Manaus estão voltadas para a indústria, comércio e turismo.

De acordo com Silva e Macedo (2018), para entender as mulheres amazônicas, é preciso lembrar que o território amazônico foi povoado às custas da desvalorização, da

violência e da difamação das mulheres indígenas, que foram desde as primeiras colonizações da Amazônia, anunciadas e expostas, à disposição dos interesses sexuais e econômicos dos homens brancos. Mulheres indígenas foram vistas pelos colonizadores como parideiras que povoariam a região e produziriam escravos para trabalhar nas terras invadidas. Esse tratamento dado as mulheres, de desvalorização e propriedade sobre seus corpos, vistos como máquinas de parir, recai até hoje, sob forma de preconceito étnico e de gênero enraizado na história, como observado por Abreu (2020) quando fala sobre a cidade de Manaus e a falácia de que as mulheres nativas estão sempre disponíveis para atividades sexuais.

Durante o período áureo da borracha, o enriquecimento da cidade de Manaus acompanhado pelo progresso, tornou a cidade conhecida mundialmente como “Paris dos trópicos”. Nessa época, a cidade acolheu estrangeiros de diferentes nacionalidades, como ingleses, alemães, portugueses, espanhóis, italianos, franceses, turcos, libaneses, árabes e judeus, que vinham para a cidade de Manaus a fim de fixar residência e em busca de melhores condições de vida. Logo, tornou-se comum a exploração da mão de obra indígena feminina, e da dominação de seus corpos que eram tratados como mercadorias, explorados de todas as formas. Longe dos tempos áureos da borracha e do glamour e fama da “Paris dos trópicos”, as mulheres amazônidas, principalmente de classes trabalhadoras, continuam a enfrentar situações muito parecidas com as explorações dos anos oitocentistas e início do século XX.

Para Chaves e César (2019), cerca de 12 milhões de mulheres habitam a região da Amazônia Brasileira. São mestiças, negras, indígenas e ribeirinhas, o que aumenta o grau de vulnerabilidade social, e seus corpos frequentemente são tratados como mercadoria ou propriedade. Desde o século XVI, são silenciadas pela história quando tratadas como selvagens ou sem importância. Os autores reiteram que o ato de colonizar era masculino e as mulheres caboclas e índias, nativas da região, não eram consideradas cidadãs. A história não traz relatos da vida das mulheres nesse período, pouco se sabe sobre como viviam, evidenciando o apagamento histórico que as mulheres amazônidas sofreram e sofrem.

Hoje, as mulheres amazônidas são descritas pelas manifestações culturais (dança, música e teatro) como mitos: “a mulher da floresta”, dos “rios”, como uma entidade parte da natureza. Nakanome e Silva (2018), ao falarem sobre o papel do feminino do festival dos bois bumbás, abordaram como os temas na ancestralidade indígena são representados

de forma romantizada, nos quais as protagonistas são a cunhã-Poranga e a Sinhazinha do boi, reduzindo a mulher amazônica aos ideais de beleza, mas também colocando em destaque personagens femininos e permitindo um novo olhar sobre o indígena da Amazônia e sua cultura. A figura da Cunhã-Poranga representa a inquietude e o sofrimento dos povos indígenas em contextos sociais produtores de exclusão e desrespeito ao meio ambiente. A ancestralidade indígena na figura da Cunhã-Poranga é subjetivada e objetificada, simultaneamente, posto que a cunhã assume ambos os elementos, já que a consciência pode ser vista como síntese de vivências entre estes dois polos. Para os autores, a representatividade dessas figuras é vantajosa e ainda observam o papel protagonista do feminino no festival do boi bumbá, ativo, social, histórico e fator de resignação ao papel simbólico da mulher indígena. Ao inserir personagens indígenas em manifestações culturais abre-se espaço para a tomada de consciência, liderança, cultura, artes e revolução de saberes, destacando o que antes era desvalorizado.

No Brasil, e em toda América Latina, o desenvolvimento das cidades ocorreu a partir da exploração e dominação do passado colonial das classes populares em atividades ligadas à reprodução da vida social, contribuindo com desigualdades e precarizações, incertezas e vulnerabilidades relacionadas ao trabalho, que hoje repercute como forma de trabalho informal, desvalorizado e precarizado, com destaque para as mulheres na região norte do país que sofrem ainda mais com esse cenário (SATO et al., 2021). Vieira Filho (2003) diz que com a narrativa de histórias de mulheres indígenas como protagonistas cria-se possibilidades de ouvir histórias que antes eram silenciadas, colocando em evidência vozes e narrativas emudecidas historicamente que nos levam à valorização de personagens da região, já que a ausência de mulheres indígenas em relatos históricos atribuiu a elas papéis secundários e de subalternação.

Schmink e Gómez-Garcia (2016), ao falar sobre organização do trabalho em comunidades em territórios florestais e comunidades agrícolas na Amazônia, observaram características, valores e comportamentos comuns em várias comunidades da Amazônia como:

- Valores culturais patriarcais: em vários grupos os homens representam a família e a comunidade em espaços públicos, deixando as mulheres sem direitos de propriedade independente e autônoma, nem representatividade na tomada de decisões relacionadas ao manejo florestal;

- A divisão do trabalho por gênero frequentemente se associa a diferentes espaços físicos e áreas de atividade, por exemplo, as mulheres podem participar de atividades reprodutivas e produtivas em hortas familiares/comunitárias e atividades de corte e queima, enquanto os homens dominam as atividades de caça, preparação de terras para agricultura e extração de madeiras. Nas comunidades não indígenas, os espaços das mulheres são mais limitados – e os homens muitas vezes controlam a agricultura;
- O trabalho produtivo das mulheres é muitas vezes invisível para os mercados e para os atores externos, devido a sua associação com a casa, com a família e sua subsistência;
- O isolamento demográfico de muitas comunidades florestais dificulta ainda mais a ação coletiva das mulheres e limita o acesso aos serviços sociais e outros benefícios de cidadania.

Complementarmente, Oliveira e Nina (2014) ressaltam que o território rural na Amazônia apresenta altos índices de desigualdades sociais relacionadas ao gênero nas comunidades rurais em decorrência de inúmeros fatores que impedem a igualdade e justiça social, como exposição a agravos a saúde, exposição ao sol e chuva, agrotóxicos, sobrecarga de trabalho, duplas e triplas jornadas de trabalho. Para os autores, as mulheres rurais na Amazônia enfrentam jornadas de trabalho justapostas como trabalho doméstico, roçado, agroindústria, dentre outros, que são relativizados como “trabalhos leves” o que pode significar riscos à saúde e integridade física e social das mulheres amazônicas que vivem em comunidades rurais. Dessa forma, a mulher amazônica que vive nas comunidades florestais passa por inúmeros desafios, seja pelo fator localidade que dificulta o acesso a direitos de cidadania, seja pela invisibilidade de seus trabalhos, violências e machismo estrutural. Assim, as atividades das mulheres no interior do estado estão ligadas à agricultura, comércio e ao trabalho reprodutivo.

Em se tratando de precarizações e exploração de mão de obra, Araújo (2012) fala sobre o costume popular de famílias influentes na utilização de mulheres indígenas para o trabalho doméstico, costume esse herdado do período colonial que é comum nas cidades da Amazônia, principalmente em áreas interioranas. O trabalho das mulheres amazônicas é marcado por altos índices de informalidade. Weils e Pinheiro (2013) descrevem o

trabalho de mulheres camelôs no centro histórico de Manaus, que por conta de precarizações e desemprego, levam ao aumento dos números de trabalhos informais no Amazonas como estratégia para a sobrevivência, gerando riscos diários à integridade física e mental das mulheres.

Na Cidade de Manaus, Abreu (2020) estuda sobre as mulheres comerciárias, destacando o comércio da região como fonte de renda para as mulheres que trabalham como vendedoras, caixas, repositoras e representantes. A autora ainda alerta sobre as violências e violações sofridas por elas que sobrevivem do comércio. A jornada diária da mulher comerciária inicia por volta das 5h da manhã, quando prepara um café da manhã para a família e o almoço dos filhos, para então enfrentar a jornada de trabalho no comércio, depois de uma longa viagem de transporte coletivo, nem sempre de boa qualidade e com conforto. No trajeto até o trabalho enfrentam assédio sexual, entre outros abusos, e poucas mulheres têm a coragem ou a iniciativa de reagir às violências física, moral, sexual, patrimonialista ou psicológica sofridas.

Além do comércio, outro polo de emprego na cidade de Manaus é o Distrito Industrial (PIM), um complexo industrial que possui incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. Para Sampaio (2020), a inserção de mulheres no setor fabril na cidade de Manaus ocorre a partir da década de 1980 por questões econômicas e foi através do trabalho industrial que muitas mulheres puderam mudar de vida e de trabalho. A maioria das trabalhadoras nessa época eram mulheres jovens vindas do interior do estado com idade entre 15 e 25 anos. Eram contratadas preferencialmente mulheres jovens, pois a remuneração era inferior à dos homens e possuíam maior habilidade manual. Também eram comuns desrespeitos e violações de direitos nesses setores. Havia um pensamento de que as mulheres operárias caboclas eram “liberadas sexualmente”, sendo com frequência rotuladas pelas chefias como prostitutas. A empresa se tornou um espaço de ofensas, de discriminações e de manipulação dos corpos femininos. Neste sentido, era vigente um programa de natalidade para evitar que as operárias ficassem grávidas, porque seria um “prejuízo” para a empresa manter uma gestante. O objetivo desse programa era “eliminar atrasos, faltas e licenças que prejudicassem a produção, como também conter o aumento excessivo do exército de reserva” (RIBEIRO, 1987; SAMPAIO, 2020. p. 201).

Outra dificuldade para as mulheres manauenses que trabalham é a falta de creches na região. Silva e Macedo (2018) problematizam as condições das mulheres e das crianças menores de 5 anos e a exclusão do direito à creche. Este fato é decorrente de aspectos

presentes desde a colonização portuguesa, discriminação contra mulheres amazonenses, invisibilidade de lutas e falta de protagonismo na formação da sociedade local, o que afeta não somente as mulheres, mas as crianças e a família de forma geral, como mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2015), na qual a maior parte das crianças entre 0 a 4 anos vive em famílias com renda mensal *per capita* de meio a menos de 1 salário mínimo.

Sobre a escolarização de mulheres no país, Foncêca et al. (2019), mostra que ao longo da história no Brasil houve uma demora para que as mulheres pudessem ter acesso à educação formal, principalmente no que se refere ao ensino superior, e mesmo quando as primeiras faculdades surgiram no país no século XIX a entrada de mulheres em cursos superiores enfrentava resistência pela exposição pública e pelos valores morais da época. Somente em 1960 que as mulheres começaram a ter presença no ensino superior no Brasil.

Segundo Moura et al. (2019), pensar em educação para mulheres na Amazônia requer uma reflexão sobre as mulheres que vivem nas florestas, sobre suas singularidades e pedagogias cotidianas. As mulheres Amazônicas aprendem a viver de seus conhecimentos populares, familiares, contexto político e em meio a esfera social que ainda insiste em silenciar suas vozes. Loureiro (2007) explica que na Amazônia, na época de extrativismo e atividade de garimpo nas florestas, não eram exigidos altos níveis de escolarização, bastava somente saber as quatro operações básicas de matemática, bem como noções de escrita e leitura. Assim, no contexto amazônico o processo de escolarização para a população mais humilde era bem distante e um privilégio concedido apenas às famílias que podiam pagar por estudos.

Somente na década de 1970, o governo central do Brasil teve alguma preocupação com a Amazônia, pois o Estado brasileiro não via necessidade de direcionar políticas públicas para a Amazônia, por se tratar de uma região preponderantemente indígena, cujos habitantes sempre foram vistos de forma preconceituosa como pessoas exóticas e indiferentes ao progresso. Dessa forma, pensar em condições humanas das mulheres na Amazônia significar compreender estas relações de poder e gênero e essa face preconceituosa em relação a região e a seus habitantes que contribui para a inviabilidade de direitos e de políticas sociais e de educação (TORRES, 2011).

O processo de colonização da região Amazônica foi violento, as mulheres nesse período foram expostas a todos os tipos de violências, apagadas da história e

desvalorizadas. Até os dias de hoje são mulheres esquecidas pelas políticas públicas, trabalho, escolarização e pela ciência, o que explica a dificuldade de encontrar trabalhos que versam sobre as questões das mulheres Amazônicas. Há dificuldade em construir um pensamento amazônico porque a Amazônia sempre foi vista de fora. As matrizes teóricas sobre a região trazem o estereótipo europeu. Interpretações específicas e particularizadas, diversas e plurais, fictícias e metaforizadas, compõem o quadro de uma região inventada ou recriada (TORRES, 2005).

Silvan (2011) destaca que é preciso que a inclusão social das mulheres seja discutida não somente na inserção do mercado de trabalho, mas também em aspectos práticos da vida como o acesso à saúde, respeito à integridade física, acesso à educação de qualidade e disponibilidade de creches. Desde os anos de 1990, a participação das mulheres no mercado de trabalho vem crescendo, tanto em atividades formais como informais, porém, apesar do reconhecimento da igualdade de direitos e de oportunidades entre pessoas de ambos os sexos, as relações de gênero ainda são muito assimétricas, sinalizando desvantagem para as mulheres.

Segundo Torres (2006), as relações de gênero passam por relações de poder e são estas relações de gênero que estruturam a vida em sociedade. Dependendo de cada sociedade, essas relações são mais ou menos assimétricas. Muitas das assimetrias enfrentadas pelas mulheres são resultantes do passado que ainda ressoa através das violências de gêneros, dos mitos, dos preconceitos e do abandono político da região. A Amazônia brasileira sempre foi vista como lugar de “extração”, e não lugar de progresso ou crescimento. Assim, desde o período quinhentista não houve interesse em olhar a Amazônia como é de fato, sem o viés do explorador. As mulheres Amazônidas nesse cenário sofreram (e ainda sofrem) explorações, preconceitos e desvantagens, seja pela visão de corpos que parecem estar sempre convidando ao sexo, seja pela exploração do trabalho doméstico, pelo assédio sofrido pelas trabalhadoras do Polo Industrial e do comércio, pelo atraso escolar, ou pela falta de creches. Ser uma mulher amazônida é viver em uma região que sempre sobreviveu às custas do trabalho e da invisibilidade dos corpos que estão sempre lutando e resistindo.

2.5 AS JORNADAS FEMININAS E A UNIVERSIDADE

O surgimento do movimento feminista no final dos anos 1960, como resultado de transformações nas sociedades ocidentais após o final da segunda guerra mundial, trouxe para as mulheres novos papéis dentro da sociedade, que passaram a ocupar posições nas esferas públicas e privadas, com o ingresso delas no mercado de trabalho e nas universidades. Guedes (2008) atribui a expansão do número de mulheres em cursos de nível superior no Brasil à abertura do regime político ditatorial, a libertação sexual e quebra de antigos tabus. O movimento feminista se fortalece no Brasil a partir do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o que alterou o cenário de ocupação dos espaços por mulheres. O processo de escolarização feminina representou para as mulheres habilidades para o mercado de trabalho, novos valores e emancipação.

Para Ricoldi e Artes (2016), o ensino superior é o mais alto grau de escolarização, no qual a profissionalização ocorre de maneira mais efetiva. No Brasil, nos últimos anos, alcançar o nível superior pode representar um salto importante no nível econômico e social, e cada vez mais as mulheres dominam o número de matrículas em cursos de nível superior. Contudo, nesse mesmo nível superior e mercado de trabalho que ofertam oportunidades, a participação feminina enfrenta dificuldades e desigualdades como a divisão sexual do trabalho e a conciliação de vida doméstica, carreira e estudos. Devido a necessidade de conciliar trabalho, estudos, cuidados com pessoas e afazeres domésticos, as mulheres acumulam tarefas diárias que caracterizam jornadas duplas, triplas ou constantes de trabalho. O acesso à universidade é um privilégio para uma parcela pequena da população que enfrenta dificuldades próprias e esperadas durante sua trajetória, porém pode ser vivenciado de forma mais árdua pelas mulheres por conta da dupla jornada de atividades enfrentadas no dia-dia somada a vida universitária, o que pode desencadear a evasão do ensino superior, em decorrência da necessidade de assumir outras responsabilidades que estão além do *campus* universitário.

Magalhães e Silva (2010), mostram que apesar de mudanças significativas como o aumento do nível de instrução das mulheres, elas continuam concentradas em atividades do setor de serviços e atividades informais, e que para se inserir no mercado de trabalho as mulheres precisam de maiores níveis de escolaridade, o que sinaliza que quanto menos instruídas, menores são as chances de um emprego formal. As autoras também salientam a dificuldade em conciliar a dupla jornada de trabalho com as atividades acadêmicas e que muitas vezes os motivos para desistência de cursos universitários ocorrem em

resposta às dificuldades no trabalho e problemas familiares. Pimenta (2015) complementa ao afirmar que as dificuldades em se manter na universidade vão além das dificuldades da própria vida acadêmica.

Em seu trabalho de conclusão de curso, Pimenta (2015) relata trajetórias de mulheres empregadas domésticas e universitárias do curso de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), que são ao mesmo tempo empregadas domésticas, mães, negras, pobres e universitárias, para as quais manter-se estudando é quase uma tarefa impossível. A autora observou a sobrecarga em conciliar o curso universitário noturno, o trabalho como doméstica, a criação dos filhos, dificuldades financeiras e a falta de apoio da universidade, muitas vezes recorrendo a assistência estudantil que não supre as necessidades das estudantes que completam a renda com “bicos e faxinas”, o que dificulta a permanência dessas mulheres dentro das universidades.

Para Avila e Pontes (2012), a permanência de estudantes das camadas mais populares é difícil e marcada por uma série de ajustes como estratégias de sobrevivência à universidade, aliadas à multiplicidade de atividades vivenciadas pelas mulheres e à vulnerabilidade econômica familiar que podem acarretar o retardo ou impedimento da conclusão do curso de graduação. A fim de diminuir as desigualdades enfrentadas pelas mulheres e ampliar sua permanência na universidade existe a necessidade da criação de creches universitárias, como evidenciado por Aquino (2018), que aponta que as mulheres são maioria nas universidades e são também maioria nos índices de evasão pois, segundo a autora, precisam trabalhar para estudar e acumulam jornadas de trabalho. Assim, a permanência dos filhos em creches universitárias é um passo para implementar políticas públicas para infância e para as mulheres estudantes universitárias.

Faleiro e Farias (2017), ressaltam que o acesso das mulheres à universidade as qualifica e as empodera como sujeitos capazes de transformar as relações patriarcais, rompendo com relações de dominação, inferiorização e subordinação das mulheres. Destaca-se a importância da participação feminina no ensino superior como influente na diminuição de desigualdades e opressões enfrentadas pelas mulheres, e a conquista do diploma de curso superior como oportunidade de ingresso em profissões de maior prestígio social, melhores remunerações e conquista de uma carreira

Mudanças no mercado de trabalho no século XXI resultaram na necessidade de novas teorias para compreender o comportamento profissional. Diante deste cenário, as teorias construtivistas de aconselhamento de carreira surgem em oposição à antiga

“orientação vocacional”. O esgotamento do modelo do século XX, no qual as carreiras eram mais estáveis e hierárquicas, resultavam em escolhas profissionais mais convenientes. Dessa forma, uma carreira bem-sucedida estava ligada à segurança no emprego e à estabilidade. No século XXI, com a globalização, surge um novo modelo de relações de trabalho e perspectivas profissionais menos previsíveis com transições mais frequentes e difíceis. O trabalhador se tornou um aprendiz permanente que precisa assumir flexibilidade ao invés de estabilidade, manter sua empregabilidade e criar suas próprias oportunidades.

Para Savickas (2012), abordagens construtivistas e de narrativas têm ganhado cada vez mais atenção, pois permitem uma visão mais holística das questões de carreira no cenário contemporâneo do mundo do trabalho, uma vez que elas enfatizam a influência que fatores contextuais e relacionais têm sobre a construção das carreiras, assim como o significado que os indivíduos atribuem a elas.

Agibo (2020) sinaliza que, ao integrar a perspectiva construtivista somada a abordagem do ciclo da vida e do espaço de vida, tem-se uma visão contemporânea que permitem respostas a atual instabilidade do mundo do trabalho. Dessa forma, para Rizzatti et al. (2018), a carreira é construída conforme os sujeitos realizam suas escolhas e estruturam os objetivos dentro da realidade social e dos papéis desempenhados. Na visão construtivista, a adaptabilidade é fundamental para que o indivíduo realize as tarefas atuais e possíveis transições profissionais. A carreira pertence à pessoa e não mais à organização, transformando o profissional em autor da sua história. O conceito de trajetória de vida surge para que os indivíduos possam projetar e construir suas próprias vidas, incluindo seus percursos profissionais. Para Duarte et al. (2010) o processo de construção da vida ocorre graças as interrelações entre diferentes domínios da vida, onde o percurso profissional é apenas parte de um conjunto maior de preocupações acerca de como viver em um mundo pós-moderno. Não mais se trata de “desenvolvimento de carreira” ou de “orientação vocacional”, mas sim de “trajetórias de vida”, nas quais os indivíduos progressivamente projetam e constroem sua própria vida, incluindo o percurso profissional.

Angelin et al. (2017), ao buscar compreender o significado dos projetos de vida e de carreira de estudantes indígenas de uma universidade pública do Rio Grande do Sul, percebeu que ao escolher uma carreira, os estudantes levam em consideração a comunidade pertencente, a família, o papel do trabalho e a oferta de cursos.

Maçarico (2020), em sua dissertação de mestrado, ao analisar narrativas familiares e a construção de carreiras de jovens universitários, demonstrou que a família, as dinâmicas e as narrativas são significativos no processo de desenvolvimento da carreira, seja sob forma de coesão familiar, seja como estratégia de adaptabilidade. Assim, o desenvolvimento de carreira está ligado ao significado que os indivíduos atribuem às suas experiências e às suas narrativas individuais. Logo, a trajetória de vida é de grande relevância para a compreensão do significado que cada pessoa atribui à sua carreira.

Dessa forma, a carreira é um processo que é desenvolvido ao longo da vida. À medida que se desenvolve, o indivíduo vai ajustando suas escolhas de acordo com as demandas sociais. A partir deste referencial, acreditamos que para as mulheres a entrada na universidade e o exercício de dupla jornada podem refletir em seus projetos de vida, nas escolhas feitas a cada dia ao vivenciarem momentos de alegrias e de superações, bem como, momentos desafiadores, de vivência de violências e outras experiências que farão parte de sua história de vida. Apesar de toda a relevância destas conquistas, o caminho percorrido pelas mulheres é marcado por situações de opressão e violência, que precisam ser conhecidos e combatidos.

2.5.2 Violências contra mulheres universitárias

Embora hoje não existam barreiras formais para o ingresso das mulheres na universidade, na prática, as mulheres enfrentam inúmeros obstáculos que dificultam o acesso e a permanência no ensino superior. Para Aguiar Paes e Reis (2019), os direitos femininos à educação ainda são permeados por desigualdades, como por exemplo, qualidade de atuação acadêmica ofertada às mulheres, a interrupção ou descontinuidade dos estudos, necessidade de conciliação entre estudos e família, e a educação para as mulheres por restrição e muitas vezes por inexistência.

Barbosa e Montino (2020), em um estudo sobre a história das mulheres no ensino superior, perceberam que a necessidade das mulheres acadêmicas em conciliar família, emprego e estudos pode muitas vezes provocar cansaço físico e mental, o que compromete o rendimento acadêmico de algumas delas. Esta tripla jornada formada por estudos, trabalho e atividades domésticas é percebida pelas estudantes como algo cansativo e muitas vezes inviável. Dessa forma, as autoras identificam cinco principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres acadêmicas, mães e trabalhadoras, sendo: (i)

cansaço físico e mental, (ii) dificuldades em encontrar alguém para deixar os filhos, (iii) gravidez, (iv) questões financeiras, e (v) desafios para manter o curso.

Aguiar, Paes e Reis (2019) advertem que as mulheres universitárias passam muitas vezes por situações de renúncia, como a escolha entre estudar e realizar afazeres domésticos, falta de tempo para o lazer, medo de não conseguir realizar as atividades acadêmicas, tarefas domésticas e maternidade. Embora as mulheres sejam maioria no meio acadêmico, ainda convivem e são afetadas por diversas consequências de um passado que as limitou em diversos âmbitos.

Foi perceptível ainda que o ingresso das participantes na universidade foi motivo de muita alegria, mas veio acompanhado de várias preocupações, devido às obrigações que essas mulheres já tinham antes da aprovação, pois mesmo com as lutas travadas pelos movimentos feministas que visavam a inclusão das mulheres nos assuntos da sociedade, infelizmente ainda no século XXI questões como a divisão desigual do trabalho doméstico e do trato com os/as filhos/as ainda tendem a pesar mais sobre os ombros femininos, já que se tratam de obrigações impostas, histórica e socialmente às mulheres, e que somente nos últimos anos começam a ser questionadas (AGUIAR, PAES e REIS, 2019. p 49).

Silva (2019), em seu trabalho de conclusão de curso, no qual analisa dificuldades de mulheres mães e a conciliação com a universidade, mostra que ser mãe acadêmica é sobretudo subverter a ordem social e ir contra as estruturas que percebem a mulher como mantenedora do lar e da família, mas também é estar comprometida com triplas jornadas femininas, que colocam as mulheres em situações de vulnerabilidade, discriminações e violências. Para Frugoli et al. (2019), a violência contra as mulheres é um problema social que ameaça à integridade física e mental e que também é vivenciada pelas universitárias por meio de atos de discriminação e relacionados a aspectos socioculturais, relações de poder e de desigualdades entre homens e mulheres. Suas consequências atingem não somente as vítimas como também todo círculo social que envolve, como família, amigos e trabalho. Dessa maneira, a universidade pode ser um ambiente causador de sofrimento para as mulheres e violência para as mulheres. No contexto universitário é um problema presente, e é urgente pensar sobre os desafios que as mulheres enfrentam para continuar e se manter estudando.

2.5.3. O projeto PROCAD–Amazonia: “Os Significados das Trajetórias de Escolarização de Jovens Estudantes Amazônicas”

O projeto PROCAD–Amazonia: “Os Significados das Trajetórias de Escolarização de Jovens Estudantes Amazônidas” é uma iniciativa de docentes e pesquisadoras de três universidades (UFAM, UNIR e UnB) viram a necessidade de compreender como os estudantes da Amazônia, em especial dos Estados do Amazonas e Rondônia significam suas trajetórias de escolarização na universidade e firmaram uma parceria acadêmica de estudos, pesquisas e formação apoiadas pela CAPES no Edital PROCAD–Amazonia em 2018. Silva, Barbato, Urnau, Zibetti e Pedroza (2018) consideram a psicologia como área de conhecimento que pode subsidiar a construção de políticas educacionais inclusivas que levem em conta as dimensões socioculturais e o reconhecimento da cultura e modo de vida das comunidades tradicionais da Região Amazônica/Norte.

Para a execução do projeto, as pesquisadoras e docentes escolheram como participantes da pesquisa estudantes da UFAM e UNIR pertencentes a comunidades ribeirinhas, comunidades indígenas e comunidades urbanas dos estados do Amazonas e Rondônia, distribuídos em três recortes para a análise dos significados atribuídos às trajetórias de escolarização e das condições de acesso: (1) políticas educacionais; (2) comunidade de pertencimento: comunidades ribeirinhas, comunidades indígenas ou comunidades urbanas; (3) gênero. De acordo com Pulino (2016) a realidade histórico-social-política, nos contextos econômicos e culturais podem exercer influência na construção da subjetividade humana. Assim como também, o grupo de pertencimento étnico-racial, religioso, de gênero e etário.

Resende, Ferreira, Silva e Barbato, (2022) em pesquisa derivada do projeto PROCAD–Amazonia: “Os Significados das Trajetórias de Escolarização de Jovens Estudantes Amazônidas” perceberam que o ensino superior se constitui como um marco importante na vida dos jovens e contribui para desenvolvimento humano em sua integralidade. Entretanto, ao ingressar na universidade, o jovem encontra desafios para a sua permanência, como, à renda insuficiente para manutenção da vida e dos estudos, dificuldades decorrentes processos didáticos-pedagógicos e de processos da gestão institucional, além de, preconceitos em relação ao gênero e orientação sexual.

Partindo desse grande projeto, e do interesse focalizado no recorte de gênero, é que a atual dissertação foi elaborada para melhor compreender as trajetórias escolares de mulheres universitárias que enfrentam jornadas duplas ou triplas de trabalho, buscando identificar fatores que favorecem e/ou dificultam a permanência na universidade, e o

significado dessas vivências para elas. Serão apresentados, a seguir, os procedimentos metodológicos deste trabalho.

3. MÉTODO

O delineamento foi qualitativo, caracterizando um estudo transversal e compreensivo a partir de entrevistas narrativas com mulheres universitárias que exercem a dupla jornada de trabalho e cursam a universidade.

A pesquisa se encontra vinculada ao Projeto de Cooperação Acadêmica (PROCAD) entre UFAM-UnB-UNIR “Os Significados das Trajetórias de Escolarização de Jovens Estudantes Amazônicas”, que tem como objetivo contribuir para o fortalecimento dos programas de pós-graduação na região amazônica (PPGPSI/UFAM e MAPSI/UNIR) e a consolidação da colaboração científica entre as equipes, tendo por referência os estudos voltados aos processos de desenvolvimento humano e educação em contextos socioculturais específicos, na região amazônica brasileira.

3.1 PARTICIPANTES E LOCAL DA PESQUISA

Foram entrevistadas duas mulheres universitárias, ambas com idade de 22 anos, estudantes da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) da cidade de Manaus dos cursos de Psicologia e Língua e Literatura Japonesa.

Para a escolha das participantes a pesquisa obedeceu aos seguintes critérios:

- A) Ser uma estudante regularmente matriculada na Universidade Federal do Amazonas (UFAM);
- B) Concordar em participar da pesquisa;
- C) Ser identificada como uma mulher que exerce mais de uma função extra além dos estudos, seja no papel de mãe, esposa ou trabalhadora.

A pesquisa foi realizada de forma remota através da ferramenta *Google Meet* e coordenada pela mestrandia da Faculdade de Psicologia (FAPSI).

3.2 PROCEDIMENTOS PARA A PESQUISA

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFAM (CAEE 15366619.1.1001.5020) e integra o PROCAD “O Significado das Trajetórias de Escolarização de Jovens Estudantes Amazônicas”. Foi desenvolvido com base nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres

Humanos, do Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12, e nas exigências éticas e científicas fundamentais: submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa, assinatura do TCLE, resguardo da confidencialidade e a privacidade dos dados. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado pelas participantes que concordaram em participar da entrevista, tendo sido esclarecidas acerca dos objetivos e procedimentos a serem seguidos durante o estudo.

As mulheres foram convidadas a participar da pesquisa a partir de divulgações nas redes sociais. Por meio de um *link* do *Google Forms* as participantes responderam a questões de múltipla escolha sobre o curso universitário, a família, a realização de afazeres domésticos e trabalho. Ao final do formulário, as participantes poderiam deixar um telefone para contato caso aceitassem participar da entrevista com a pesquisadora. Após o aceite, as entrevistas foram realizadas de modo remoto devido o período pandêmico da COVID-19 e para facilitar o contato com as participantes, sem a necessidade de deslocamento para um encontro presencial. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com explicação dos objetivos da pesquisa e direitos das participantes em relação ao sigilo, respeitando os cuidados com biossegurança da pesquisadora e das participantes. As entrevistas foram feitas de forma individual em um horário pré-agendado de modo virtual através da plataforma *Google Meet*. Após a etapa de divulgação, 13 mulheres responderam ao questionário, das quais seis correspondiam aos critérios de inclusão para a participação da pesquisa. As seis selecionadas foram convidadas a participar do estudo, quatro responderam a pesquisadora, porém somente duas se disponibilizaram a participar da entrevista de forma remota, o que reflete a dificuldade em acessar esse grupo de mulheres. As entrevistas foram feitas de forma individual em um horário pré-agendado de modo virtual através da plataforma *Google Meet*.

O processo de recrutamento seguiu as etapas: (1) chamada através de *folder* virtual e compartilhado pelas redes sociais, com um *link* de acesso ao *Google Forms* de questões a respeito do curso universitário, responsabilidades com a família, afazeres domésticos e trabalho; (2) triagem das respostas obtidas e seleção de possíveis participantes; (3) as participantes selecionadas foram convidadas para uma entrevista remota com a pesquisadora.

3.3 INSTRUMENTO PARA A PESQUISA

3.3.1 Entrevistas Narrativas

As entrevistas narrativas abertas objetivam que o narrar seja livre pelo participante, as perguntas podem ser introduzidas para que o participante continue falando mais sobre o relato de sua vida a partir das perguntas motivadoras. Em nossa pesquisa as questões foram: “Conte sua história de vida, como foi chegar aqui na universidade?” e “Como tem sido sua trajetória de escolarização enquanto mulher que trabalha e estuda?”. Outras questões foram inseridas para facilitar a compreensão, como por exemplo: Você pode me contar um exemplo disso? Você poderia comentar mais sobre isso?

As narrativas são explicações das atividades humanas e são produzidas nas vivências do cotidiano a partir das identificações pessoais e sociais, nas interpretações de si, do outro e do mundo. Nas narrativas, percebemos o “jogo entre o coletivo e o individual, gerando sentidos de continuidade e descontinuidade quando a pessoa passa por profundos momentos de crise, transição e mudanças (lineares) e/ou transformações (descontínuas)” (OVERTON; MOLENAAR; LERNER, 2015 apud BARBATO et al, 2019, p. 23).

As narrativas produzem sentidos de si, isto é, descrevem e desenham as experiências vivenciadas no mundo. São os significados que fazem parte de uma construção histórica, coletiva e individual de cada pessoa, isto é, o sentido do ser, o sentido de si, e a linguagem faz essa mediação.

As histórias pessoais organizadas em trajetórias específicas sistematizam, no momento do encontro, as lembranças e os posicionamentos iluminam feixes de significados desencadeando incertezas e ambivalências que vão sendo ou não resolvidas (BARBATO et al., 2019, p. 25).

Rubio-Jiménez e González (2018) reafirmam a importância das narrativas, por eles denominadas de autobiográficas que funcionam como ferramentas discursivas, e são capazes de organizar e descrever as experiências singulares de cada sujeito com o próprio significado. As narrativas, também colaboram com a elaboração de projetos para o futuro, em que no processo de narração, o sujeito é capaz de reelaborar as diferentes alternativas para a própria vida.

Logo, as entrevistas conduzidas foram abertas de forma que as mulheres contassem suas histórias de vida e trajetórias de escolarização, citando facilitadores e barreiras associados à permanência na universidade, à conciliação entre as jornadas de trabalho, seus projetos de vida e de carreira.

3.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

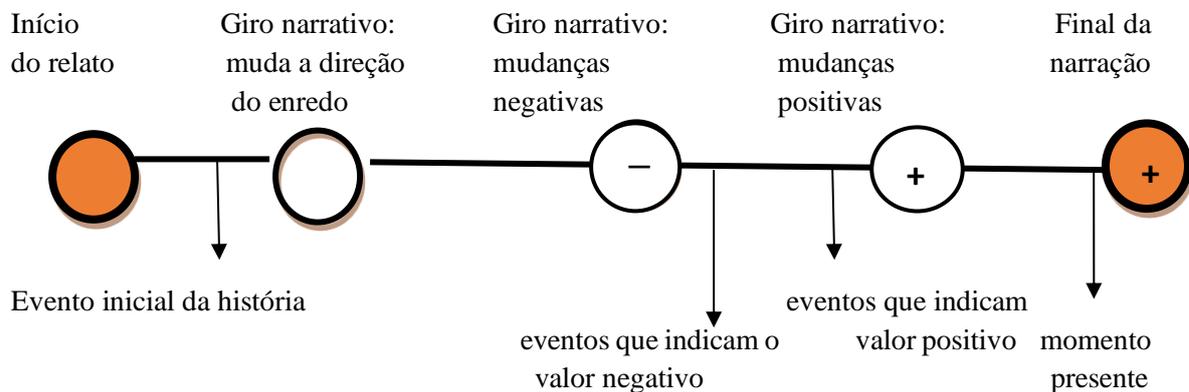
A partir dos dados das entrevistas narrativas, as análises foram realizadas por dois métodos, pela Análise Temática (BRAUN; CLARKE 2006) e pela Linha do Tempo (ROSA; GONZÁLEZ; BARBATO 2009 apud RUBIO-JIMÉNEZ; GONZÁLEZ, 2018). Essa abordagem multimetodológica favorece a compreensão dos sentidos das narrativas das mulheres acerca de suas trajetórias e possibilita a compreensão dos eventos pelos quais passaram e das mudanças ocorridas na vida e nas trajetórias de escolarização (MIETO; ROSA; BARBATO, 2016).

A Análise Temática para Braun e Clarke (2012) APUD Marques e Graeff (2022) é um método qualitativo para identificar e organizar sistematicamente informações sobre padrões de significados (temas) em um conjunto de dados, permitindo com que o pesquisador compreenda significados e experiências das narrativas. Trata-se de um método que permite identificar o que é comum em uma narrativa e entender essas semelhanças em relação a um tópico particular.

Souza (2019) propõe que o processo de Análise Temática começa quando o pesquisador procura, nos dados, por padrões de significados e questões de possível interesse à pesquisa, durante a coleta de dados, na condução de entrevista. A etapa de análise envolve associar os trechos codificados a Revisão de Literatura e ao banco de dados. O processo termina com o relatório dos padrões (temas) nos dados.

A Linha do Tempo incorpora a análise das histórias a partir das narrativas, diferenciando os eventos que representam uma mudança na narrativa e outros que ocorrem sem alterar a narrativa. De forma gráfica, a Linha do Tempo é organizada em eventos que sinalizam as mudanças por meio de círculos e compõem o esqueleto da trama narrativa. Já os eventos que não alteram a narrativa são representados como setas ao longo da linha do tempo. A Figura 2 ilustra graficamente a Linha do Tempo.

Figura 2: Ilustração da Linha do Tempo



Fonte: Elaboração da autora e adaptada de RUBIO-JIMÉNEZ; GONZÁLEZ (2018).

Os eventos que compõem a narrativa são dispostos em uma linha temporal entre os eventos que abrem e fecham a narrativa, para posteriormente serem classificados de acordo com o sentido do enredo narrado na história de vida do sujeito. De modo geral, é especialmente importante identificar aqueles que abrem e fecham a narrativa, pois permitirão definir o sentido do enredo e o significado particular que cada evento narrado possui. O ponto de partida na narrativa geralmente define o espaço da narrativa e pode ser cronológico ou apresentar uma questão específica. Outro ponto da narrativa que é importante é o final, que pode marcar a direcionalidade da história e possuir um peso central que dará sentido aos acontecimentos, com o potencial de atrair e/ou conectar outros elementos da narrativa. As Linhas do Tempo são desenhadas em linhas horizontais no centro de um pedaço de papel, no qual são colocados os eventos em ordem cronológica, é uma construção a partir de reformulações para identificar os eventos importantes das trajetórias das mulheres entrevistadas (RUBIO-JIMÉNEZ; GONZÁLEZ, 2018).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 TRAJETÓRIAS E LINHAS DO TEMPO

Duas estudantes da Universidade Federal do Amazonas foram entrevistadas para a realização da pesquisa. A primeira se chama Juliana (nome fictício), 22 anos de idade, mãe solo de uma criança de 2 anos e estudante do curso de Psicologia. O nome de Juliana foi escolhido pela pesquisadora, e é uma homenagem a Juliana Strassacapa, artista musical brasileira, integrante da banda *Francisco, el Hombre* e compositora da letra da música “triste, louca ou má”.

A segunda estudante é Helena (nome fictício), uma estudante solteira de 22 anos, que cursa o sétimo período de Língua e Literatura Japonesa, mora em Manacapuru e estuda em Manaus, também cuida do avô idoso quando a mãe viaja a trabalho. O nome Helena foi escolhido pela pesquisadora como uma homenagem a Helena Sumiko Hirata, filósofa brasileira e pesquisadora dos temas trabalho e gênero.

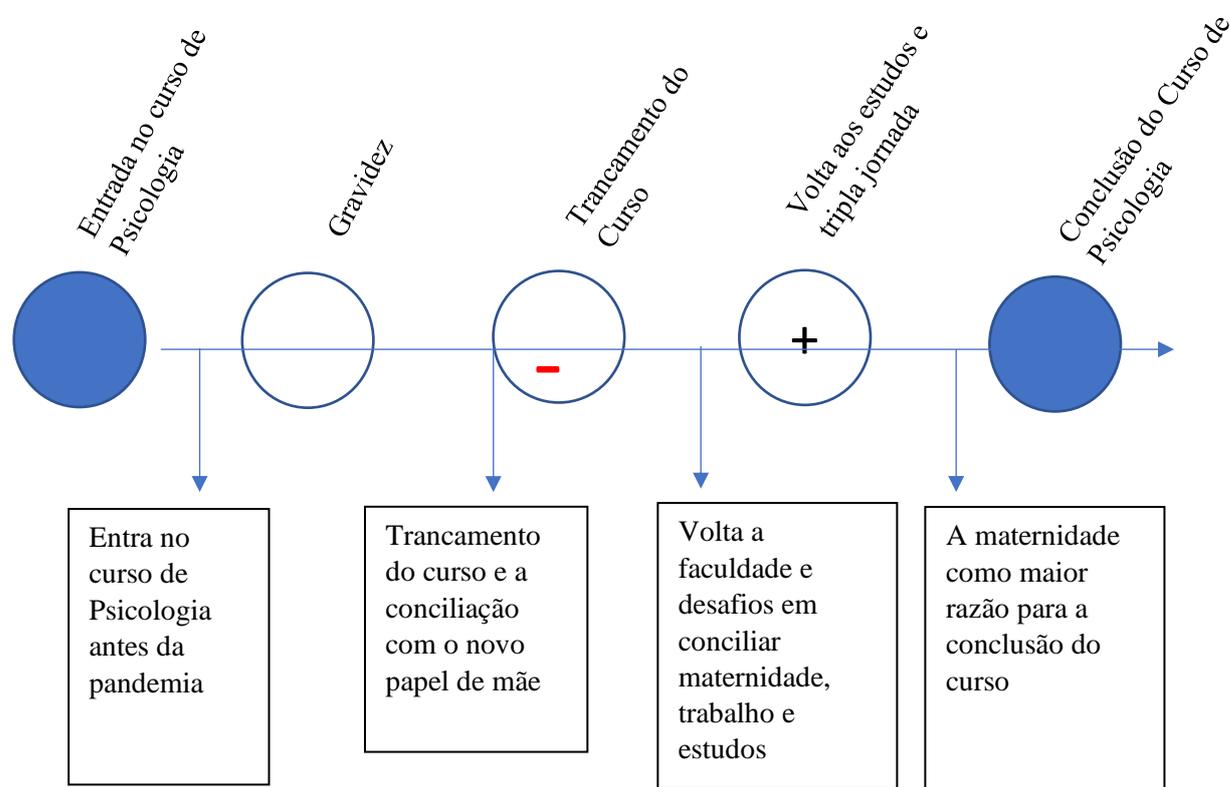
4.1.1 Juliana

Na narrativa de Juliana há três reviravoltas, a gravidez, o trancamento do curso e a pandemia, entre a entrada no curso de graduação em Psicologia e a futura conclusão. A história de Juliana é de alguém que desde a adolescência sabia a carreira profissional que gostaria de seguir. Ao final do ensino médio foi aprovada no curso de Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) através do Processo Seletivo Contínuo (PSC). A primeira reviravolta na narrativa de Juliana foi a gravidez no segundo ano do curso de Psicologia, pois por se tratar de uma gravidez de risco gerou dificuldades para continuar os estudos. No período em que esteve grávida Juliana precisou se ausentar das aulas e contou com a compreensão de colegas e professoras para concluir o semestre. Com o nascimento do filho, Juliana tranca o curso de Psicologia para se dedicar às demandas da maternidade e problemas relacionados à saúde. Quando decidiu voltar para a faculdade, teve início a pandemia da COVID-19, e com ela as aulas pela modalidade remota. Durante o período de distanciamento social, Juliana enfrentou a tripla jornada formada por estudos, trabalho e maternidade. Essa conciliação não foi fácil, pois organizar os horários e separar os espaços e limites dos três papéis se tornou um desafio.

A análise temática e linha do tempo de Juliana foram formuladas a partir das informações de uma única entrevista, pois apesar de inúmeras tentativas, não foi possível realizar um segundo momento da entrevista para completar a linha do tempo de sua narrativa. Na narrativa de Juliana há três reviravoltas, a gravidez, o trancamento do curso e a pandemia, entre a entrada no curso de graduação em Psicologia e a futura conclusão.

Para Juliana a conclusão do curso de Psicologia significa proporcionar ao filho um futuro melhor. Para estudante, o maior estímulo para continuar e concluir os estudos é a própria maternidade, Juliana termina seu relato contando que ser mãe jamais a impedirá de nada, pelo contrário é motivação para continuar.

Figura 3 – Linha do tempo de Juliana

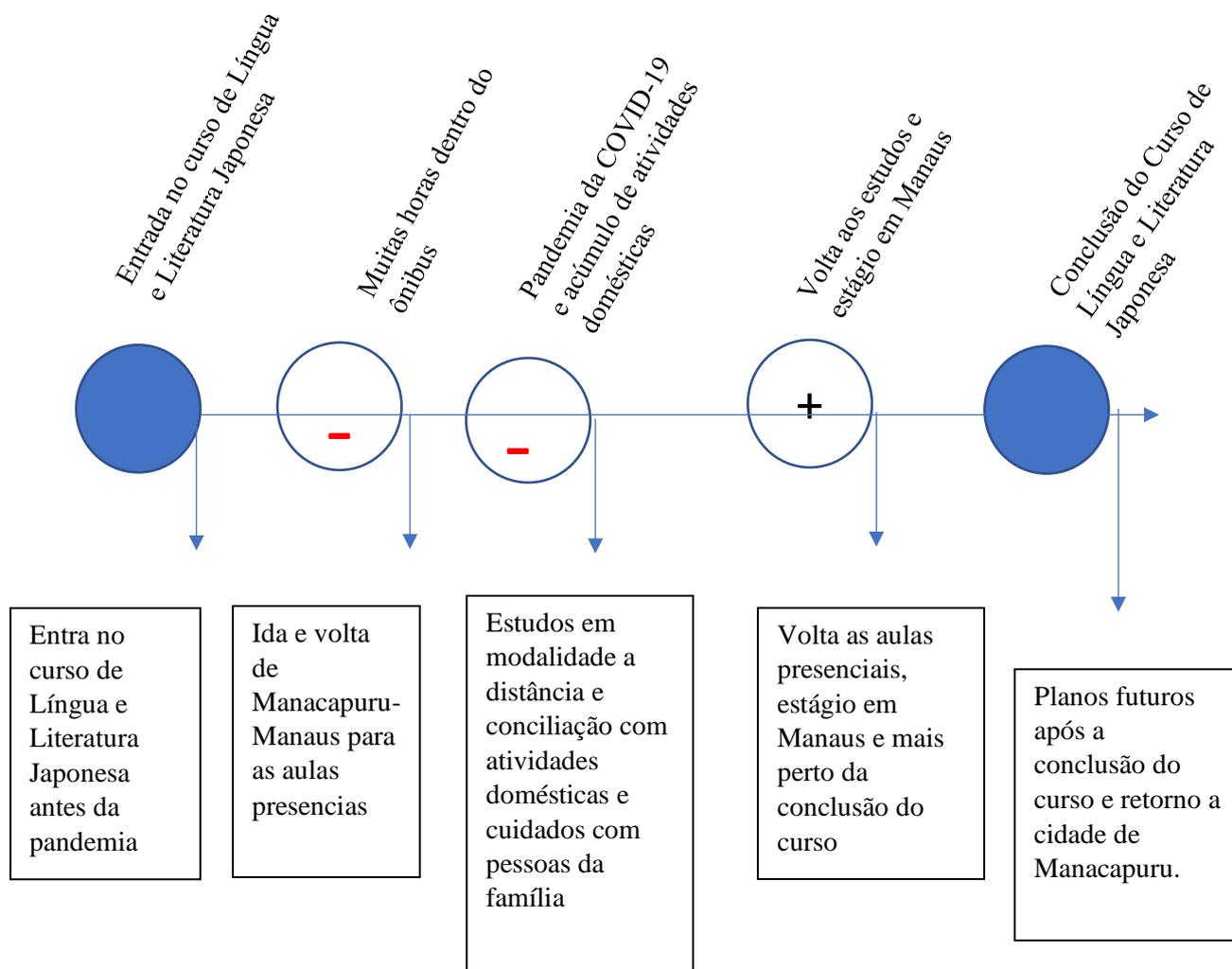


Fonte: Elaboração da autora a partir das narrativas, 2023.

4.1.2 Helena

A narrativa de Helena se inicia com a informação de que ela mora no município de Manacapuru. Essa informação é muito importante para entender a dinâmica da linha do tempo de Helena. Ao iniciar os estudos em Manaus, Helena passa a viajar quase todos os dias do seu município para a cidade de Manaus, passando muitas horas do seu dia dentro do ônibus e no início da sua trajetória de escolarização essa passa a ser a maior das dificuldades enfrentadas por Helena. Assim como Juliana, Helena é aprovada no curso de Língua e Literatura japonesa através do Processo Seletivo Contínuo (PSC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) logo após a conclusão do ensino médio. Com a pandemia da COVID-19 e as aulas online não há mais a necessidade de tantas horas dentro do ônibus, porém, a permanência em casa traz atividades que caracterizam uma dupla jornada. Helena cuida da casa com auxílio da mãe, principal responsável financeira da família, composta pela estudante, a mãe e o avô idoso. No período de distanciamento social, Helena se vê diante da necessidade de conciliação entre os estudos, afazeres domésticos e cuidados com o avô idoso. A volta às aulas presenciais para Helena, tem um aspecto positivo pois, segundo a estudante, facilita a dedicação aos estudos. Longe de casa o dia todo, Helena pode se dedicar exclusivamente aos estudos. Outro ponto positivo enfatizado por Helena foi que nesse retorno houve o início dos estágios obrigatórios, significando a proximidade do final do curso. Em seu relato, Helena espera que ao final do curso de Língua e Literatura Japonesa possa trabalhar como professora no seu Município. Para a construção da linha do tempo, foram realizadas duas entrevistas com a estudante com sete meses de diferença entre elas. Na primeira entrevista, Helena estava em período de distanciamento social e via a possibilidade de aulas remotas como positivas, pois não teria mais que passar tantas horas dentro do ônibus. Na segunda entrevista Helena encara a volta as aulas presenciais como facilitadora da aprendizagem e que estar fora do ambiente doméstico facilita na divisão de tarefas e dedicação aos estudos.

Figura 4 – Linha do Tempo de Helena



Fonte: Elaboração da autora a partir das narrativas, 2023.

Após entendermos as narrativas sob a perspectiva da linha do tempo das participantes, apresentaremos a análise das entrevistas que favorecem a compreensão das estudantes e das duplas jornadas de trabalho.

4.2 ANÁLISE TEMÁTICA DAS ENTREVISTAS

A partir dos relatos das entrevistas das duas estudantes, os resultados foram organizados em três categorias de acordo com a análise temática:

- Universidade: dividida em subcategorias que versam sobre a escolha do curso, os desafios para permanência e conclusão da graduação. Dentre as principais dificuldades para a conclusão do curso estão a gravidez, a distância e o transporte de casa para a Universidade.
- Conciliação: envolve a necessidade de conciliar os demais papéis sociais das estudantes, para além da universidade. Nessa categoria de análise entram relatos sobre trabalho, maternidade, cuidados com a família e afazeres domésticos.
- Projeto de vida e carreira: diz respeito aos projetos futuros após o término da graduação, as expectativas e anseios das estudantes.

4.2.1 A Universidade

4.2.1.1 A escolha do Curso

Juliana conta que desde o ensino médio já sabia o curso universitário em que gostaria de ingressar e toda sua trajetória escolar foi voltada para a entrada na universidade. Após a conclusão do Ensino Médio, Juliana ingressa na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no curso de Psicologia por meio do Processo Seletivo Contínuo (PSC), porém, em virtude de uma gravidez de risco precisou trancar o curso para cuidar de sua saúde. Importante destacar que o curso de Psicologia da UFAM é um curso de longa duração (seis anos ou 12 períodos), fator esse que pode contribuir para a evasão de alunos.

“Na minha adolescência toda eu já queria a faculdade de Psicologia. Estudei em tempo integral por bastante tempo. Quando entrei no primeiro

ano eu já sabia o que queria fazer, então todo meu trajeto foi estudando para prestar vestibular e entrar em Psicologia. Entrei em 2017” (Juliana)

Helena, estudante do curso de Língua e Literatura Japonesa, conta que também ingressou no ensino superior logo após concluir o ensino médio por meio do Processo Seletivo Contínuo (PSC) da UFAM. O curso tem duração média de quatro anos e meio, porém devido a pandemia de COVID-19 o tempo para conclusão do curso será maior. Para Helena, o curso de Língua e Literatura Japonesa pode ser uma porta de entrada para uma oportunidade de trabalho na capital. A escolha pelo curso superior ocorreu por um interesse pessoal pela cultura japonesa.

“Entre na faculdade com 18, sai do ensino médio e já consegui passar de primeira pelo PSC na UFAM, só que moro em Manacapuru e meu curso é em Manaus. Todo dia, quando tem aula presencial, eu preciso ter que ir e voltar de Manacapuru para Manaus” (Helena)

Super (1990), autor que trabalha na perspectiva do desenvolvimento vocacional e interesses profissionais, considera que ao escolher uma carreira as pessoas levam em consideração os diversos estágios de vida, transições de papéis, escolhas sendo construídas e influenciadas pelo meio em que a pessoa está inserida, por suas crenças, valores, opiniões e ciclo de vida.

Percebe-se que as estudantes escolheram o curso universitário ainda no período da adolescência e suas escolhas ocorreram a partir de interesses pessoais. Nas narrativas sobre escolha do curso os interesses são pautados nos valores e desejos pessoais para uma futura carreira, que são identificados nas profissões de Psicologia e Língua e Literatura Japonesa.

4.2.1.2 Desafios para permanência e conclusão do curso

Dentre os maiores desafios para a permanência e conclusão do curso, Juliana e Helena assinalam as dificuldades do próprio curso, da ementa e dos horários da universidade, além de dificuldades do dia a dia e de momentos de vida como gravidez, cuidados com crianças, transporte até a universidade e o distanciamento social em consequência da pandemia da COVID-19.

Para Juliana, o momento da gravidez, ainda no período da graduação, foi conflituoso por motivos de saúde e a necessidade de se ausentar das aulas para cuidar de si e do filho que chegaria logo. Em outro cenário, Helena descreve como a maior dificuldade enfrentada durante o período da graduação a distância que precisava percorrer entre os municípios de Manaus e Manacapuru (101 km via terrestre), cerca de 1 hora e 30 minutos de carro. Para fazer esse trajeto a Prefeitura do Município de Manacapuru disponibiliza um ônibus para ir a Manaus e outro para voltar, um acordo entre a prefeitura e a Universidade, porém os alunos pagam uma taxa mensal pelo transporte e precisam acordar cedo e a qualidade do ônibus não é boa, e muitas vezes ocorre do ônibus não funcionar e os estudantes ficam impossibilitados de chegar à Manaus.

“Quando eu engravidei eu tive que dar uma pausa e logo depois veio a pandemia, mas segue sendo meu sonho. Estou no quinto período, eu tranquei. Era pra estar no nono período agora.” (Juliana)

“Todo dia, quando tem aula presencial, eu preciso ter que ir e voltar de Manacapuru para Manaus, então a faculdade em si não foi difícil de entrar e sim permanecer, e fica meio complicado por causa disso.” (Helena)

Helena relata que viu muitos de seus colegas desistirem do curso por causa da grade curricular incompatível com os horários de trabalho. Devido as aulas do curso serem ofertadas em horário diurno, os estudantes que precisam trabalhar desistem do curso. Apesar de Helena não ter filhos, ela reconhece as dificuldades em conciliar estudos, maternidade e trabalho.

“A matriz curricular não foi pensada de forma a ajudar as pessoas que por alguma forma não possam cursar naquele momento, de possibilidade de abrir matérias em outros horários. Eu acho que dificultam as pessoas que tem essa dupla jornada e para as mulheres que tem filhos é um pouquinho mais complicado.” (Helena)

Helena considera que há um desamparo da universidade com estudantes que trabalham e com as mães e mulheres devido aos horários das aulas e os estágios sempre em horários diurnos. No estudo com estudantes Amazônidas, resultado de pesquisa do Projeto PROCAD-Amazonia “Os “Significados das trajetórias de escolarização de jovens estudantes Amazônidas”, Resende, Ferreira, Silva e Barbato (2022) encontraram dificuldades semelhantes em outro grupo de alunos da UFAM para permanecer no ensino superior: renda, dificuldade de transporte coletivo, grandes distâncias entre a residência/moradia e a universidade, e também aspectos didáticos-pedagógicos do ensino na universidade.

No Brasil, de forma geral, a educação feminina sempre foi um desafio e o ingresso das mulheres no ensino superior não ocorreu da forma fácil, tendo passado por inúmeras tensões. Para Barroso (2021), apesar de atualmente as mulheres serem numericamente predominantes entre os estudantes de curso superior, há diversas áreas e ambientes acadêmicos nos quais é comum a perpetuação de violências de gênero, seja por dificuldades de acesso à educação, permanência ou continuidade dos estudos.

Mesmo com a presença majoritária de mulheres no ensino superior nas últimas décadas (57,2%), como mostram dados do INEP (2019), ainda há discriminação nesses espaços. Para Pereira e Favaro (2017), apesar das discriminações não serem empecilho para o acesso ao ensino superior, ela se faz presente no interior do sistema educativo, e na escolha das carreiras e profissões.

4.2.1.2.1 A Gravidez e a Universidade

“Imagine se as mulheres entram em greve e não produzem filhos, o capitalismo para. Se não há controle sobre o corpo da mulher, não há controle sobre a força de trabalho.” — Silvia Federici

O momento da gravidez foi um período difícil para Juliana. Diante de um cenário que oferecia riscos à saúde da mãe do bebê, Juliana precisou renunciar a seus projetos de vida, como a continuidade do curso de Psicologia. A universidade pouco ofereceu apoio ou suporte para ela no momento da gravidez de risco. Juliana conta que alguns professores entendiam as razões para as faltas, porém passou por uma situação de violência como no momento em que narra que um professor fez chacota por sua reprovação por falta.

“Eu reprovei em uma matéria por causa de falta, porque eu não conseguia ir e ele (professor) não entendia muito bem. Daí tive que fazer a matéria de novo com ele (professor)[..], ele chamou meu nome pra se apresentar e logo falou ‘Juliana, aquela que reprovou comigo por falta’, [...] mas tem pessoas que entendem e tem pessoas que não entendem.”

“Eu tive uma gravidez de alto risco e não podia estar me movimentando muito, vivia em hospital. Não queria ter parado, mas foi necessário. Parei por um ano e quando eu ia voltar, em 2020, começou a pandemia.”
(Juliana)

A educação é um direito de todos e todas segundo a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988). A Lei n. 6.202/75 (BRASIL, 1975) garante as estudantes gestantes o direito de realizar as tarefas escolares em casa em “regime de exercícios domiciliares” a partir do oitavo mês de gestação, por até três meses. A Resolução 023/2017 (UFAM, 2017), que dispõe sobre o regime didático dos cursos de graduação da UFAM, em seus artigos 15 ao 20, descreve as condições pra solicitação e encaminhamentos da coordenação do curso no que se refere ao regime de exercícios domiciliares. No período de sua gravidez, Juliana estava amparada por lei do direito a se ausentar das aulas presenciais e realizar as atividades em seu domicílio, porém esse direito não lhe foi garantido, demonstrando mais uma violência sofrida por ela enquanto estudante.

É importante dizer que somente o direito a regime de exercícios domiciliares e licença remunerada para as que trabalham não garante justiça para as mães, trabalhadoras e estudantes. Para Saffioti (2015), os direitos que amparam as gestantes estudantes e trabalhadoras, como a licença remunerada antes e depois do parto representam um sentido positivo em relação a equidade de direitos das mulheres, porém, é uma medida necessária, embora parcial, que pode apenas servir de desculpa para empregadores optarem por contratar profissionais do sexo masculino, contribuindo para desigualdades de gênero no mercado de trabalho. São fatores que demonstram desvantagens às gestantes estudantes e trabalhadoras.

“Quando eu estava grávida, todos os professores sabiam da situação, sabiam que era uma gravidez de risco e que as vezes eu não ia conseguir estar na aula. A maioria era muito gentil, mas tinha uns ou outros que não entendiam. Eu reprovei em uma matéria por causa de falta, porque eu não conseguia ir.” (Juliana)

A falta de suporte às mães e gestantes por parte das instituições de ensino superior demonstra a solidão e o abandono que as mães enfrentam e as expectativas sociais em relação às mulheres, como apontado por Costa (2008) ao destacar que parte das estudantes universitárias acabam atrasando ou até mesmo abandonando o curso para cuidarem de seus filhos. Tudo isso nos faz refletir a respeito da necessidade de as instituições de ensino superior repensarem as formas de incentivar o acesso e permanência das mulheres mães em sala de aula, não mais contribuindo para a exclusão dessas mulheres. É preciso pensar na dupla jornada que as mães enfrentam ao conciliar estudos e maternidade.

“Segue sendo meu sonho, não queria ter parado, mas foi necessário.”
(Juliana)

Mesmo com as dificuldades enfrentadas, como o trancamento do curso, trabalho e o novo papel de mãe, Juliana segue sonhando em se formar e tem um novo projeto de

vida vinculando a futura profissão ao papel de mãe. Juliana transformou a maternidade em razão para concluir o curso.

4.2.1.2.2 A distância e o transporte como maiores dificuldades em manter o Curso

Helena mora no Município de Manacapuru, cerca de 101 km via terrestre da capital e estuda no *Campus Sede* da UFAM em Manaus. A viagem da cidade de Manacapuru até o campus da UFAM em Manaus pode levar até mais de três horas dependendo das condições da rodovia, do congestionamento, entre outros fatores que podem interferir nesse deslocamento.

“No início a minha maior dificuldade foi a questão do transporte. No decorrer do curso muitas pessoas desistiram e diversas vezes eu me senti muito desestimulada por causa da distância”. (Helena)

Para Silva (2014), deslocamentos longos dentro de ônibus podem ser causadores de estresse para os usuários e motoristas, a precariedade e as condições do trânsito também podem influenciar na qualidade dos transportes coletivos. Segundo Lima et. al (2017), o deslocamento diário de estudantes pode trazer prejuízos financeiros, ambientais e de saúde, e por essa razão o poder público precisaria planejar a distribuição de vagas, levando em consideração as mudanças demográficas, pois sem isso, os investimentos em educação serão defasados. Por essa razão, muitos estudantes procuram serviços de educação distantes de suas residências, muitas vezes até em outros municípios como no caso de Helena.

“O maior empecilho foi o transporte, com as aulas online eu não passei mais por isso.” (Helena)

Devido as dificuldades com o transporte e a distância, quando as aulas remotas iniciaram no período da pandemia em 2020, Helena não precisou mais sair tão cedo de casa e chegar tão tarde, o que para ela foi benéfico. Para Carvalho (2021), os estudantes no município de Manacapuru que estudam em Manaus enfrentam fadiga e transtornos devido às viagens diárias por ser tratar de um percurso cansativo que demanda muitas vezes de esforço físico, o que pode inclusive resultar em adoecimento mental. A Universidade Federal do Amazonas dispõe e outros de polos, além da sede em Manaus, nos municípios de Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins, sendo que estes são ainda mais distantes da capital (alguns acessíveis somente via fluvial ou aérea) e oferecem um leque de possibilidades de cursos de graduação ainda reduzido. Entre essas poucas cidades do interior do Estado do Amazonas a oferta de cursos e número de vagas ainda são muito baixas, o que aumenta a demanda do *Campus* em Manaus, que possui um número maior de cursos e vagas.

O Estado do Amazonas é o 21º estado do *ranking* de pessoas com diploma de ensino superior. Dados do INEP (2022) mostram que as regiões Sudeste, Nordeste e Sul aparecem, respectivamente, como as regiões mais populosas e com maior oferta de vagas; o Norte aparece em quarta posição em número de pessoas, porém em quinto lugar na oferta de vagas de ensino superior. De Souza Soares et al. (2020), descrevem que por causa da distância geográfica entre os municípios do Estado do Amazonas, que por muitas vezes o acesso somente é possível via fluvial, o estado enfrenta dificuldades no avanço igualitário de seus municípios. No estado do Amazonas, com exceção de nove municípios do total de 62, não possuem ligação com a capital Manaus via terrestre, demonstrando a dificuldade de difundir a educação universitária para todos os municípios do estado. Dessa forma, há urgência em interiorizar o ensino ofertado pela Universidade Federal do Amazonas, ampliar a ofertas de cursos, número de vagas e criação de polos universitários e mais municípios do Estado.

“Então o EAD (ensino remoto ofertado pela universidade durante a pandemia) possibilitou de acompanhar melhor.” (Helena)

Não havendo a necessidade de sair de casa, o ensino remoto ofertado pela universidade durante a pandemia possibilitou que Helena tivesse mais tempo livre,

diminuindo a sobrecarga que o deslocamento para Manaus provocava. Em casa, Helena podia assistir as aulas pelo computador e não mais acordar tão cedo para pegar o ônibus e isso possibilitava a estudante se dedicar mais às atividades domésticas e aos cuidados do avô idoso, principalmente nos momentos em que sua mãe necessitava viajar a trabalho.

Helena aponta que a maior dificuldade em manter o curso foi o tempo de deslocamento entre as viagens diárias entre Manacapuru e Manaus. Com o início da pandemia de COVID-19 no ano de 2020 e no decorrer de 2021, Helena relata que ficar em Manacapuru e assistir as aulas em casa possibilitou um melhor acompanhamento do curso e mais tempo livre para se dedicar a outras atividades. Foi no início das aulas online que Helena pode começar um curso técnico de informática pela modalidade remota.

“Eu consigo conciliar ainda graças ao EAD, mas também porque eu tenho suporte financeiro.” (Helena)

Helena destaca a rede de apoio familiar como fundamental para a conciliação das atividades. Para ela, o fato de a família possuir meios de sustento financeiro possibilita com que a estudante possa se dedicar aos estudos em outra cidade, sem a necessidade de um trabalho remunerado. Caso contrário, seria impossível trabalhar e passar horas de viagem até Manaus e ainda fazer faculdade e depois retornar ao município de Manacapuru.

4.2.2 A CONCILIAÇÃO: as jornadas de trabalho que vão além dos estudos

*“O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado.” –
(Silvia Federici, 2019. p.41)*

O trabalho doméstico, como ressaltado por Federici (2019), foi imposto às mulheres e transformado como atributo natural a psique e a personalidade feminina. Por ser “natural”, justifica determinados constructos históricos, sociais, políticos, sexuais,

físicos e emocionais que moldaram papéis que as mulheres deveriam desempenhar na sociedade, dentro e fora de casa.

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. Nós somos vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta (FEDERICI, 2019, p. 42-43).

A naturalização dos trabalhos domésticos atribuídos ao gênero feminino tem sido estratégia de acumulação do capital no decorrer da história. Para Kergoat (2003), ao entrarem na universidade e no mercado de trabalho, as mulheres necessitam conciliar o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo, o que resulta em acúmulo de atividades que podem sobrecarregá-las física e mentalmente. No caso de Helena e Juliana, durante suas trajetórias na universidade, elas passam todos os dias pela necessidade de conciliar as atividades de casa com as atividades da universidade.

“Meu maior desafio é tentar organizar os horários” (Juliana)

Tanto Helena quanto Juliana, ao ingressarem na universidade, se defrontaram com mais uma responsabilidade para somar com as demais que possuem dentro da família. Os estudos e o trabalho somam-se aos de dentro de casa e demandam a necessidade de conciliar todos os papéis.

“É difícil separar o trabalho e as funções de casa.” (Juliana)

Juliana quando se torna mãe, trabalhadora e estudante universitária passa pela tripla jornada de trabalho, onde precisa conciliar de maneira satisfatória todas as

responsabilidades que os três papéis exigem. As atividades de estudo e estágio desempenhadas por Helena fora de seu município, não a eximiram do seu papel de cuidados dentro da família. Por muitas vezes, ao longo do processo de realização e análise das entrevistas, reflito a respeito de questões de gênero: se Juliana e Helena fossem do gênero masculino, ainda seriam responsáveis por afazeres domésticos e cuidados com a família, mesmo depois de estarem dentro de uma universidade, trabalhando e cuidando de suas carreiras?

A conciliação que Helena e Juliana precisam exercer, acontece devido a divisão de trabalho por gênero e a desvalorização dos trabalhos das mulheres, Biroli (2018), afirma que a sobrecarga de atividades é um dos fatores que fazem com que as mulheres tenham seu tempo livre reduzido, a própria divisão de trabalho ocorre de acordo com o que é esperado socialmente das mulheres. Dessa forma, falar sobre a divisão sexual de trabalho, é falar a respeito do trabalho de mulher, competências de mulher, lugar de mulher e as consequências dessa divisão e como o papel doméstico e de cuidados a ser assegurado integralmente às mulheres contribui para que a conciliação seja difícil e não vantajosa para as mulheres. Como podemos observar nas narrativas de Helena e Juliana.

“medo de não conseguir conciliar as duas coisas”. (Juliana)

Kergoat (2003) observa que estudos, trabalho e carreira feminina somam-se ao trabalho realizado dentro de casa, acumulando tarefas e responsabilidades que trazem prejuízos para as mulheres tanto em saúde física quanto mental. Abreu et al. (2020) afirma que só as mulheres vivem esse dilema da conciliação entre trabalho doméstico/trabalho profissional, e para os autores em uma sociedade patriarcal e capitalista não há tal conciliação, devido a desigual divisão sexual do trabalho.

Para Zanello (2018), apesar das mulheres estarem inseridas no mercado de trabalho, como em outros ambientes como a Universidade, ainda prevalece a ideia de que seu dever perante a sociedade é a ser mãe e cuidar dos filhos, o que acaba por sobrecarregá-las em relação aos cuidados e dificultar a continuação dos estudos. Em se tratando de conciliação Hirata e Kergoat (2007, p. 268) descrevem quatro modelos:

O primeiro deles é o modelo tradicional, no qual o papel na família e o papel doméstico são assegurados integralmente às mulheres e o papel de provedor

atribuído aos homens. O segundo modelo caracterizado como de conciliação, confere quase que exclusivamente às mulheres a função de conciliar, algumas autoras o denominam de “maternalista”. O terceiro modelo denominado de paradigma da parceria considera mulheres e homens como parceiros e suas relações se produzem em termos de igualdade, e não de poder. Por fim, o modelo de delegação que viria para se sobrepor ao modelo de conciliação. O surgimento do mesmo veio a partir da polarização do emprego das mulheres e ao aumento do número de mulheres em cargos de poder e em profissões intelectuais de nível superior.

Ao tentar conciliar todos os papéis que precisa exercer, como o papel de mãe, filha, estudante e trabalhadora, Juliana se sente sobrecarregada e pressionada. Não há a opção de não conseguir conciliar, logo, a conciliação se torna primordial para as mulheres, e significa mais que sobreviver, é lutar e resistir. Em nenhum momento quando Juliana decidiu ter uma profissão e uma carreira foram tirados dela papéis de cuidados, pelo contrário, para poder estudar e trabalhar Juliana assumiu ainda mais responsabilidades de vida somadas as tarefas que já tinha antes, como cuidados com casa e família. Pela imposição de conciliar, mulheres, ao assumirem suas carreiras profissionais, por muitas vezes são sobrecarregadas, como podemos observar no relato da estudante.

“Acho que é malabarismo de tempo. Só as 24h do dia não são suficientes para tudo isso”. (Juliana)

Juliana fala sobre a dificuldade diária de conciliar os principais papéis que tem no seu dia a dia, a tripla jornada entre maternidade, graduação e trabalho. Nesta tentativa de conciliação, há acúmulo de funções e responsabilidades, sobrecarga, sofrimento e violações.

4.2.2.1 Maternidade e trabalho

Para Biroli (2018), a maternidade tem sido historicamente definida pela divisão do trabalho, sobrecarregando as mulheres e restringindo sua participação em outras esferas da vida. Nesse contexto, a maternidade passa a ser compreendida como fator de

vulnerabilidade para as dificuldades. A dedicação desigual de tempo entre homens e mulheres no cuidado com filhos se transforma em dificuldade para elas, para o exercício do trabalho remunerado. Destarte, a maternidade reduz a autonomia relativa, individual e coletiva das mulheres. Ao ser mãe, Juliana percebe que é muito mais difícil conciliar sua trajetória de estudos e carreira, o tempo é precioso e todo o tempo do dia é ocupado como trabalho, como tarefa, sempre cuidando ou produzindo de alguma forma.

“Eu trabalhava, estava estudando e tinha meu filho.” (Juliana)

Para Aguiar, Paes e Reis (2019), o ingresso de mulheres na universidade pode trazer muitas preocupações devido às obrigações que elas já possuem como o trabalho doméstico e os cuidados com filhos. Para Silva (2019), ser mãe e universitária é enfrentar triplas jornadas femininas que colocam as mulheres em situação de vulnerabilidade, discriminações e violências. Com relação a participação no mercado de trabalho, Muniz e Veneroso (2019) apontam a maternidade como fator de vulnerabilidade social e de renda. Ao se tornar mãe, as mulheres demandam de mais tempo para cuidados com filhos e família, em consequência disso, dispõem de menos tempo para estudos e trabalho remunerado. Todas essas limitações e desigualdades que as mães enfrentam ao conciliar maternidade, estudo e carreira ocorrem ainda pela herança histórica tradicionalista concentrada na capacidade reprodutiva das mulheres. Lerner (2019) afirma que a função materna serviu para que as mulheres dedicassem quase toda a vida adulta para criar os filhos e cuidar da família.

Como podemos observar pelo relato de Juliana, para ela é difícil a conciliação entre trabalho, estudos e a maternidade. Entre as principais dificuldades que as mulheres acadêmicas enfrentam estão as jornadas cansativas de estudos, trabalho e atividade doméstica, cansaço físico e mental, dificuldades em encontrar alguém para deixar os filhos, gravidez e questões financeiras (BARBOSA; MONTINO, 2020). Para muitas mulheres, a casa não é local de descanso e sim local de uma jornada de trabalho que envolve o cuidado com os filhos, os afazeres domésticos, a preparação de alimentos e muitas outras atividades essenciais para a manutenção da vida e da família.

Biroli (2018) destaca que é preciso compreender que as mulheres possuem posição de desigualdade na esfera pública por conta dos papéis desempenhados na esfera doméstica. As mulheres assumem determinadas responsabilidades e exercem um conjunto de funções do cotidiano. Assim, há restrição nas escolhas, constituídas por padrões estruturais da divisão sexual do trabalho, que se define como formas desiguais de inclusão na esfera pública. Não se trata de uma exclusão, mas uma restrição à responsabilidade pública.

Dessa forma, é esperado que as mulheres, além de responsáveis por suas carreiras e estudos, também sejam as responsáveis pelos cuidados com a família, o que resulta em acúmulos de função, sobrecarga de trabalho e menos tempo livre. No contexto da pandemia da COVID-19 no ano de 2020, o acúmulo de atividade se tornou ainda mais evidente e colocou em destaque o trabalho que as mulheres sempre desempenharam e que eram invisíveis para a sociedade. Para Magalhães e Hirata (2020), a pandemia da COVID-19 trouxe transformações no trabalho e nas sociedades que se traduzem em situações de desigualdade entre as categorias de trabalhadores. Uma parte dos trabalhadores passou a viver em confinamento familiar, trabalhando de forma remota (teletrabalho), transformando o ambiente doméstico em local de trabalho, de educação, de lazer e sociabilidade. O *home office*, apesar de facilitar, também gera desafios, pois em casa, para as mulheres, não há separação entre vida doméstica e trabalho.

“Só que ao mesmo tempo que ajuda bastante também atrapalha bastante porque é difícil separar o trabalho e as funções de casa, tudo vira uma bagunça! Então o meu maior desafio agora é tentar organizar os horários, em qual horário eu vou fazer as coisas da faculdade, em qual horário eu vou fazer as coisas do trabalho, em que horário eu vou passar mais tempo de qualidade com o meu filho.” (Juliana)

Os aspectos da divisão sexual do trabalho no decorrer do período pandêmico passaram a ser problematizados de forma acentuada devido a necessidade de distanciamento. As mulheres foram, nesse sentido, não somente impactadas pelo risco do contágio pelo coronavírus, mas com o desemprego e a sobrecarga de trabalho devido a dedicação aos cuidados com os filhos que estavam afastados da escola. Para Abreu et al.

(2020), em síntese, as mulheres durante a pandemia não tiveram tempo livre e lazer. Ficaram mais sobrecarregadas com as várias atividades realizadas em casa, como trabalho em *home office*, cuidado com crianças e afazeres domésticos. No período de distanciamento social, o trabalho tornou-se redobrado, pois além das já existentes atividades de arrumar, limpar, cozinhar, passar roupas, as mulheres ainda passaram pela obrigação de estarem disponíveis emocionalmente para o núcleo familiar. A necessidade de distanciamento social mudou nos últimos tempos o mundo do trabalho formal, informal e autônomo. No entanto, não alterou em quase nada o trabalho doméstico, com apenas uma ressalva: ele agora é mais intenso dentro e fora de casa. Nosso trabalho nunca foi tão visível no sistema capitalista.

Para Juliana, a pandemia não trouxe somente o trabalho remunerado para dentro de casa, mas também a universidade, somados à responsabilidade da maternidade. Assim, Juliana passou a enfrentar uma tripla jornada de trabalho acontecendo agora dentro do mesmo espaço de maneira simultânea, tendo que desempenhar vários papéis. Contudo, para que haja o mínimo do bom funcionamento no exercício desses papéis, uma rede de apoio se faz necessária. Apesar de Juliana ser a responsável pelos cuidados com seu filho, casa, trabalho e estudos, ela conta com o auxílio eventual de outras mulheres da família, como sua mãe e tia.

“Quando preciso sair minha mãe ou minha tia ficam com meu filho”.
(Juliana)

De acordo com Magalhães e Hirata (2020), mesmo quando as mulheres passam a se inserir no mercado de trabalho, seguem acumulando tarefas de cuidado, apoiando-se no suporte ocasional de outras mulheres da família como avós, mães, sogras, tias, irmãs, filhas etc., que as ajudam também em atividades domésticas e cuidados com crianças. Para Pereira e Leitão (2020), a rede de apoio funciona como suporte para as mães, de forma a facilitar a manutenção da vida. Geralmente, a rede de apoio é formada por mulheres da família e para as mães solo, a rede de apoio ajuda a dividir a sobrecarga de cuidados com os filhos e afazeres domésticos.

4.2.2.2 Trabalho Doméstico

A divisão desigual de trabalho doméstico entre os membros da família, sobretudo entre os gêneros, coloca as mulheres vinculadas ao trabalho dentro de casa. Para Monteiro et al. (2018), o trabalho doméstico vinculado às mulheres representa menos tempo livre para se dedicar aos estudos e carreiras profissionais. No período da pandemia, Helena e Juliana perceberam que as cobranças a respeito do trabalho domésticos se intensificaram. Helena relata no período de pandemia organizar o tempo do dia para realizar os serviços de casa, fazer as compras da casa, preparar as refeições da família, e cuidar do avô idoso.

“Eu fiquei em casa e nesse período, eu precisava fazer as coisas de casa”.
(Helena)

Para Fabbro e Heloani (2010), ser mulher intensifica a probabilidade de sobrecarga de tarefas, pois assumir o papel de estudante não a isenta das responsabilidades quase que exclusivas de afazeres domésticos. O trabalho doméstico nas camadas mais populares é assumido pelas mulheres da família desde muito cedo, no espaço privado constroem-se responsabilidades atreladas ao cuidado da casa, dos afazeres domésticos e preparo de refeições como quase exclusivo ao sexo feminino (ÁVILA; PORTES, 2012).

“Tenho que dividir as coisas de casa e as questões da faculdade. [...] Depois eu faço algumas coisas da faculdade que são necessárias fazer e eu preparo o almoço.” (Helena)

Ávila e Portes (2012) admitem que a necessidade de conciliar diariamente vários papéis dentro e fora de casa não é uma tarefa simples. Para as mulheres que vivenciam essa realidade, a rotina diária é composta de atividades desde a hora em que acordam até a hora de dormir para dar conta de todos os segmentos de trabalho. A habilidade de separar e definir limites entre os diferentes tempos/espacos é um grande desafio para as

mulheres. Conciliar os três segmentos de trabalho torna-se uma fonte de estresse, ansiedade e pressão constantes, o que as torna emocionalmente vulneráveis. Biroli (2016) complementa que os cuidados com afazeres domésticos e cuidados com a família representam para as mulheres explorações e desvantagens, pois são cuidados que as mulheres farão no decorrer de toda a vida e que são invisibilizados do ponto de vista social.

“Eu tive problemas de não conseguir dormir, eu saía muito cedo e tinha que fazer as coisas em casa, tinha que deixar tudo pronto, tudo organizado em casa e ter que conciliar isso com a viagem que fazia, e ter que chegar de madrugada, descansar e depois acordar cedo de novo pra fazer as coisas de casa, eu me sentia muito cansada.” (Helena)

Helena relata que antes do período das aulas online, no início do curso possuía um sentimento de cansaço, se sentia sobrecarregada de passar muitas horas dentro do ônibus para ir a Manaus e depois para voltar para sua cidade. Em vários momentos, Helena demonstra sentimentos de cansaço e aponta para uma possível sobrecarga das atividades desempenhadas. O tempo que passava dentro do ônibus limitava muito seu tempo livre, ou tempo para descanso ou lazer. A casa era local de mais trabalho e a universidade local de estudos e mais responsabilidades.

4.2.2.3 Cuidado com Pessoas Idosas

“E como minha mãe viaja eu fico cuidando do meu avô” (Helena)

Helena relata que a dupla jornada, de estudos e cuidados com casa, é somada aos cuidados com a família. Os cuidados com o avô são divididos com a mãe de Helena, porém quando ela precisa viajar a trabalho, Helena se responsabiliza por cuidados ou pequenos cuidados com o avô idoso.

“Meu avô que é idoso, ele precisa tomar os remédios dele e eu preciso ficar lembrando ele e durante o dia eu tenho que tá lá pra poder fazer isso” (Helena)

No Brasil, a maioria dos idosos que necessitam de cuidados é auxiliada por pessoas da própria família e geralmente são as mulheres que se responsabilizam por esses cuidados. Em geral, trata-se de cônjuges ou filhas com 50 anos ou mais e com proximidade física e afetiva com o idoso (CECCON et al., 2021).

Na casa de Helena os cuidados oferecidos por ela e pela mãe demonstram uma realidade sobre o trabalho feminino no Brasil. O trabalho de quem cuida de um familiar idoso é constante, muitas vezes demanda as 24h do dia, é solitário e sem apoio de políticas públicas de proteção a quem precisa cuidar. É o que chamamos de cuidador informal, por não ser um profissional e por não haver remuneração pela supervisão e cuidados oferecidos.

A cultura apresenta um papel de norteador para a escolha de quem irá cuidar de idoso na família, assim, a preferência dos cuidados serem exercidos pelas mulheres é fruto de uma construção histórica e social (FERREIRA; ISAAC; XIMENES, 2018). Dessa forma, as mulheres que cuidam de familiares idosos muitas vezes sofrem restrições em suas vidas pessoais, gerando sobrecarga, adoecimento, desemprego e afastamento da rede social e afetiva. Para Ceccon et al. (2021), o fato de as mulheres serem majoritariamente designadas ao papel de cuidador informal de um membro idoso da família simboliza as desigualdades de gênero presentes na sociedade, historicamente constituídas por relações de poder assimétricas entre os gêneros, cuja atividade de cuidar no âmbito privado tem sido função predominantemente feminina.

A condição de ser filha ou neta de parente idoso é determinante para assumir o papel de cuidadora. Esse fato impacta na vida pessoal, profissional, social e afetiva da mesma, além de produzir efeitos na sociedade como um todo. Apesar das transformações dos arranjos familiares e o papel social das mulheres, o processo de envelhecimento populacional não está sendo acompanhado por mudanças na divisão sexual do trabalho de cuidar.

4.2.3 PROJETOS DE VIDA E CARREIRA

4.2.3.1 A maternidade e os projetos de carreira

Para Fabbro e Heloani (2010), à medida que as mulheres exercem a sua profissão e a maternidade, estão constituindo as suas identidades pessoais e profissionais, a dupla jornada entre ser mãe e ser profissional influencia no mundo do trabalho e na carreira profissional. É possível dizer que os cuidados com os filhos e/ou familiares e os afazeres domésticos influenciam também em escolhas profissionais.

“Eu espero muito que eu consiga me formar no tempo previsto. E que eu consiga trabalhar na área, e sei que ser mãe não vai me impedir de nada, e até acredito que enriqueça meus conhecimentos, mais porque eu tenho planos de trabalhar em escolas com crianças, então eu acho que ajuda muito! Eu espero que consiga um trabalho na área e consiga continuar conciliando.” (Juliana)

Super (1990) apud Balbinotti (2003), considera que os diversos estágios da vida das pessoas, com suas respectivas transições de papéis, influenciam as escolhas e os caminhos adotados ao longo da carreira. Juliana ao assumir o novo papel de mãe atribui um novo significado para sua carreira profissional, ser mãe se tornou motivo maior para concluir o curso e seus planos futuros, levando em conta os papéis de cuidadora que desempenha dentro da família.

O processo de carreira, assim como as decisões tomadas ao longo da vida profissional, não ocorre dentro de um vácuo social, sendo construídos e influenciados pelo meio em que a pessoa está inserida, por intermédio de crenças, valores e opiniões durante todo o ciclo de sua vida. Assim, trazer novos significados para a carreira faz parte do processo esperado dentro de uma carreira profissional (SUPER, 1990; apud Balbinotti). O emprego para as mulheres significa, segundo Saffioti (2015), muito mais que ter uma remuneração, envolve participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida e ter uma fonte de equilíbrio. Diante do futuro como psicóloga, Juliana poderá ter mais autonomia de vida para ela e para o filho.

“A maior motivação de ser mãe, [...] porque eu quero muito que ele (filho) tenha um futuro melhor do que eu tive e para isso estudar é essencial.”
(Juliana)

Ao relatar que pretende continuar estudando e que busca um futuro com melhores condições de vida para o filho, Juliana atribui um significado a mais na sua carreira. Se antes a escolha pelo curso de Psicologia fora feita por motivos de inclinações pessoais, ou pelo interesse na área, hoje também significa um futuro melhor para o filho.

Para Fabbro e Heloani (2010), a identidade profissional e pessoal é compreendida como o resultado de processo contínuo de socialização, que se modifica ao longo da história de vida da pessoa. Nesse sentido, a identidade profissional se dá a partir da identidade social, isto é, a identidade enquanto classe ou grupo a que pertença. Portanto, para os autores, é preciso pensar em identidade como uma metamorfose constante nas histórias pessoais e não como algo estático, mas em movimento.

4.2.3.2 Expectativas de futuro e retorno a minha cidade

“Quero trabalhar com a licenciatura, mas não vejo isso como algo que vai acontecer agora [...], mas tenho a expectativa de no futuro trabalhar na área em Manaus e que eu possa trazer um pouco disso para Manacapuru que é a cidade que eu moro.” (Helena)

Helena tem como expectativa de futuro e plano de carreira ser professora de Língua Japonesa, mas para isso sabe que precisa continuar seus estudos e fazer um curso de pós-graduação e vê a necessidade de uma segunda carreira que trará retorno financeiro para que possa avançar na carreira de professora.

“Acho que quando eu me formar eu não vou conseguir um trabalho na área de primeira e é por isso que eu já comecei a fazer um curso por fora em outra área” (Helena)

Por não achar que o curso de licenciatura trará ganhos financeiros a curto prazo, Helena iniciou um curso Técnico em Informática como um Plano ‘B’ para ter uma forma de sustento e continuar com o sonho de trabalhar com a língua japonesa.

Para Savickas (1995 apud Lamas, 2017) interesses profissionais também podem ser entendidos como soluções que o indivíduo dá para problemas pessoais, para algo que lhe faltou no decorrer da existência. Os problemas se originam no contexto familiar e depois são transportados para o ambiente social. A solução pode surgir de modelos que se sobressaem em determinada cultura como forma de atingir a autorrealização naquela sociedade. Dessa maneira, Helena precisa de um segundo plano de carreira que foi constituído após o ingresso no curso de Língua e Literatura Japonesa. O segundo curso de Helena surge da necessidade financeira em conseguir um trabalho após o término do curso superior. A partir da narrativa de Helena fica evidente a satisfação em cursar Língua e Literatura Japonesa, porém, ela não acredita que o curso trará retornos financeiros a curto prazo, havendo a necessidade de uma segunda carreira ou um segundo ofício.

Dias e Soares (2012) destacam o papel do contexto social, como a cultura, a economia, a família e a classe social, como determinante para o ingresso no mundo do trabalho. Assim, as escolhas profissionais dentro de uma sociedade capitalista são limitadas. Helena, por morar no interior e precisar sair da sua cidade para fazer faculdade, leva em consideração durante a escolha profissional, um curso que atenda suas necessidades enquanto mulher, filha, seus interesses pessoais, e a disponibilidade de cursos ofertados dentro do tempo que tem disponível.

Nessa situação, a possibilidade de escolhas é limitada pela realidade econômica e as condições de vida de Helena, ainda mais por ser uma aluna do interior. Para Dias e Soares (2012) nem sempre a escolha profissional é feita somente por aquilo que o jovem quer mais, ou deseja, mas, muitas vezes, as escolhas se dão por cursos que são valorizados socialmente.

As análises das entrevistas proporcionaram a compreensão das trajetórias escolares de mulheres universitárias que em seu dia-a-dia enfrentam jornadas duplas ou triplas de trabalho. Nas narrativas vimos o “jogo” entre o coletivo e o individual, e os sentidos atribuídos para as trajetórias de escolarização, que podem ser expressos no sonho de seguir a profissão e a carreira que escolheram ao entrar na universidade.

O desejo/sonho de concluir o ensino superior mostrou-se como aspecto motivador, pois apesar de todas as dificuldades que são enfrentadas no cotidiano: conciliação entre as diversas atividades laborais de cuidados aos familiares, a maternidade, as exigências advindas do processo educativo no ensino superior (didática e métodos de ensino, relacionamentos com docentes), longa distância entre a residência e a universidade – moradia em outro município, elas lutam e permanecem na universidade.

Início minha dissertação com a epígrafe da música “Triste, louca ou má”, cujo o título da música é uma tradução para o português de uma expressão em inglês (*sad, mad ou bad*), um termo usado para descrever de forma pejorativa as mulheres que ficam solteiras. Vou além em afirmar que somos todas, somos “tristes, loucas e más” quando fugimos de padrões sociais, insistimos em nossas carreiras e estudos, denunciemos violências e desvantagens, lutamos e fazemos ser vistas e ouvidas, assim como as mulheres que participaram desta pesquisa.

São mulheres Amazônidas destemidas e guerreiras, que enfrentam jornadas duplas ou triplas de trabalho e toda a imposição da sociedade e da divisão sexual do trabalho. Parafrazeando *Francisco el Hombre*, “preferem queimar o mapa, traçar de novo a estrada, ver cores nas cinzas e a vida reinventar” (adaptação nossa).

Mesmo quando todos as chamam de “tristes, loucas ou más”, mesmo quando a “receita cultural” as manda cuidar do marido, da família e da rotina, “não sem dores aceitam que tudo deve mudar”. E nessa busca pela mudança, Juliana e Helena seguem buscando seus sonhos, sendo “seus próprios lares”, donas de suas carreiras, de suas escolhas, de suas vidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi de promover avanços na compreensão das trajetórias de vida de mulheres universitárias, do exercício da dupla jornada, aspectos relacionados a saúde, carreira e projeto de vida das mulheres. Foi possível compreender o quanto a universidade responde às demandas dessas mulheres e produzir conhecimentos que contribuam para a gestão do ensino aprendizagem na educação superior, as histórias de vida e desafios enfrentados pelas mulheres.

Ao ouvir as histórias de Helena e Juliana, por muitas vezes lembrei da minha própria trajetória enquanto estudante de Psicologia, como mãe, psicóloga e pós-graduanda do Curso de Mestrado da UFAM. Por mais que os anos tenham passado, ainda percebo as mulheres ligadas ao trabalho doméstico e cuidados com a família. Ainda que não tenham suas próprias famílias (com casamento e filhos), as mulheres são responsáveis pelos cuidados com a família de origem.

Mas afinal, o que vem a ser a dupla jornada? Primeiramente, gostaria de dizer que a primeira jornada das mulheres se refere as atividades que nós mulheres desempenhamos em nossas famílias, seja sob a forma de cuidados com a casa, preparo de refeições, cuidados com pessoas da família como filhos, pais, avós, sobrinhos etc., seja pela necessidade de estarmos sempre disponíveis para cuidar de outras pessoas, e não é por mera coincidência que somos descritas como amorosas, cuidadosas, compreensivas. Nosso papel social desde muito cedo é o de cuidar. Estamos sempre cuidando, e por essa razão os cuidados consigo e com estudos e carreiras, por muitas vezes, ficam em segundo plano. Basta que a gente observe a história de outras mulheres, basta alguém da família adoecer para que uma mulher deixe tudo (sonhos, estudos, carreira, etc.) para cuidar, basta uma criança da família nascer para que uma mulher disponha da maior parte do seu tempo aos cuidados desse bebê. Por muitas vezes pensei a respeito do papel feminino no exercício da dupla jornada e quando falo sobre isso, estou me referindo a qualquer outra atividade que uma mulher possui podendo ser estudos ou trabalho. Os trabalhos domésticos, merecem destaque na história de vida das estudantes, as responsabilidades com cuidados com a casa e manutenção da família nem sempre são lembrados, talvez pelo fato de serem atividades que fazemos desde muito cedo em nossas vidas e já se tornaram parte do cotidiano, enraizada nos papéis femininos. O trabalho doméstico, para mulheres, consume e reduz nosso tempo livre. Por muitas vezes percebo nos relatos de

Helena e Juliana, falas de cansaço, de trabalhos constantes, de rotinas que precisam ser seguidas todos os dias e são tantas atividades, que ficou difícil ter um tempo para a entrevista desta pesquisa. A ideia inicial era de entrevistar seis mulheres, porém somente Helena e Juliana disponibilizaram do seu tempo para a entrevista. E agora penso que muitas outras histórias poderiam ter sido ouvidas e contadas aqui, mas, quem sabe foram silenciadas, guardadas e não ouvidas por conta do excesso de responsabilidades. Deixo aqui menção e agradecimento às outras doze mulheres que responderam ao meu questionário para seleção de participantes da pesquisa, mas que não poderiam participar da entrevista.

As narrativas das duas mulheres universitárias entrevistadas, me permitiram tecer reflexões a respeito do percurso que mulheres enfrentam ao continuar seus estudos. Por muito tempo em nosso país foi negado as mulheres o direito ao ensino superior. Porém, por mais que não haja mais impedimentos em lei ao ingresso de mulheres no Ensino Superior, ainda encontramos barreiras sociais e culturais que dificultam (e muito) o acesso, a permanência, e a continuidade dos estudos.

Vale ressaltar o papel do suporte de outras mulheres como apoiadoras e incentivadoras no processo de escolarização e crescimento profissional das estudantes. É possível dizer que as estudantes Juliana e Helena, apesar de muitas dificuldades em suas trajetórias, são privilegiadas pelo suporte familiar que possuem, pois se Juliana não tivesse eventuais auxílios de outras mulheres da família conseguiria voltar para a Universidade? Se Helena não tivesse o suporte financeiro da mãe conseguiria estudar em Manaus, mesmo morando em outra cidade? Dessa forma, não se trata de uma mera coincidência que o apoio familiar das estudantes seja de outras mulheres.

Não há como chegar ao final da dissertação sem pensar em quais maneiras a Universidade e o Curso de Psicologia poderiam ter um olhar sobre as estudantes e todas as peculiaridades de ser mulher na Universidade. Dessa forma, sugiram ideias de “e se”:
... E se a universidade tivesse um Coletivo de mães estudantes, a fim de ouvir e tornar visíveis as questões da maternidade enquanto estudante universitária... E se existisse na UFAM uma creche universitária para que as mães pudessem deixar seus filhos em segurança enquanto estivessem em horário de aula... E se o Auxílio Moradia atendesse a todos os estudantes oriundos de outras cidades... E se houvessem alojamentos para estudantes da UFAM, isso atenderia as demandas de Helena em relação as muitas horas passadas durante as viagens diárias de Manacapuru a Manaus, penso que essas viagens seriam menos cansativas, ou poderia morar durante a semana em Manaus no alojamento

da Universidade e aos finais de semana voltar para o seu município... E se alguns professores fossem mais empáticos com relação a violências que estas duas mulheres passaram, em especial Juliana que ouviu chacota de um professor da graduação de Psicologia por conta das faltas no período da gravidez... E se a Universidade cuidasse de suas estudantes e entendesse as particularidades em ser uma mulher e estar na universidade e não contribuir com violências de gênero.

Ao final dessa dissertação, escrevo emocionadamente, que também só foi possível concluir o mestrado graças ao auxílio de outras mulheres da minha família, em especial as minhas filhas, sobrinhas e minha mãe. Somente consegui chegar ao mestrado com a força e incentivo da minha família e orientadoras.

Na área da psicologia os estudos são escassos e poderiam colaborar para diálogos sobre saúde mental das trabalhadoras brasileiras, vulnerabilidades sociais enfrentadas pela dupla jornada laboral, e precarização dos postos de trabalho femininos, bem como o papel da mulher na sociedade dentro e fora de casa.

Ainda, encontramos poucas pesquisas sobre as mulheres que exercem dupla jornada de trabalho e estudam no ensino superior, isto é, que acumulam tripla jornada. Uma lacuna na literatura que precisa ser pesquisada para subsidiar políticas educacionais que atendam às necessidades femininas, auxiliando as mulheres a se manterem na universidade e posteriormente a se colocarem no mercado de trabalho de modo mais justo e igualitário, uma sugestão para novas pesquisas.

Gostaria de ressaltar que as referências citadas nesse trabalho são, em maioria, de trabalhos feitos por mulheres.

REFERÊNCIAS

ABREU DE OLIVEIRA, F.; MARQUES DE QUEIROZ, F.; DINIZ, M. I. Divisão Sexual do Trabalho entre Homens e Mulheres no Contexto da Pandemia da COVID 19. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 3, n. 28, p. c21486, 2020. DOI: 10.21680/1982-1662.2020v3n28ID21486. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21486>. Acesso em: 17 set. 2022.

ABREU, J. C. **Erotismo e Sedução de mulheres comerciárias de Manaus**. 1ed. Curitiba: Appris, 2020.

AGIBO, M. L. L.C. RUMOS: Programa de orientação e Educação de carreira para crianças, adolescentes e jovens. Programa Orientação de Carreira. **Revista Revise, Psicologia e Educação**. v.6. p. 143-159, 2020. Disponível em:

<http://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/revise/article/view/1871>. Acesso em 17 set. 2022.

AGUIAR, N.; MONT'ALVÃO, A. Estratificação Residencial, Valoração do Trabalho Doméstico e Uso do Tempo: Contribuições para a Análise do Caso do Brasil. **Dados [online]**. v. 60, n. 2, p. 331-357. 2017. <https://doi.org/10.1590/001152582017122>.

AGUIAR, S. G., PAES, V. N., REIS, S. M. A. O. **MULHER, MÃE, DONA DE CASA E ESPOSA**: Dificuldades e superações para ingressar e permanecer na universidade pública. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 4935-4951, maio, 2019. e-ISSN: 2596-7613.

ALMEIDA, L. S. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Rev. Depart. Psicol. UFF**. v. 19, n. 2, p. 411-422, 2007.

<https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000200011>

ALVES, J.E.D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Revista Estudos Feministas [online]**. v. 24, n. 2, 2016. p. 629-638. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629>. Acesso em: 11 fev. 2023.

AMAZONAS, M. C.; VIEIRA, L. L.; PINTO, V. C. Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, p. 314-327, 2011.

<https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200009>.

ANGELIN, A. P. **A Construção do Projeto de vida e carreira em estudantes indígenas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Um estudo exploratório**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015

ANGELIN, A. P.; ZOLTOWSKI, A. P.; TEIXEIRA, M. A. A construção do projeto de vida e carreira em estudantes indígenas: um estudo exploratório. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i161330>.

AQUINO, L. M. L. Pelo Direito de ser Mãe e Estudante. **Revista Zero a Seis**. ISSN 1980-4512. v. 20, n. 37, 2018, p. 42-57. <http://dx.doi.org/10.5007/1980-4512.2018v20n37p42>.

ARAÚJO, C., VEIGA, A. Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: horas no trabalho doméstico e bem-estar no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 00, n. 18, p. 179-209, 2015. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151807>.

ARAUJO, F.S.; VASCONCELLOS, B.M. Vivenciando o ser mulher em uma mina de carvão. **Revis. Estud. Feministas**. Florianópolis, v. 26, 2018. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n144967>.

ÁVILA, R. C.; PORTES, E. A. A tríplice Jornada de Mulheres Pobres na Universidade Pública. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 03, p. 809-832, 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v20n03/v20n03a11.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2023.

ÁVILA, R. C.; PORTES, E. A. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Mal-Estar e Sociedade**, v. 2, n. 2, p. 91-106, 2009. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/13/41>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BALBINOTTI, I. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **REVISTA DA ESMESC**. [S. l.], v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018. DOI: 10.14295/revistadaesmesec.v25i31.p239.

BALBINOTTI, M. A. A. A noção transcultural de maturidade vocacional na Teoria de Donald Super. **Psicologia: Reflexão e Crítica** [online]. v. 16, n. 3, p. 461-473, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000300005>

BARBATO, S.; ALVES, P.P.; OLIVEIRA, V.M. Narrativas e dialogia em estudos qualitativos sobre a produção de Si. **Revista Valore**, v. 5, p. 22-36, 2020. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/399/301>. Acesso em 11 fev. 2023.

BARBOSA, R. M.; MONTINO, M. A. Mulher Universitária: Dificuldades e Superação para concluir o ensino superior. **Revista Multidebates**, v. 4, n. 6, p. 170-182, 2020. Disponível em: <http://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/305/275>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BARHAM, E.J.; VANALLI, A.C.G. Trabalho e Família: Perspectivas teóricas e desafios atuais. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 47-59, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 fev. 2023.

BARROS, S. C. V.; MOURÃO, L. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174090>

BARROSO, Milena Fernandes. Violência contra as mulheres nas universidades. In: BARROSO, M. F. (org). Violência contra as mulheres nas universidades. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2021, p. 9-16.

BEZERRA, C.M.; MINAYO, M.C.S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 18, n. 3, p. 657-666, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300011>.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018.

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados [online]**. v. 59, p. 719-754, 2016. <https://doi.org/10.1590/00115258201690>.

BRANDÃO, S. C. S.; MELO, V. R. S. O poder das bruxas: alegoria patriarcal. **ANTARES**, v. 12, n. 26, maio/ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.18226/19844921.v12.n26.04>.

BRANDÃO PEREIRA, V.; DE ALMEIDA LINS LEITÃO, H. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, [S. l.]**, v. 15, n. 1, p. 1–12, 2020. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3708. Acesso em: 23 set. 2022.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – 2015 – Aspecto de Cuidados das Crianças de Menos de 4 Anos de Idade**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

BRASIL. Resolução CNS nº466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 17 abr. 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19701979/16202.htm#:~:text=L6202&text=L EI%20 No%206.202%2C%20DE,1969%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1nci as.htm. Acesso em: 11 fev. 2023

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacaosuperior>. Acesso em 30 jan 2022.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Thematic Analysis. In: COOPER, H.; CAMIC, P. M.; LONG, D. L.; PANTER, A.T.; RINDSKOPF, D.; SHER, K. J. (ed.). **APA handbook of research methods in psychology. Vol. 2, Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological**. American Psychological Association, 2012.

- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. DOI: [10.1191/1478088706qp063oa](https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa)
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M.R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cad. Pagu** (17-18). 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100007>
- BORGES, T.M.B.; DETONI, P.P. Trajetórias de feminização no trabalho hospitalar. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 143-157, 2017. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v20i2p143-157. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/147332>. Acesso em: 17 nov. 2021.
- CARVALHO, R. P. F. Sofrimento Psíquico em Alunos do Interior que estudam em Manaus. **Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação**, v. 13, n. 1, jan-jun, p. 471-488, 2021.
- CECCON, R. F. et al. Envelhecimento e dependência no Brasil: características sociodemográficas e assistenciais de idosos e cuidadores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 17-26, 2021.
- CHAVES, F. N.; CÉSAR, M. R. de A. O Silenciamento Histórico das Mulheres da Amazônia Brasileira. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 138-156, 2019. DOI: 10.11606. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/157418>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- COELHO, A.F.P.; BECK, C.L.C.; SILVA, R.M.; VEDOOTTO, D.O.; SILVA, J.R.P. Trabalho feminino e saúde na voz de catadoras de materiais recicláveis. **Texto contexto. Enfer.** 27 (1). 2018. <https://doi.org/10.1590/0104-07072018002630016>
- COLLING, A. A Construção Histórica do Feminino e do Masculino. **Gênero e cultura: questões contemporâneas**, v. 1, p. 13, 2004.
- COSTA, H. L. C. **No limite do possível: as mulheres e o poder na Amazônia 1840-1930**. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas, Faculdade de Educação, 2000.
- COSTA, M.R.A.N. Patriarcado, violência, injustiça – sobre as(im)possibilidades da democracia. **Debate Feminista**. v. 54, 1–16, 2017. <http://dx.doi.org/10.1016/j.df.2017.07.004>
- DE SOUZA SOARES, C.G. et al. A Interiorização de Ensino Superior no Amazonas. **Revista Direitos Humanos e Sociedade**, v. 3, n. 1, p. 171-187, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/dirhumanos/article/view/5891/5505>. Acesso em 11 fev. 2023.
- DIAS, M. S. de L.; SOARES, D. H. P. A escolha profissional no direcionamento da carreira dos universitários. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, p. 272-283, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000200002>

FALEIRO, W.; FARIAS, M. N. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. **Educação e Pesquisa [online]**. v. 43, n. 3. pp. 833-846. 2017. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201707168124>.

FABBRO, M. R. C.; HELOANI, J. R. M. Mulher, maternidade e trabalho acadêmico. **Investigación y educación en enfermería**, v. 28, n. 2, p. 176-186, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3260528>. Acesso em 11 fev. 2023

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante; 2019.

FERREIRA, C. R.; ISAAC, L.; XIMENES, V. S. Cuidar de idosos: um assunto de mulher?. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 108-125, 2018. DOI: 10.5433/2236-6407.2016v9n1p108

FIORIN, P.C.; OLIVEIRA, C.T.; DIAS, A.C.G. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 15, n. 1, p. 25-35, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203035764005.pdf>. Acesso em 11 fev. 2023

FONCÊCA, C. C. L.; BARBOSA, C.de S. **Relato de experiência de mulheres universitárias da Amazônia amapaense no ensino superior**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Amapá, Santana, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/203>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

FREIRE-FILHO, J.B.M; BAKKER, B.W.A. Sob o risco de estresse: as consequências da emancipação feminina na revista *Veja* (2000-2018). **Rev. Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em saúde**. v. 13, n. 3, 2019. <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1790>

FRUGOLI, R.; TANIZAKA, H.; CARMASSI, M. R.; SILVA, C. J. Violência contra as mulheres universitárias: Passividade institucional e vulnerabilidade no âmbito acadêmico. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia (FAEF)**, v. 33, n. 1, 2019. Disponível em: <https://psicoscience.s3-sa-east-1.amazonaws.com/rosa-artigo-6.pdf>. Acesso em 12 fev. 2023.

GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M.G. Revisões sistemática da literatura: passos para elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde. Brasília, Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014. Disponível em http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso. acessos em: 12 fev. 2023.

GUEDES, M.C.A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p.117-132, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3861/386138040006.pdf>. Acesso: 12 fev. 2023.

GUIMARÃES, M.G.V; PETEAN, E.B.L. Carreira e Família: Divisão de tarefas domiciliares na vida de professoras universitárias. **Revista brasileira e Orientação Profissional**. v. 13, n. 1, p. 103-110. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203023770011.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. O cuidado e seus circuitos: significados, relações e retribuições. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena. O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades, p.91-128. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020.

GUIMARÃES, R. B.; DA SILVEIRA, D. O. **EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA**: mudanças e permanências na carreira profissional de mulheres-mães no CESP/UEA. 3º encontro de políticas públicas para Pan-Amazônia e Caribe. Universidade Federal do Amazonas. 2015. Disponível em: <https://epppac.com.br/wp-content/uploads/2021/07/21-EDUCACAO-NA-AMAZONIA-mudancas-e-permanencias-na-carreira-profissional-de.pdf>

GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. **Revista Brasileira de Estudos de População [online]**. v. 36. 2019. ISSN 1980-5519. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0090>.

GÜNTHER, H. “Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]**, v. 22, n. 2, 2006, <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>

HERRERA, K. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & Sociedade**. Vo. 15, p. 208-233, 2016. DOI: 10.5007/2175-7984.

HIRATA, H. Gênero, Patriarcado, Trabalho e Classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14-27, 13 jun. 2018. DOI:<https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>.

HIRATA, H. Divisão internacional do trabalho, precarização e desigualdades interseccionais. **Revista da ABET**, v. 17, n. 1, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Helena-Hirata/publication/332822669_DIVISAO_INTERNACIONAL_DO_TRABALHO_PRECARIZACAO_E_DESIGUALDADES_INTERSECCIONAIS/links/5f638494299bf1b53edc3c7d/DIVISAO-INTERNACIONAL-DO-TRABALHO-PRECARIZACAO-E-DESIGUALDADES-INTERSECCIONAIS.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023

HIRATA, H. Mulheres brasileiras: Relações de classe, de "raça" e de gênero no mundo do trabalho. **Confins**, (26), 2016. doi:10.4000/confins.10754

HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH [online]**. v. 24, n. especial. pp. 15-22. 2011. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400002>.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa [online]**. v. 37, n. 132. pp. 595-609, 2007. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, [S. l.], v. 1, n. 53, p. 22–34, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.50869. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/50869>. Acesso em: 6 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE”, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens. **Estatísticas Sociais**. Atualizado em 26/04/2019 15h57. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>. Acessado em 18/06/2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 agosto 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2017. Acesso em 15 de agosto de 2022.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p.55-63. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf#page=55>. Acesso em: 11 jun. 2021.

LAGE, M. M. L. **Mulheres e seringal**: um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Amazonas, 2010.

LAMAS, K.C.A. Conceito e relevância dos interesses profissionais no desenvolvimento de carreira: estudo teórico. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 2, p. 703-717, jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2017.2-16Pt>.

LANGER, J. As Amazonas: história e Cultura Material no Brasil Oitocentista. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 5, n. 10, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/198>. Acesso em: 12 fev. 2023.

LARA, L. F.; CAMPOS, E. A. R. de; STEFANO, S. R.; DE ANDRADE, S. M. Relações de Gênero na polícia militar: Narrativas de mulheres policiais. **HOLOS**, [S. l.], v. 4, p. 56–77, 2017. DOI: 10.15628/holos.2017.4078.

LERNER, G. **A criação do Patriarcado**: História da Opressão das Mulheres pelos Homens. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Coltrix, 2019.

LIMA, W. M.; FREIRE, F. H. M. A.; OJIMA, R. Mobilidade e rendimento escolar dos estudantes de ensino médio em Natal (RN, Brasil). Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 10, n. 2, 2018.
<https://doi.org/10.1590/2175-3369.010.002.AO13>

LOUREIRO, V. R. Educação e sociedade na Amazônia em mais de meio século. **Cocar**, v.1, n.1, jan\jul. 2007. Disponível em:
<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/141>. Acesso em: 12 fev. 2023.

MAÇARICO, T.F.R.R. **Desenvolvimento de carreira e momentos significativos**: uma análise de narrativas em contexto familiar. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, 2020.

MACEDO, R.M. Trabalho doméstico, consumo e interseccionalidade: possibilidades de agência na trajetória de uma (ex) empregada doméstica. **Mediações- Revista de Ciências Sociais**. v. 20. n. 2, 2015.
<http://dx.doi.org/10.5433/21766665.2015v20n2p184>

MADALOZZO, R; BLOFIELD, M. Como famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família? **Rev. Estud. Fem.** v. 25, n. 1, p. 215-240, 2017.
<https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p215>.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S.R; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Rev. Estud. Fem.** V.18, n. 2, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200015>.

MAGALHÃES, B.; SILVIA, G. A Mulher no Trabalho, na família e na Universidade. **Revista Eletrônica Arma e Crítica**. v.2, n. 2, p. 177-193, 2010. Disponível em:
<http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/12-%20a%20mulher%20no%20trabalho%20na%20familia%20e%20na%20universidade-%20belmira%20magalhaes%20e%20geice%20silva.pdf>. Acesso em 12 fev. 2023.

MARQUES, R.; GRAEFF, B. Análise Temática Reflexiva: interpretações e experiências em educação, sociologia, educação física e esporte. **MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 115–130, 2022. DOI: 10.29181/2594-6463-2022-v6-n2-p115-130. Disponível em: <https://motricidades.org/journal/index.php/journal/article/view/2594-6463-2022-v6-n2-p115-130>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MATOS, A. C. H.; CIRINO, S. M. Análise Crítica da efetividade do Direito Humano ao trabalho: um impasse na discriminação de gênero. **Quaestio Iuris**. v. 9, n. 4, p. 1955-1981, 2016. DOI: 10.12957/rqi.2016.22189

MATOS, M. I. S. Imagens perdidas no rio das Amazonas: Conquista e gênero. *Luso-Brazilian Review*, v. 36, n2, p. 51–61, 1999. Disponível em:
<http://www.jstor.org/stable/3513654>. Acesso em 29 jan. 2023.

MIETO, G. S. M.; ROSA R., A.; BARBATO, S. O estudo da produção de significados em interações: metodologias qualitativas. In: OLIVEIRA, M. C. S. L; CHAGAS-FERREIRA, J. F.; MIETO, G.S. M.; BERALDO, R. (Orgs.), **Desenvolvimento humano: cultura e educação**. Campinas-SP: Alinea, 1º ed. p.89-113, 2016.

MELO, A. DE; MAROCHI, A. C. Mulheres, estudo, trabalho e relações sociais de sexo. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 41, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/43901>. Acesso em 21 jun. 2022.

MIGUEL, L. F. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista Estudos Feministas [online]**. v. 25, n. 3, 2017. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1219>.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, R. P.; ARAÚJO, J. N. G.; MOREIRA, M. I. C. Você, dona de casa: trabalho, saúde e subjetividade no espaço doméstico. **Pesquisas e Práticas Psicossociais [S. l.]**, v. 13, n. 4, p. 1–14, 2018. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3155. Acesso em: 12 fev. 2023.

MUNIZ, J. O; VENEROSO, C. Z. Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil. **Rev. Ciências Sociais**. v. 62, n.1, 2020. <https://doi.org/10.1590/001152582019169>

MUSARELLA, N.; DISCACCIATI, V. Doble jornada laboral y percepción de la salud em mujeres: investigación cualitativa. **EVIDENCIA - Actualización en la Práctica Ambulatoria**. v. 23, n. 3, 2020. DOI: [10.51987/EVIDENCIA.V23I3.6868](https://doi.org/10.51987/EVIDENCIA.V23I3.6868)

NAKANOME, E. S.; SILVA, A. R. P. Um olhar sobre o feminino: O que ensina a Cunhã-Poranga do boi-bumbá caprichoso? **Revista AMAzônica**. v. 22, n. 2, p. 187-206, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6804351>. Acesso em: 29 jan. 2023.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e Patriarcado: da Prescrição Normativa à Subversão Criativa. **Psicologia & Sociedade**. v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>.

NOBRE, M. Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento. **Revista Estudos Feministas [online]**. v. 24, n. 2, p. 645-652, 2016. <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p645>.

OLIVEIRA, J. A. de; NINA, S. de F. M. Ambiente e saúde da mulher trabalhadora: transformações numa comunidade da Amazônia. **Saúde e Sociedade [online]**. v. 23, n. 4, p. 1162-1172, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000400004>.

ORR, J. Marxismo e Feminismo. **Lutas Sociais**. [S. l.], n. 27, p. 132–143, 2011. DOI: [10.23925/ls.v0i27.18738](https://doi.org/10.23925/ls.v0i27.18738). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18738>. Acesso em: 12 fev. 2023.

PASSOS, R. G. Trabalho, cuidado e sociabilidade, contribuições marxianas para o debate contemporâneo. **Rev. Ser. Soc. Soc.** n. 126, p. 281-301, 2016. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.069>.

PEDRO, C. B.; GUEDES, O. S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, p. 1-10, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023

PEREIRA, F. A. C.; FAVARO, A. L. G. História da Mulher no Ensino Superior e Suas Condições Atuais de Acesso e Permanência. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação, 2017. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf.

PIMENTA, D. M. **Empregadas Domésticas Universitárias: Quando a segunda jornada se estende às salas de aula da Universidade**. Trabalho de conclusão de curso. Escola de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro. Praia Vermelha, 2015.

PRADO, R.M.; FLEITH, D.S.; GONÇALVES, F.C. O desenvolvimento do talento em uma perspectiva feminina. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 1, p. 134-145, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000100012>.

PULINO, L. H. C. Z. **Ambiente Escolar e Diversidade Cultural**. In: PULINO, L. H. C. Z.; SOARES, S. L.; COSTA, C.B.; LONGO, C. A; SOUZA, F.L. (Org.). Educação e Diversidade Cultural. Brasília: Paralelo, v. 1, p. 29-77, 2016.

RAMINELLI, R. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 11- 44, 1997.

RAMOS, V.; RODRIGUES, L.B.; CORREIA, R.B. Atitudes face à divisão do trabalho familiar em Portugal em 2002 a 2014: mudanças e continuidades. **Sociologia, Problemas e Práticas [Online]**, v. 90, p. 95-112, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/6144>. Acesso em: 21 de jun. de 2022.

RESENDE, G. C.; FERREIRA, I. C. F.; SILVA, I.R.; BARBATO, S. B. Desafios para a permanência no ensino superior na Amazônia e os significados de trajetórias estudantis **Psicologia, Educação e Cultura**. v. 26, n. 3, p. 139-161, Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/43538>. Acesso em: 10 fev. 2023.

RIBEIRO, M. **De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses**. 1987. 375f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1987.

RICOLDI, A.; ARTES, A. **Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Brasil. n. 33, p. 149- 161 pp. 149-161, 2016.

RIZZATTI, D. B.; SACRAMENTO, A. M.; VALMORBIDA, V. S.; MAYER, V. P.; OLIVEIRA, M. Z. Transição de Carreira em Adultos Brasileiros: Um levantamento da Literatura Científica. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 11, n. 1, p. 153-173, 2018. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/16131/2/Transicao_de_carreira_em

[adultos brasileiros um levantamento da literatura científica.pdf](#). Acesso em: 21 jun. de 2022.

ROCHA, E. K.; PINTO, F. M. O desafio conceitual do trabalho doméstico à psicologia do trabalho. Dossiê Psicologia, modos de vida e trabalho: mobilizando um patrimônio de conceitos e autores. **Fractal, Rev. Psicol.** v. 30, n. 2, 2018. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5874>

ROCHA, M. M.; RIGOTTO, R. M. Produção de vulnerabilidade em saúde: o trabalho das mulheres em empresas agrícolas da Chapado do Apodi, Ceará. **Saúde Debate.** v. 41, n. 2, 2017. <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S206>

ROCHA, N. H. N.; BARLETTO, M.; BEVILACQUA, P. D. Identidade da agente comunitária de saúde: tecendo racionalidades emergentes. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online].** v. 17, n. 47, p. 847-857, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832013005000031>.

RUBIO-JIMÉNEZ, J.; GONZÁLEZ, M. F. Projetando o futuro: um estudo sobre a tomada de decisão vocacional a partir de uma abordagem narrativa autobiográfica. **Fórum Qualitativo Sozialforschung / Fórum: Pesquisa Social Qualitativa**, v. 19, n. 1, Art. 11, 2018. <http://dx.doi.org/10.17169/fqs-19.1.2668>

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

SAFFIOTI, H. I. B. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 8. 1985. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/108258>. Acesso em: 11 fev. 2023.

SAMPAIO, V. C. Trabalho e resistência: as greves do Distrito Industrial de Manaus (1985-1986). Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2022.

SANTANA, V. S.; LOOMIS, D. P.; NEWMAN, B. Trabalho doméstico, trabalho assalariado e sintomas psiquiátricos. **Rev. Saúde Pública.** v. 35, n. 1, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102001000100003>

SATO, L. et al. Resistências ao trabalho precário por meio de relações solidárias: quatro casos do Brasil. **Quaderns de Psicologia**, v. 23, n. 2, p. e1597-e1597, 2021. Doi: 10.5565/rev/qpsicologia.1597

SAVICKAS M. L. Life Design: A Paradigm for Career Intervention in the 21st Century. **Journal of Counseling & Development.** v. 90, p. 13-19, 2012. Doi:10.1111/j.1556-6676.2012.00002.x

SAVICKAS M. L. Examining the personal meaning of inventoried interests during career counseling. **Journal of Career Assessment**, v. 3, n. 2, p. 188-201, 1995. doi:10.1177/106907279500300206

SILVA, A. M. M. **Fatores de estresse para o motorista e o usuário do transporte coletivo do Distrito Federal e a percepção de um, em relação ao outro**. Dissertação de Mestrado em Transportes, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, C. S. C. **Impactos e Processos de mudança no aconselhamento de carreira fundado no paradigma Life-design**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SILVA, I. R.; BARBATO, S. B.; URNAU, L. C.; ZIBETTI, M. L. T.; PEDROZA, R. L. S. **Os significados das trajetórias de escolarização de jovens estudantes Amazônidas**. Projeto de Pesquisa financiado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia, Edital nº 21/2018. BRASIL/CAPES, 2018.

SILVA, P.; QUEIROZ, S. N. O Emprego Doméstico no Brasil: um olhar para o ‘trabalho da mulher’ na perspectiva histórica e contemporânea. **Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho**, [S. l.], v. 1, n. 49, p. 188–204, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/35119>. Acesso em: 5 jul. 2021.

SILVA, L. J. **Mulheres, mães e pedagogas: dificuldades e superações para em cursar a graduação em Pedagogia na ULFAL – Delmiro Gouveia – Campus Sertão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia), Universidade Federal do Alagoas. 2019.

SILVAN, D. **Protagonismo Feminino no Amazonas**. In: Intersecções de Gênero na Amazônia. TORRES, I. C.; SANTOS, F. V. Manaus: EDUA, 2011.

SILVIA, V. P.; MACEDO, E. E. Mães de crianças sem creche em Manaus: aceitação da negação do direito ou resistência ao processo de colonização? **Revista Zero-a-seis**. v. 20, n. 37, 2018. <http://dx.doi.org/10.5007/1980-4512.2018v20n37p193>.

SCHABBACH, L. M. A reprodução simbólica das desigualdades entre mulheres e homens no Brasil. **Opinião Pública [online]**. v. 26, n. 2, 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-01912020262323>.

SCHMINK, M.; GARCIA, M. A. G. **Embaixo do Dossel: Gênero e florestas na Amazônia**. v. 152. CIFFOR, 2016.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. Desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados [online]**. v. 30, n. 87 p. 123-139, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>.

SOUZA, L. K. de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267>.

SUPER, D. E. *The life span, life space approach to career development*. In: D. Brown & L. Brooks (Orgs.), *Career choice and development*, p. 197-261. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1990.

TEIXEIRA, T.G. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho nos correios: Participação feminina, hierarquia profissional e políticas de gestão. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**. v. 20, n. 2, 2015. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p284>

TENA, O. "STRATEGIES TO RECONCILE DOMESTIC AND PAID WORK DUTIES IN MEXICAN POLICE WOMEN: A STEPPING STONE TO GENDER EQUALITY?". *Act.Colom.Psicol.*, Bogotá, v. 16, n. 2, p. 81-91, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552013000200008&lng=en&nrm=iso; Acesso em: 21 jun. 2021

TORRES, I. C. **As novas amazônidas**. Manaus: EDUA. 2005

TORRES, I. C. **O Patrimonialismo e as mulheres na Amazonia de ontem**. 2006. Disponível em: <https://silo.tips/download/o-patrimonialismo-e-as-mulheres-da-amazonia-de-ontem>. Acesso: em 29 jan. 2023.

TORRES, I. C. A Formação Social da Amazônia Sob a Perspectiva de Gênero. Gênero, Amazônia, Formação Social ST 19 - Intersecções entre gênero e socio diversidade amazônica. Florianópolis, agosto de 2008. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST19/Iraildes_Caldas_Torres_19.pdf Acesso em: 12 fev. 2023.

TORRES, I. C. **Mulheres pescadoras e a ressignificação do Mito da Panema na Amazonia**. In: Intersecção de Gênero na Amazônia. Manaus: EDUA, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Plano de ensino remoto e movimentos sociais e educação**. Modelo obrigatório estabelecido pela Resolução nº 023/2017, aprovada no dia 03 de maio de 2017– Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2017. Disponível em: <https://www.icet.ufam.edu.br/wp-content/uploads/2017/03/RESOLU%C3%87%C3%83O-023.2017-Consepe-Regime-Did%C3%A1tico.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

VIEIRA, A.; AMARAL, G. A. A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher. **Saúde e Sociedade [online]**. v. 22, n. 2, p. 403-414, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200012>.

VIEIRA FILHO, R. D. **Bumbás de Parintins: Tradição e mudanças culturais**. 116p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2003.

WEIL, A. G.; PINHEIRO, M. J. S. Mulheres Camelôs do centro histórico de Manaus: identidade e condições de trabalho na Praça da Matriz. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Editora Appris, 2018.

APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Estamos realizando uma pesquisa chamada “Trajetórias escolares de mulheres universitárias e a dupla jornada de trabalho”, que será desenvolvida como atividade de Mestrado da psicóloga Kristine Renata Medeiros Alves, sob orientação da Profa. Dra. Gisele Cristina Resende, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Esta pesquisa pretende compreender as trajetórias escolares de mulheres que cursam a universidade e o exercício da dupla jornada de trabalho na cidade de Manaus (AM). As participantes do estudo não serão identificadas para preservar o sigilo de sua identidade. Você é nossa convidada para participar respondendo o questionário a seguir. Agradecemos.

- 1- NOME:
- 2- E-MAIL:
- 3- IDADE:
- 4- ESTADO CIVIL

- () SOLTEIRA
- () CASADA
- () UNIÃO ESTÁVEL
- () DIVORCIADA/SEPARADA
- () VIÚVA
- () OUTRO

- 5- CONTANDO COM VOCÊ QUANTAS PESSOAS MORAM NA SUA RESIDENCIA.

-
- 6- VOCÊ É ESTUDANTE DA UFAM?
- () SIM
- () NÃO

- 7- DE QUAL CURSO UNIVERSITÁRIO?

-
- 8- QUAL PERÍODO?

-
- 9- VOCÊ GOSTA DO CURSO UNIVERSITÁRIO? POR QUÊ?
-

- 10- VOCÊ TEM FILHOS?
- () NÃO
- () SIM, 1 FILHO
- () SIM, 2 FILHOS

() SIM, 3 OU MAIS

11- VOCÊ POSSUI TRABALHO REMUNERADO

() NÃO

() SIM, PERÍODO INTEGRAL

() SIM, MEIO PERÍODO

() SIM, TRABALHOS EVENTUAIS

12- QUAL SEU REGIME DE TRABALHO?

() CLT

() CONCURSADO

() CONTRATO TEMPORÁRIO

() TRABALHO AUTÔNOMO

() ESTÁGIO

() JOVEM APRENDIZ

() FREELANCER

() TERCEIRIZADO

() NÃO TRABALHO

() OUTROS

13- RENDA MENSAL FAMILIAR

() ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO

() ACIMA DE 1 E ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS

() DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS

() ACIMA DE 6 SALÁRIOS MÍNIMOS

14- DAS ATIVIDADES ABAIXO, QUAIS VOCÊ REALIZA DURANTE A SEMANA ALÉM DO SEU TRABALHO REMUNERADO/ESTUDO.

() LAVAR LOUÇAS

() CUIDADO COM ROUPAS (SEPARAR, LAVAR, DOBRAR E GUARDAR)

() PREPARO DE REFEIÇÕES

() LIMPEZA E/OU ORGANIZAÇÃO DE BANHEIROS, QUARTOS E COZINHA

() COMPRAS PARA CASA (SUPERMERCADO, FEIRAS, PADARIAS E ETC)

() CUIDADOS COM CRIANÇAS

() CUIDADOS COM PESSOAS IDOSAS

() CUIDADO COM ANIMAIS

15- TEM AUXÍLIO NA REALIZAÇÃO DAS TAREFAS DOMÉSTICAS?

() NÃO, EU SOU A ÚNICA RESPONSÁVEL PELA MAIORIA DAS ATIVIDADES DOMÉSTICAS.

() SIM, TENHO AUXÍLIO DO MEU COMPANHEIRO (A).

() SIM, TENHO AUXÍLIO DOS MEUS FILHOS.

() SIM, TENHO AUXÍLIO DE FAMILIARES.

() NÃO SOU RESPONSÁVEL POR ATIVIDADES DOMÉSTICAS.

16- TEM AUXÍLIO COM CUIDADOS DE CRIANÇAS?

() NÃO SOU RESPONSÁVEL POR CRIANÇAS.

() NÃO, SOU A ÚNICA RESPONSÁVEL PELOS CUIDADOS COM AS CRIANÇAS.

() SIM, TENHO AUXÍLIO DO (A) MEU (MINHA) COMPANHEIRO (A).

() SIM, TENHO AUXÍLIO DE FAMILIARES.

() SIM, TENHO AUXÍLIO DE UMA BABÁ.

() OUTROS

17- VOCÊ SENTE SOBRECARRREGADA OU CANSADA EM CONCILIAR A VIDA NA UNIVERSIDADE E AS DEMAIS ATIVIDADES COMO TRABALHO, FILHOS OU FAMÍLIA?

() CONSTANTEMENTE

() DE VEZ EM QUANDO

() QUASE NUNCA

() NUNCA

18- VOCÊ ESTÁ DISPONÍVEL PARA REALIZAR UMA ENTREVISTA COM A PESQUISADORA?

() SIM

() NÃO

19- QUAIS SEUS HORÁRIOS DISPONÍVEIS PARA A ENTREVISTA NA UNIVERSIDADE? DEIXE SEU CONTATO DE WHATSAPP.

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA

1) Pergunta inicial: conte-me sua história de vida. “Conte sua história de vida, como foi chegar aqui na universidade?” e “Como tem sido sua trajetória de escolarização enquanto mulher que trabalha e estuda?”

2) Perguntas não-diretivas: fale-me mais sobre isso. Você pode me contar um exemplo disso? Você poderia comentar mais sobre isso?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM FACULDADE DE PSICOLOGIA - FAPSI PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI

Estamos realizando uma pesquisa chamada **Trajetórias escolares de mulheres universitárias e a dupla jornada de trabalho**, que será desenvolvida como atividade de Mestrado da psicóloga Kristine Renata Medeiros Alves, sob orientação da Profa. Dra. Gisele Cristina Resende, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Esta pesquisa pretende compreender as trajetórias escolares de mulheres que cursam a universidade e o exercício da dupla jornada de trabalho na cidade de Manaus (AM). Com esta finalidade, estamos convidando a senhora a participar desta pesquisa. As entrevistas serão realizadas de modo virtual por vídeo chamada ou web conferência. As perguntas serão abertas, de modo que as participantes contem sua história de vida e a pesquisadora fará pequenas intervenções para que elas contem sobre as trajetórias de escolarização, aspectos positivos e negativos em cursar a universidade, impactos na saúde ao exercer a dupla jornada e projetos de vida e carreira. as entrevistas deverão demorar em torno de 80 minutos, implicando em risco mínimo aos participantes da pesquisa, visto que poderão experimentar alguma indecisão frente às escolhas a serem realizadas nessas tarefas.

Sua participação no estudo é voluntária, a senhora tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa. A senhora pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Kristine Renata Medeiros Alves a qualquer momento para o esclarecimento de possíveis dúvidas ou esclarecimentos no endereço: Rua General Rodrigo Otávio, nº 6200 (UFAM) telefone 3305-1181 Ramal 4127. E-mail kristinealves3@gmail.com. Orientada pela Profa. Dra. Gisele Cristine Resende, e-mail giseleresende@ufam.edu.br

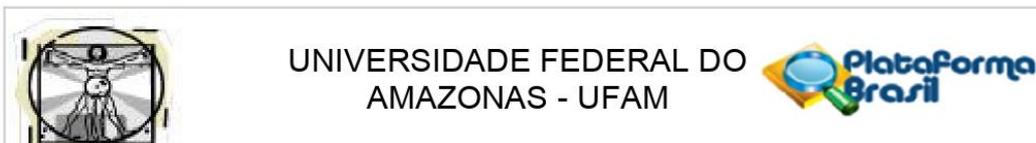
Para baixar o TCLE em formato PDF clique no link a baixo:
<https://drive.google.com/file/d/1qbOSecrFEexe06EurJhJjh7D1bHkAhte/view?usp=sharing>

Ao final do processo de análise e interpretação dos resultados, poderão ser apresentados, sob forma de palestras, os resultados gerais aos interessados, podendo estimular a reflexão e o autoconhecimento sobre suas motivações e trajetórias escolares. Os resultados dessa pesquisa serão utilizados em publicações científicas, devendo ser a base para o trabalho de Mestrado da pesquisadora principal. As participantes desse estudo não serão identificadas, garantindo-se a preservação do sigilo de sua identidade, as gravações das entrevistas ficarão em posse da pesquisadora pelo período de cinco anos e ao término de cinco anos, a mesma se compromete ao descarte destas informações.

Diante das informações recebidas, declaro que as compreendi e que:

- 1) Aceito participar voluntariamente desse estudo, não tendo nenhuma forma de pressão para isso;
- 2) Se for de minha vontade, posso deixar de participar do estudo a qualquer momento;

ANEXO A - PARECER CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Os significados das trajetórias de escolarização de jovens estudantes amazônicas

Pesquisador: Iolete Ribeiro da Silva

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 15366619.1.1001.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.082.840

Apresentação do Projeto:

O Projeto de Cooperação Acadêmica entre UFAM-UnB-UNIR tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento dos programas de pós-graduação na região amazônica, PPGPSI/UFAM e MAPSI/UNIR e a consolidação da colaboração científica entre as equipes, tendo por referência os estudos voltados aos processos de desenvolvimento humano e educação em contextos socioculturais específicos, na região amazônica brasileira. A interação científico-acadêmica com a UnB será uma ação importante para a construção de uma rede de cooperação entre essas universidades, para a criação de novas linhas de pesquisa e para o processo de internacionalização. A rede de cooperação constituída na área de Psicologia a partir da UFAM, UNIR e UnB, promoverá intercâmbio de ensino e pesquisa e a mobilidade de docentes e discentes, a fim de aprofundar os estudos de forma cooperativa e contribuir para ampliar a formação de recursos humanos e produção científico-acadêmica de alto nível que tem como foco a realidade regional do Norte do Brasil. A cooperação entre os três programas de pós-graduação em psicologia, fortalecerá a articulação existente entre pesquisadores que atuam na Amazônia com povos amazônicos, com a diversidade étnico-racial e suas implicações, a fim de dar visibilidade qualificada desta realidade em nível nacional e internacional. O PPGPSI/UFAM, atualmente é constituído por duas linhas de pesquisa e almeja com este PROCAD a ampliação da pesquisa e da produção intelectual a fim de melhorar seu desempenho na avaliação da CAPES, criar um periódico e credenciar o doutorado em psicologia a partir do desenvolvimento de sua potencialidade

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

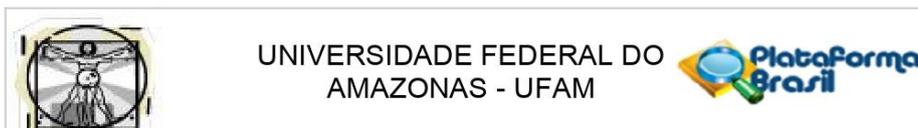
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.082.840

acadêmica na temática assumida neste projeto. Considerando que a psicologia enquanto campo de conhecimento pode produzir subsídios para a construção de políticas educacionais inclusivas que considerem as dimensões socioculturais e o reconhecimento das culturas e formas de viver em comunidades tradicionais da Região Amazônica/Norte apresenta-se esta proposta de trabalho. O objetivo geral desta colaboração é analisar como as/os estudantes amazônidas significam a sua trajetória de escolarização e vivências no ensino superior, sua participação e protagonismo e o quanto a universidade responde as suas demandas, em narrativas e argumentações, a partir de sua inscrição sócio institucional. Os objetivos específicos são: identificar espaços de participação das/dos estudantes identificando elementos que promovem ou impedem a permanência na universidade; entender de que forma os estudantes significam sua trajetória de escolarização; identificar nas narrativas dos estudantes se e como os professores contribuíram para a promoção da inclusão escolar; analisar as mudanças (lineares) e transformações (descontínuas) nas vivências escolares dos estudantes a partir de estudo longitudinal desenvolvido em duas etapas com intervalo de um ano. O campo de pesquisa da Equipe Proponente abrangerá três campi da Universidade Federal do Amazonas: (1) Campus Manaus localizado na capital do estado; (2) Campus Humaitá: no Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente que fica na região sul do estado do Amazonas; e (3) Campus Benjamin Constant: no Instituto Natureza e Cultura de Benjamin Constant situado na região do Alto Solimões na tríplice fronteira. O campo de pesquisa da equipe Associada 2 abrangerá três campi da Universidade Federal de Rondônia, a saber: a) cursos do campus de Porto Velho; b) curso de Licenciatura em Educação Intercultural do campus de Ji-Paraná; c) Licenciatura em Educação do Campo Campus de Rolim de Moura. Serão participantes da pesquisa estudantes da UFAM e UNIR. Serão utilizados três recortes para a análise dos significados atribuídos às trajetórias de escolarização e das condições de acesso: (1) políticas educacionais; (2) comunidade de pertencimento; (3) gênero. Será realizada uma pesquisa longitudinal em duas etapas com um intervalo de um ano. Para a construção de dados serão realizados os seguintes procedimentos: entrevista em grupo focal; entrevista individual - narrativa aberta, entrevista semiestruturada, entrevista mediada por imagens ou objetos individuais e entrevistas móveis. O mesmo grupo de estudantes será entrevistado na primeira e na segunda etapa do estudo a fim de permitir a identificação de mudanças lineares na transição e algumas mudanças descontínuas. O uso de diferentes ferramentas de análise permitirá: descrever e definir o contexto de significação em diferentes níveis; avançar na compreensão dos processos de desenvolvimento e aprendizagem atuantes na interpretação dos estudantes individualmente e em grupo. A análise dos dados será feita a partir de diferentes métodos: interpretativo, dialógico-

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

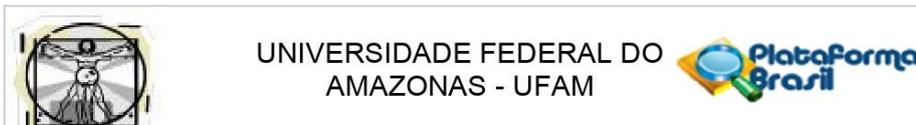
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.082.840

temático, análise do discurso e microgenético, visando o aprofundamento da compreensão dos processos de desenvolvimento em narrativas e argumentações dos estudantes. Na primeira etapa serão analisadas as informações empíricas obtidas nos grupos focais e nas entrevistas individuais em cada localidade (estudo 1), depois será elaborada análise do conjunto de dados (estudo 2). Na segunda etapa, repetir-se-á os mesmos procedimentos de análise realizados na primeira etapa (estudos 3 e 4), em seguida, haverá o desenvolvimento da análise longitudinal com identificação no conjunto (estudo 5). Busca-se avançar na compreensão das possíveis descontinuidades e rupturas que marcam a transição para a vida adulta, o que implica compreender os jovens estudantes como pertencentes a um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos em um momento de desenvolvimento na vida, e também como atuantes em um conjunto social com atributos e práticas culturais situados que enfrenta mudanças diversificadas, diferenciadas no contexto atual e constituído por gerações anteriores que ora produzem as condições de socialização e desenvolvimento mediadas pelas políticas públicas e por culturas locais, considerando-se a suposição básica de que mudando-se os instrumentos mediadores nas condições de socialização, como as atividades são produzidas e resolvidas, transformam-se os processos de consciência e as condições de desenvolvimento em que as tomadas de decisão dos jovens são forjadas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: O objetivo geral deste projeto é analisar como as/os estudantes amazônidas significam a sua trajetória de escolarização e vivências no ensino superior, sua participação e protagonismo e o quanto a universidade responde as suas demandas, em narrativas e argumentações, a partir de sua inscrição sócio institucional. **Objetivo Secundário:** Os objetivos específicos são:- identificar espaços de participação das/dos estudantes identificando elementos que promovem ou impedem a permanência na universidade;- entender de que forma os estudantes significam sua trajetória de escolarização;- identificar nas narrativas das/os estudantes se e como as/os professoras/es contribuíram para a promoção da inclusão escolar;- analisar as mudanças (lineares) e transformações (descontínuas) nas vivências escolares dos estudantes a partir de estudo longitudinal desenvolvido em duas etapas com intervalo de um ano; analisar as inter-relações da produção de si com a continuidade da educação e do trabalho mediados por novas tecnologias durante a pandemia do COVID-19.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: As narrativas de transição que envolvem relatos de experiências pessoais, podem implicar em dificuldades, mas a princípio, nossa experiência e de colegas no mundo inteiro indica que não

Endereço: Rua Teresina, 495	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.082.840

riquezas regionais e da utilização sustentável dos recursos naturais, para desenvolvimento socioeconômico e cultural comprometido com as urgências da sociedade local ao fomentar uma formação científica sensível às demandas regionais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não se aplica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto, anuências, instrumentos e análise de dados da pesquisa, abordagem e recrutamento dos sujeitos participantes, critérios de inclusão e exclusão, riscos e benefícios, TCLE, fundamentações teóricas e metodológicas estão todos adequados e em conformidade com as resoluções 466/12 e 510/16.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de um projeto já apresentado e aprovado por este CEP. Foi incluída uma emenda que detalha todas as inclusões e alterações, devidamente pontuadas e justificadas. Por atender às exigências das resoluções 466/12 e 510/16, a emenda apresentada está aprovada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1570125_E1.pdf	03/06/2020 00:10:21		Aceito
Outros	Emenda_com_alteracoes_e_justificativas.pdf	02/06/2020 23:58:57	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Novo_para_Professores.pdf	02/06/2020 23:56:24	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_novo_para_estudantes.pdf	02/06/2020 23:55:53	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	21/06/2019 03:01:23	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 4.082.840

Folha de Rosto	Folha_de_rosto_alterada.pdf	21/06/2019 02:48:26	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Estudanes_PROCAD.pdf	07/06/2019 17:26:27	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Roteiro_Basico_do_Projeto_PROCAD.pdf	07/06/2019 14:39:09	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito
Outros	TERMOS_DE_ANUENCIA_E_CONCOR DANCIA_INSTITUCIONAL.pdf	07/06/2019 14:30:41	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 10 de Junho de 2020

Assinado por:

**Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com